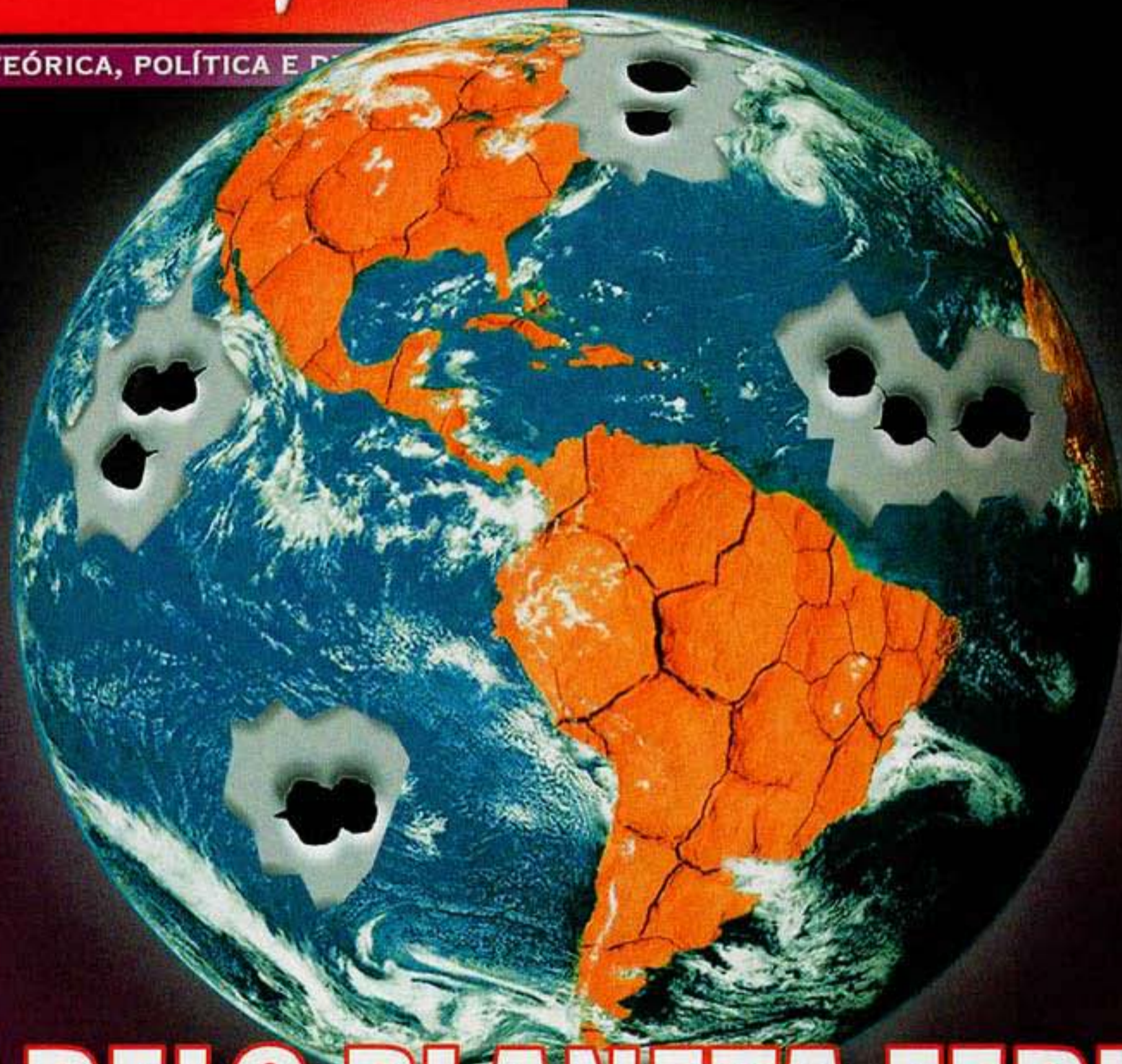


# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE

Nova Carta  
aos Brasileiros



## UM BELO PLANETA FERIDO

Cresce a repulsa à lógica capitalista  
do lucro máximo que destrói o meio ambiente.  
Emerge a luta dos povos pelo desenvolvimento sustentável

Luis Fernandes  
John Bellamy Foster  
Aziz Ab'Saber  
Jorge Viana

Aldo Arantes  
Nilce Olivier Costa  
Dalton Macambira  
Eron Bezerra



# Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



**Investimentos Potenciais  
Acre e Região**

[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)

# *Desafio do século XXI: desenvolvimento com preservação ambiental*

**A** temática do desenvolvimento aliado à preservação ambiental emerge como uma das principais questões a serem enfrentadas neste século XXI. Agredido por ações e métodos destrutivos, derivados de um sistema cuja essência é o lucro máximo, nosso belo planeta apresenta “ferimentos” por toda parte. O capitalismo contemporâneo fere a Terra não apenas com suas velhas guerras de pilhagem e com a miséria e a fome que espalha. A natureza, preciosa fonte de riquezas, é mutilada ano após ano por uma lógica de produção predatória cujos agentes políticos e econômicos pouco se importam com os efeitos danosos de sua prática.

Exemplo disso são os Estados Unidos da América que, sendo um dos principais emissores de gases poluentes, se recusaram a assinar o Protocolo de Kyoto cujos termos buscam reduzir a emissão dos gases que provocam o aquecimento da Terra em decorrência do chamado efeito estufa.

Essa recusa dos EUA choca-se com a principal diretriz da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, acordada na Rio 92. Neste conclave concluiu-se que a luta contra o aquecimento global só pode ter eficácia se este for enfrentado pelo conjunto dos países. Evidentemente, também na questão ambiental está presente o confronto objetivo que há entre os países centrais, imperialistas, e os países pobres e em desenvolvimento. E nesse tema, o choque vem à tona no exame do grau de responsabilidade dos países conforme seu histórico.

Na oportunidade, a diplomacia brasileira teve papel relevante para aprovar o princípio “das responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Para este conceito é errôneo impor um mesmo nível de exigência de controle de emissão de gases entre os países que vanguardaram a Revolução Industrial – que, por conseguinte, são os maiores responsáveis pelo efeito estufa – e os países em desenvolvimento que, comparativamente, ainda estão na “infância” na história de suas economias. E mais. Foram estabelecidos mecanismos para os países ricos transferirem tecnologias não poluidoras aos demais.

Da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, passando pela Conferência das Partes, em 1997, em Kyoto (Japão), à Conferência do Clima, ocorrida em 2005, em Montreal, Canadá, se verifica que os termos dos acordos firmados em defesa da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentado são “bombardeados” pelas grandes potências – em particular os Estados Unidos. Os países em desenvolvimento, sobretudo os que têm à sua frente governos progressistas, lutam numa correlação de forças desigual contra o irracional modelo que está levando à mutilação o nosso planeta.

Dessa maneira, a bandeira da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentado deve com destaque estar presente do programa do movimento transformador de nosso tempo. Em particular no Brasil – país com fabulosos recursos naturais, também alvo de exploração destrutiva e predatória – as forças progressistas precisam conceber e implementar um modelo de desenvolvimento que além de distribuir renda preserve o meio ambiente.



Protocolo de Kyoto: o Brasil e o mundo ..... 6 Entrevista com Luis Fernandes	Petróleo e meio ambiente: a evolução brasileira ..... 27 Nilce Olivier Costa
A ecologia de Marx..... 14 John Bellamy Foster	O semi-árido nordestino: estratégias para o desenvolvimento sustentável.... 33 Dalton Melo Macambira
(Re)pensando o futuro ..... 20 Aziz Ab` Saber	Desenvolvimento versus preservação ambiental?..... 39 Eron Bezerra
Meio ambiente e desenvolvimento ..... 23 Aldo Arantes	O governo da florestania ..... 48 Jorge Viana

*BRASIL*

---

Mensagem aos brasileiros:  
chegou a hora do  
desenvolvimento ..... **52**  
Entrevista com Renato Rabelo

*INTERNACIONAL*

---

América Latina:  
na luta pela  
segunda independência ..... **58**  
Ronaldo Carmona

Apelo de Bamako ..... **63**  
Fórum Social Mundial

*DEBATE*

---

Educar é fazer sonhar ..... **67**  
Francisco Caruso e  
Maria Cristina Silveira de Freitas

*CULTURA*

---

Um plano de vôo escrito  
a milhares de mãos ..... **73**  
Sérgio Sá Leitão e Elder Vieira

*TEORIA*

---

O marxismo e a  
questão da mulher ..... **76**  
Ana Rocha

Capa: Flávio Nigro

Entrevista com Luis Fernandes

# *Protocolo de Kyoto: o Brasil e o mundo*

POR RITA POLLI

Luis Fernandes é secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e foi um dos coordenadores da delegação brasileira que participou da 11ª Conferência sobre Mudança Climática, realizada em dezembro de 2005 no Canadá.

Ele falou à *Princípios* sobre o Protocolo de Kyoto e outras questões da problemática ambiental. Segundo Fernandes, já temos condições (no Brasil e no mundo) para incorporar mais estruturalmente a agenda da preservação do meio ambiente a uma agenda do desenvolvimento nacional no mundo para o século XXI



*Os Estados Unidos se recusam a assinar o Protocolo de Kyoto*

*Sem margem para muitas dúvidas o Protocolo de Kyoto foi uma resposta institucional a um problema que afeta toda a humanidade, a questão ambiental. O artigo segundo do Protocolo sugere o fomento da eficiência energética em determinados setores da economia, o que demanda um certo nível de apreensão tecnológica. Sabemos que um dos "nós" para o desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo está justamente na questão da tecnologia. Sabidamente, existem duas fontes de energia não poluentes: a energia hidrelétrica e a nuclear, que dependem de altos investimentos. Como você enxerga esta relação entre fomento da eficiência energética,*

*tecnologia e desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo, levando em conta que as revoluções industriais são marcadas, entre outras coisas, por mudanças também na fonte de energia?*

**Luis Fernandes** – O Protocolo de Kyoto se refere a uma dimensão da questão ambiental, que é o aquecimento global. E esse tema é muito importante porque está vinculado aos efeitos da Revolução Industrial. Sabe-se hoje que a Revolução Industrial pressupôs e materializou a migração para uma matriz energética baseada em energia fóssil, ou seja, a queima dessa energia

nas suas diversas versões: inicialmente o carvão e posteriormente o petróleo. Essas fontes de energia emitem gases que se acumulam na atmosfera e não permitem a liberação e a reflexão dos raios solares e do calor associado desses raios para fora da atmosfera. A esse fenômeno dá-se o nome de efeito estufa justamente porque corresponde ao que acontece numa estufa em que os gases bloqueiam a saída do calor e com isso processa-se um aquecimento global no planeta, com uma associação direta às conseqüências da Revolução Industrial e aos processos que constituíram e constituem as atuais assimetrias no sistema internacional.

Os países centrais, dominantes e hoje imperialistas são os que tomaram a dianteira na Revolução Industrial e se valeram da transição para uma matriz energética altamente poluente para crescer e se impor econômica e politicamente no mundo. Então, o mesmo processo que gerou o efeito estufa é o que gerou e reproduziu as desigualdades no sistema internacional e isso é uma questão fundamental para nos posicionarmos em torno da questão.

O protocolo de Kyoto é o desdobramento da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, acordada na Rio 92. Naquele momento a diplomacia brasileira teve uma posição muito importante em introduzir um conceito chamado "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", ou seja, o aquecimento global é um problema global e não pode ser combatido apenas pelas ações de um país. Ele exige, para ser eficaz, a ação conjunta de preferência de todos os países. É um programa comum e exige respostas comuns, mas a responsabilidade histórica pelo aquecimento global é diferenciada entre os países. Aqueles que tomaram a dianteira na Revolução Industrial – hoje os países centrais, os ricos do sistema internacional – têm a maior responsabilidade, pois foram historicamente os que mais soltaram gases poluentes que se acumulam e não se dispersam na atmosfera; portanto, eles são os principais responsáveis pelo aquecimento global que atinge a todos. O processo que os constituiu como países dominantes no sistema internacional hoje atinge a todos. O

princípio sacramentado na Rio 92 é esse, o da responsabilidade comum mas diferenciada, ou seja, todos devem se unir para combater a mudança climática e o efeito estufa, mas os principais responsáveis pela evolução do problema têm que arcar com o principal custo da sua resolução. Esse princípio foi inscrito e materializado no Protocolo de Kyoto, que estabelecia uma diferenciação entre os países centrais e ricos que assumiriam metas quantitativas de redução da emissão de gases poluentes em razão de sua responsabilidade histórica pelos efeitos do aquecimento global. E esses países passaram a compor um anexo chamado Anexo 1 do protocolo. Trata-se da lista de países que são fundamentalmente ou países centrais ou aqueles que compunham o antigo campo socialista na Europa central e oriental e assumem metas quantitativas de redução de emissão de gases poluentes.

Já os países em desenvolvimento não. Eles são incentivados a adotar políticas nacionais de desenvolvimento limpo, ou seja, que combinem desenvolvimento com redução da emissão de gases poluentes, mas não têm metas quantitativas.

A partir dessa compreensão, estabeleceu-se um mecanismo que permite aos países centrais que não conseguirem atingir sua meta de redução de emissão de gases poluentes financiar projetos de desenvolvimento limpo nos países em desenvolvimento e com isso obter créditos, chamados "créditos de carbono", para abater da sua meta de redução de emissão de gases poluentes. Esse mecanismo foi um triunfo não só da diplomacia brasileira, mas também dos países em desenvolvimento porque ele permite agora que a transição como matriz energética mais limpa nos países em desenvolvimento seja financiada pelos países centrais. Essa solução é muito importante porque os países em desenvolvimento têm que se defrontar com o dilema do desenvolvimento e o desenvolvimento sempre encerra dentro de si a possibilidade de riscos ambientais e de destruição ambiental. Então, o mecanismo acertado no protocolo de Kyoto é de combinar a preservação da prioridade do esforço de desenvolvimento dos países mais pobres com novas modalidades de financiamento que



lhes permitam adotar tecnologias de desenvolvimento limpo e uma matriz energética mais limpa, evitando com isso as consequências nefastas para o meio ambiente que acompanharam a trajetória de industrialização dos países capitalistas centrais.

Essa é uma forma de combinar desenvolvimento econômico com desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental na periferia do sistema. Estamos diante dessa possibilidade e é um modo de lidar com a questão que não aceita que o tema da proteção do meio ambiente se transforme num instrumento para bloquear o desenvolvimento dos países mais pobres; pelo contrário, ele busca garantir com o financiamento dos países centrais a possibilidade de adoção de matrizes energéticas limpas nos países em desenvolvimento que, dessa forma, se desenvolveriam de maneira sustentável, diferentemente do que aconteceu nos países centrais em suas trajetórias originais. Há uma gama de possibilidades energéticas para os países em desenvolvimento adotarem com base nos compromissos do protocolo de Kyoto, com acesso a financiamento dos países centrais. Por exemplo, as energias hidrelétrica, nuclear, solar, eólica, a exploração da biomassa e da agroenergia como a do álcool e a do biodiesel, ou seja, a biomassa como fonte energética alternativa à fonte mais poluente, que é baseada em combustíveis fósseis.

*Há uma questão controversa em relação ao protocolo de Kyoto. Trata-se dos créditos de carbono, situação em que se estabelecem cotas de emissão para cada país nas quais um país pode vender sua cota a outro. Já há inclusive, no Rio, uma bolsa de cotas de carbono. Há aqui dois problemas: o primeiro, levantado por quem encara esse tipo de comércio como algo que pode congelar o desenvolvimento dos países pobres ao abrirem mão de seu direito de emissão. O outro é levantado por ambientalistas segundo os quais este mecanismo não ajuda a diminuir os atuais níveis de emissão de gases na atmosfera, mas que, ao contrário, os congela. Qual sua opinião a respeito?*

**Luis Fernandes** – Em relação a essas duas questões, a lógica do mecanismo é exatamente a do não congelamento. A pergunta é: isso pode congelar o desenvolvimento dos países pobres que abrem mão do direito de emissão? Em primeiro lugar não é direito de emissão, o que existe são países em desenvolvimento sem metas de redução. Não se trata de concessão de direitos de emissão. O fato é que, ao vender créditos de carbono para os países centrais, estes países obtêm novas fontes de recursos e podem ampliar a adoção de tecnologias ímpares para o seu desenvolvimento nacional. Não se trata de congelar, isso aconteceria se não houvesse o crédito de carbono. Seria como dizer “você têm de assumir metas de não emissão de gases poluentes”. Isso equivaleria a colocar os países em desenvolvimento na mesma posição dos países centrais, assumindo uma outra lógica: financiamento dos países centrais para o desenvolvimento sustentável dos países mais pobres.

Por outro lado, temos a crítica de alguns setores ambientalistas que fazem o serviço, consciente ou inconscientemente, da política externa para os países dominantes. Um dos pontos de reclamação dos EUA em relação ao protocolo de Kyoto é justamente este: como os EUA vão assumir metas de redução se os grandes países em desenvolvimento – como Brasil, Índia, China, África do Sul – não têm metas? Então esses ambientalistas cobram dos países em desenvolvimento que eles também assumam metas. Mas isso contraria o princípio da justiça internacional, inscrito no protocolo de Kyoto. Esses países não são historicamente os principais responsáveis pelo efeito estufa, portanto, os países que são os principais causadores do problema têm de arcar com o maior custo de sua solução. O Brasil tem defendido com sucesso nos fóruns internacionais que os países em desenvolvimento não tenham metas, mas tenham incentivos para adotar programas de desenvolvimento limpo em seus países – isso foi inscrito nos acordos da recém-realizada Conferência de Montreal. No caso das florestas tropicais, como no Brasil, entre 70% e 75% da emissão de gases poluentes são frutos do desmatamento. Por isso, não nos marcos do

protocolo de Kyoto, mas nos da Convenção das Nações Unidas, foram estabelecidos mecanismos de incentivo para os países em desenvolvimento preservarem as suas florestas tropicais. O Brasil inclusive teve um grande avanço em 2005, ano em que conseguimos reduzir em 31% o desmatamento de Amazônia. Essa é a nossa principal contribuição para combater a emissão de gases, sem, no entanto, ter metas para cumprir.

*O Brasil, por conta de sua natureza privilegiada, pode desenvolver fontes alternativas e renováveis de energia. Intelectuais como Bautista Vidal e Beroaldo Maia Gomes têm chamado há décadas a atenção para a solução a partir da energia solar e da concentração nos vegetais de substâncias químicas, que se resume no termo biomassa. O governo brasileiro tem mostrado disposição em tocar adiante projetos de pesquisa em torno deste recurso. Em que estágio anda este tipo de pesquisa para utilização da biomassa como uma matriz energética no Brasil hoje?*

**Luis Fernandes** – O Brasil é líder no desenvolvimento de tecnologia de exploração da biomassa para fins energéticos. Isso se expressa especificamente na utilização no etanol do álcool. Aliás, o professor Bautista Vidal foi um dos responsáveis pela primeira versão do programa do álcool no Brasil – isso é reconhecido mundialmente. Existem vários países comprando tecnologia brasileira para utilização da tecnologia do álcool. Hoje os motores chamados *flex fuel* – que utilizam tanto o álcool quanto a gasolina – já representam mais de 70% da produção automobilística no país. Portanto, é uma iniciativa de ponta. Temos também o programa do biodiesel que inclui não só a incorporação de 2% de biodiesel ao petróleo – base da energia produzida para transportes – mas também o fato de a produção do combustível limpo do ponto de vista da emissão de gases vir aliada a um conteúdo de inclusão social muito forte, pois se trata de cultivos vegetais vinculados à população mais pobre e à agricultura popular. Temos o exemplo do cultivo da mamona no semi-árido e do dendê na região Norte. Há todo um campo a

ser explorado na área da agroenergia – justamente o potencial agrícola brasileiro – visando a uma energia limpa para todo o país. A própria matriz hidrelétrica brasileira também é relativamente limpa. Nas características do nosso país, diferentemente de outros países e em função da profusão dos rios existentes, a produção de energia elétrica é gerada por usinas hidrelétricas. São poucos países no mundo que têm essa capacidade, pois são dependentes, por exemplo, do carvão e do petróleo para produção de eletricidade. Por isso é muito importante essa sinalização definida na Conferência de Montreal: pensar um novo paradigma de cooperação internacional nos marcos da Convenção Quadro das Nações Unidas. Porque ali foi indicado que seria necessário definir novas formas de investimento por meio das quais recursos dos países centrais fomentariam a transferência de tecnologia e desenvolvimento limpo entre os países em desenvolvimento. E nesse terreno o Brasil é claramente líder e pode transferir tecnologia para todos os países em desenvolvimento, pois tem uma ampla experiência e capacidade instalada para tanto.

*Então em médio, talvez em longo, prazo nosso país poderá por si só dar conta de um desenvolvimento ambientalmente sustentado?*

**Luis Fernandes** – No meu entender, a nossa perspectiva é a das mais favoráveis do mundo, pois temos essas características não só de desenvolvimento tecnológico, mas as de clima, de flora, que permitem esta exploração sustentável do país.

*O protocolo de Kyoto concentra o problema a variação climática que tem acometido o nosso planeta. Essa variação, em seu entender, tem relação com a ação antrópica ou com um chamado ciclo natural do planeta Terra?*

**Luis Fernandes** – Segundo o entendimento que fundamenta o protocolo de Kyoto, o presente processo de aquecimento global é fruto da ação antrópica e isso é medido. Hoje não

há mais dúvidas em relação a isso. Pesquisas realizadas na Antártida, inclusive com participação brasileira, deram as provas definitivas para essa questão. Claro, há um ciclo natural de flutuação de temperatura na Terra – nós já tivemos várias eras do gelo anteriores e vários períodos de aquecimento. A pesquisa na Antártida, como ambiente-palco dos estudos pelo grande acúmulo de neve e ainda por ser uma região inabitada, permite recompor os ciclos da atmosfera na Terra via profundidade da neve. Trata-se de um fenômeno: bolhas de ar ficam presas dentro da neve, então as camadas sucessivas assumem uma ordem cronológica. Há pesquisas que fazem um corte nessas camadas e conseguem traçar as quatro estações na Antártida de hoje até centenas de milhares de anos atrás. Desse modo, essa pesquisa revela a flutuação da temperatura na Terra, mas também revela a composição da atmosfera, como, por exemplo, a composição de gases poluentes responsáveis pelo efeito estufa. Há um ciclo natural, mas fica claro nos estudos que se nota nos últimos 300 anos – em particular nos últimos 200 anos – uma evolução que sai por completo do ciclo natural nas duas dimensões. Isso acontece em termos de aquecimento fora do ciclo natural da terra e de elevação de temperatura média, por um lado. Por outro, uma presença muito maior de gases poluentes responsáveis pelo efeito estufa na atmosfera. Portanto, a única explicação para isso são as consequências da Revolução Industrial e a opção pela utilização de combustíveis de origem fóssil como base da matriz energética naquele momento – e isso é claramente demonstrado. Então, claramente, há uma variação de um ciclo natural da Terra, mas há agora também uma evolução que foge por completo desse ciclo e é responsável pelo aquecimento global. Essa evolução e esse aquecimento global vêm acompanhados de inúmeras implicações; por exemplo, o aumento das secas, a redução de geleiras, a alteração da flora e da fauna, o aumento da incidência de furacões e fenômenos naturais extremos como o Tsumani, entre outras. Essas consequências são ainda mais drásticas pa-

ra aqueles países que são ilhas de baixa elevação, como Samoa e também as ilhas Faroese, que podem ser simplesmente varridas do mapa com a elevação do nível das águas, fruto do aquecimento global.

*Você encabeçou a delegação brasileira ante a Conferência do Clima ocorrida em Montreal em dezembro de 2005. Novamente os interesses do centro e da periferia do sistema entraram na pauta, sendo que o Brasil ganhou notoriedade ao aventar a hipótese de os países periféricos intensificarem seus próprios esforços de redução de gases e que o aumento desse esforço depende necessariamente de compensações feitas pelos países ricos. Qual o resumo que você faria deste encontro e o papel do Brasil na defesa dos interesses dos países da periferia?*

**Luis Fernandes** – Eu apontaria duas questões fundamentais. Primeira: o protocolo de Kyoto entrou em vigor apenas no ano passado, porque para entrar em vigor era necessário que países responsáveis por mais de metade da emissão de gases poluentes no mundo aderissem a ele. Diante da recusa dos EUA – os principais emissores de gases poluentes – em assiná-lo, essa barreira dos 50% só foi atingida com a assinatura da Rússia, dando encaminhamento ao protocolo em fevereiro de 2005. As metas de redução de gases, nele acordadas, têm um prazo de vigência até 2012. Então, a primeira grande discussão da Conferência é haver uma sinalização clara de que o sistema de metas do protocolo vai continuar depois de 2012, pois a tendência das empresas dos países centrais seria de adotar um comportamento oportunista e descompromissado em função do prazo não acordado. Então um dos avanços da Conferência de Montreal foi os signatários do protocolo terem sinalizado claramente que essas metas terão continuidade, inclusive com a adoção de metas mais duras após esse período. Esse fato cria um clima de segurança regulatória para os países e as empresas. Foi então definido um novo calendário para que ao longo de 2006 as novas metas dos países centrais sejam estabelecidas, preservando o critério de

que os países em desenvolvimento não assumirão metas nos marcos do protocolo de Kyoto. Sem esse primeiro avanço, boa parte dos princípios do protocolo não poderia ser executada de imediato, pois não haveria segurança no seu cumprimento.

Segunda: estabelecimento de um novo marco para um diálogo mais amplo sobre mudanças climáticas para além do protocolo de Kyoto. Então, acordou-se – e os EUA se recusaram inicialmente em fazer parte do diálogo, inclusive se retirando das negociações no ponto mais crítico da Conferência de Montreal, mas, por fim, tiveram de recuar e aceitar a posição defendida pela esmagadora maioria dos países presentes – que fosse aberto um novo diálogo sobre mudanças climáticas nos marcos da Convenção Quadro, aprovada na Rio-92. Nesses marcos foi introduzida essa possibilidade de estabelecer um novo paradigma de cooperação internacional para promover o desenvolvimento limpo e combater as mudanças climáticas do efeito estufa. Essas mudanças serão possíveis com o financiamento dos países centrais e a transferência de tecnologia entre os países em desenvolvimento, objetivando generalizar a adoção de tecnologias limpas e com padrões de desenvolvimento sustentável nos países não-centrais. Esse segundo ponto da Conferência representou uma derrota da posição original da política externa dos EUA, que se recusavam a propor esse tipo de negociação, mas tiveram não só que recuar e aceitar, mas também adotar os termos inscritos como orientadores na nova rodada de negociações.

O Brasil teve papel absolutamente decisivo nesses dois pontos fundamentais da Conferência. A própria idéia de ter dois trilhos de negociação – um no âmbito do protocolo de Kyoto e outro no da Convenção Quadro das Nações Unidas – foi uma iniciativa da diplomacia brasileira, construída ao longo do tempo, que acabou predominando na Conferência.

*Como você vê essa discussão sobre o meio ambiente? Quais são os principais aspectos que os marxistas devem explorar nesse tema da danifi-*

*cação da qualidade de vida das pessoas como consequência do estágio que o próprio capitalismo alcançou neste início de século?*

**Luis Fernandes** – A questão da proteção ambiental é um tema agudo da agenda mundial, mas nem sempre foi tratado com a importância devida pela teoria marxista. No meu entendimento, a teoria marxista é a mais bem equipada para lidar com a questão, porque o princípio promotor da destruição ambiental é a própria natureza predatória do capitalismo – um sistema orientado para o lucro a partir da propriedade privada. A questão ambiental pode então interferir no objetivo do capitalismo – a maximização do lucro –, o que gera uma predisposição predatória inscrita nessa lógica. Parece-me claro indicar que a agenda da preservação ambiental – combinada com a distribuição de riqueza e renda que gere maior igualdade no mundo e combata as desigualdades sociais – é respaldada pelo marxismo, que consegue aliar essas duas coisas. A agenda da preservação ambiental deve ser incorporada como um elemento estruturante da agenda socialista e antiimperialista para o século XXI no mundo, resguardadas as particularidades dos países em desenvolvimento – que se defrontam com a desigualdade econômica e política existente no sistema internacional, aguçada com o advento do imperialismo. A agenda é deles. Então no caso de marxistas atuando em países dominados pelo sistema imperialista, implicam também a sagacidade e a clareza em não aceitar que a bandeira da proteção do meio ambiente possa ser usada como instrumento para tolher o próprio desenvolvimento desses países. Por isso o tipo de iniciativa que nós conseguimos inscrever no protocolo de Kyoto é muito importante, pois nos permite combater as desigualdades geradas pelo sistema imperialista no mundo, com esforços para garantir o direito de desenvolvimento dos países mais pobres e dominados pelos países imperialistas, combinando a proteção ambiental com o combate à pobreza e a busca do crescimento econômico sustentável. Essa é uma agenda que deve ser in-

corporada como parte da agenda do socialismo no Século XXI, mas também como parte da agenda antiimperialista do Século XXI. O fato é conseguir combinar o desenvolvimento nacional dos países dominados com os mecanismos de promoção de desenvolvimento sustentável capazes de cobrar dos países imperialistas a sua responsabilidade histórica pela destruição ambiental, objetivando o fim da desigualdade existente no sistema internacional.

*Você, como estudioso da experiência socialista da URSS, como analisa a gestão ambiental durante as primeiras experiências socialistas no século passado?*

**Luis Fernandes** – O nosso balanço crítico das primeiras experiências socialistas nos remete à insuficiência das medidas de proteção ambiental, pois as experiências socialistas do século XX emergiram em países que estavam na periferia do sistema capitalista e que, portanto, tiveram de enfrentar conjuntamente o desafio da transição para o socialismo, com o desafio da superação do atraso herdado das sociedades anteriores. Havia urgência não só em termos de um projeto visto como necessário para a sociedade no seu desenvolvimento histórico, mas também pela situação geopolítica, na qual todas as experiências enfrentaram um cerco capitalista hostil e mais poderoso do ponto de vista econômico, político e militar. Portanto, a necessidade de se criar rapidamente uma base industrial era também um tema de defesa e de sobrevivência dessas experiências, pois se elas não tivessem montado rapidamente uma base industrial não teriam condições de se defender de uma eventual agressão por parte desse cerco capitalista que era a característica e o contexto do desenvolvimento dessas experiências. O exemplo concreto da URSS é claro, pois se ela não tivesse empreendido um esforço gigantesco de industrialização acelerada no final dos anos 1920 e ao longo dos anos 1930 não teria uma base industrial que pudesse ser convertida na indústria de defesa que, em última instância, derrotou o na-

zismo na II Guerra Mundial. Contudo, isso teve um custo do ponto de vista do não-desenvolvimento pleno do potencial de preservação ambiental, que faz parte do próprio projeto socialista, na medida em que ele não é movido pela lógica da maximização do lucro de empresas privadas, mas é um projeto de desenvolvimento em que predomina o interesse social. E há um interesse social inerente também na preservação do meio ambiente, porque os seres humanos são parte dele, na medida em que se trata das condições de vida das pessoas. Essa dimensão da agenda emancipatória da teoria marxista foi relevada em segundo plano. Ela foi obscurecida, abafada nas primeiras experiências socialistas do século XX. Isso pode ser claramente visto nas propagandas do socialismo da época, em que o trabalhador sempre era mostrado nos cartazes nos anos 1930 com as fábricas ao fundo, cheias de fumaça – e isso era valorizado como se fosse um progresso. A consciência do prejuízo ambiental que aquilo acarretava não foi desenvolvida pelo socialismo, entendendo o contexto histórico que elas enfrentaram, pois não podemos nos abstrair disso. Mas já temos condições no Brasil e no mundo para incorporar mais estruturalmente a agenda da preservação do meio ambiente a uma agenda do desenvolvimento nacional no mundo para o século XXI.

---

*Rita Polli é jornalista e assessora de imprensa da bancada federal do PCdoB.*

# *A ecologia de Marx*

JOHN BELLAMY FOSTER

A bibliografia marxista sobre questões ambientais não é extensa, embora este tema não seja estranho ao marxismo: desde seus escritos iniciais, Karl Marx enfatiza o metabolismo que existe entre o homem e a natureza.

A grande virtude de *A ecologia de Marx – materialismo e natureza*,

de John Bellamy Foster, do qual foi extraído o texto aqui publicado, é justamente visitar o assunto enfrentando, de um lado, as visões derivadas do marxismo ossificado, cujo acento produtivista minimiza o problema, e, de outro, o chamado “marxismo ocidental” e sua ênfase apenas nas questões culturais. Tudo isso num esforço para restaurar a dialética materialista original e, a partir daí, contrapor-se ao idealismo subjacente à maioria do pensamento “verde” contemporâneo. E, para isso, examina as teses que, enraizadas nos pensadores do Renascimento, fundamentam o debate desde o século XIX.

Editor da *Monthly Review*, a revista marxista mais antiga que continua sendo editada, Bellamy Foster contribui assim para restaurar a compreensão materialista dialética neste debate, em um livro que eleva a compreensão mais avançada desta questão. (José Carlos Ruy)

**E**m bora haja uma longa história de denúncias contra Marx por falta de preocupação ecológica, hoje, após décadas de debate, está claríssimo que essa visão absolutamente não condiz com as evidências. Pelo contrário, como observou o geógrafo italiano Massimo Quaini, “Marx (...) denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa”. Desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão da alienação dos seres humanos em relação à natureza. Era esta alienação bilateral que, acima de tudo, era preciso explicar *historicamente*.

Em consequência, muitos dos mais virulentos críticos de Marx foram forçados, nesses últimos tempos, a admitir que o trabalho dele contém numerosos e notáveis *insights* ecológicos. Em vez de simplesmente condená-lo no que tange a isto, os críticos agora costumam recorrer a seis argumentos intimamente conectados. Primeiro: as afirmações ecológicas de Marx são descartadas como “apartes iluminadores” sem nenhuma relação sistemática com o corpo principal de sua obra. Segundo: consta que estes *insights* ecológicos emanam de modo desproporcionado da sua crítica inicial da alienação, e são muito menos evidentes na sua obra mais tardia. Terceiro: Marx, segundo consta, não conseguiu em última instância lidar com a exploração da natureza (deixando de incorporá-la na sua teoria do valor), tendo em vez disso adotado uma visão “prometéica” (pró-tecnológica, antiecológica). Quarto: como corolário ao argumento “prometéico”, afirma-se que, na visão de Marx, a tecnologia capitalista e o desenvolvimento econômico haviam resolvido todos os problemas dos limites ecológicos, e que a futura sociedade de produtores associados existiria sob condições de abundância. Não seria, pois, necessário, como escreve o economista Alec Nowe, supostamente seguindo a lógica de Marx, “levar a sério o problema da alocação de recursos escassos” ou desenvolver um socialismo “ecologicamente consciente”. Quinto: Marx, alega-se, tinha pouco interesse pelas questões da ciência ou pelos efeitos da tecnologia sobre o meio ambiente, faltando-lhe, pois, base científica para a análise de questões ecológicas.

Segundo os proeminentes sociólogos britânicos Michael Redclift e Graham Woodgate, Marx teria sugerido que as interações humanas com o meio ambiente natural, embora sociais, eram também “ubíquas e imutáveis”, comuns a cada fase da existência social... Tal perspectiva não reconhece integralmente o papel da tecnologia e os seus efeitos no meio ambiente. Sexto: Marx, diz-se, era “especiesista”, dissociando radicalmente os seres humanos dos animais e tomando o partido daqueles em detrimento destes.

Todas essas críticas são sumariamente contraditadas pela análise que se faz neste livro, no qual se tenta uma reconstrução sistemática do pensamento ecológico de Marx. Muitas dessas críticas confundem Marx com outros teóricos socialistas criticados pelo próprio Marx, segundo uma antiga tradição na crítica marxista em que, citando Jean-Paul Sartre, “um argumento ‘antimarxista’ é apenas o rejuvenescimento aparente de uma idéia pré-marxista”. Daí Marx ser atacado pelo seu suposto “prometeísmo” tecnológico, muito embora o ataque mais forte já escrito contra tais visões “prometéicas” seja o do próprio Marx, na crítica do *System of economical contradictions* de Proudhon. Do mesmo modo, Marx é condenado por não ter conseguido reconhecer a contribuição da natureza para a riqueza, apesar da sua aguçada crítica do socialista alemão Ferdinand Lassalle por ter adotado a visão “sobrenatural” de que o trabalho era a única fonte de riqueza, e assim ignorado a contribuição da natureza.

No fundo, porém, o que está sendo questionado na maioria dessas críticas é o materialismo de Marx. Diz-se aqui que o materialismo de Marx o levou a enfatizar uma espécie de dominação “baconiana” do desenvolvimento econômico e da natureza, em vez de afirmar *valores* ecológicos. Marx torna-se assim uma espécie de *whig* radical que opõe aos *tories* adoradores da natureza, um representante do antropocentrismo utilitário em contraposição ao ecocentrismo romântico. O problema desta crítica, como de tão boa parte do pensamento socioeconômico da época, é que ela não consegue reconhecer a natureza fundamental da *interação* entre os seres humanos e o seu meio ambiente. A questão ecológica reduz-se antes e acima de tudo a uma questão de *valores*, ainda que a questão muito mais difícil da compreensão da *evolução das inter-relações materiais* (o que Marx chama de “relações

metabólicas”) entre os seres humanos e a natureza não seja, pois, minimamente alcançada. De um ponto de vista materialista consistente, a questão não é antropocentrismo *versus* ecocentrismo – a rigor, tais dualismos pouco nos ajudam a entender as condições materiais reais, em perene mudança, da existência humana no interior da biosfera – mas uma questão de *co-evolução*. Abordagens que focam simplesmente valores ecológicos, como o espiritualismo e o idealismo filosófico de modo mais genérico, são de pouca valia para a compreensão destas complexas relações. Contrastando com todas essas visões, que “baixam do céu para a terra”, é necessário “ascender da terra para o céu”. Isto é, precisamos entender como as concepções espirituais, inclusive as nossas conexões espirituais com a terra, relacionam-se com as nossas condições terrenas, materiais.

Há aqui mais coisas em jogo do que simplesmente Marx, é óbvio. O que realmente está em jogo é toda a história das abordagens materialistas à natureza e à existência humana. Dentro do pensamento verde da época, desenvolveu-se uma forte tendência para atribuir todo o curso da degradação ecológica à emergência da revolução científica no século XVII, representada acima de tudo pelas contribuições de Francis Bacon. Bacon é retratado como o principal proponente da “dominação da natureza” – tópico normalmente desenvolvido pela citação de determinados aforismos, sem qualquer consideração sistemática do pensamento dele. Daí a idéia da “dominação da natureza” ser tratada como uma perspectiva simples, diretamente antropocêntrica, característica do mecanicismo, à qual se pode opor uma visão romântica, organicista, vitalista, pós-moderna.

Não obstante, focando no conflito entre o mecanicismo e o vitalismo ou idealismo (e perdendo de vista a questão mais fundamental do materialismo), cai-se numa concepção dualista que não consegue reconhecer que estas categorias são dialeticamente conectadas na sua unilateralidade, e precisam ser transcendidas juntas, pois representam a alienação da sociedade capitalista. Como Christopher Caudwell (1907-1937), inquestionavelmente o maior pensador marxista da sua geração na Grã-Bretanha, observou na década de 1930, o mecanicista é “levado pela reflexão sobre a experiência ao pólo oposto, que não passa de um outro aspecto da mesma ilusão – à tele-

ologia, ao vitalismo, ao idealismo, à evolução criativa ou ao que quer que se queira chamar a isso, mas que é decerto a ideologia da moda no capitalismo em decadência”.

A perpetuação dessa perspectiva dualista é intrínseca a grande parte da Teoria Verde da época, e, por vezes, levou essa tradição a uma crua rejeição de quase toda a ciência moderna, bem como o iluminismo e os movimentos mais revolucionários – uma tendência que alimentou o anti-racionalismo de boa parte do pensamento pós-moderno contemporâneo. Do século XVII ao século XX, quase todos os pensadores, salvo alguns poetas, artistas e críticos culturais, são condenados nesta visão por aderirem a valores antiecológicos e por endeusarem o progresso.

Neste contexto estranho, idealista, em que só os valores importam, as questões histórico-materiais reais desaparecem e as grandes lutas históricas e intelectuais reduzem-se a meras frases. É óbvio, ou deveria ser, que a noção da “dominação da natureza” pelo homem, embora tendendo para o antropocentrismo, não implica necessariamente uma extrema desconsideração da natureza ou das suas leis. O próprio Bacon afirmou que a maestria da natureza estava enraizada na compreensão e na obediência às suas leis. Embora isso fosse ser condenado por Marx como sobretudo um “ardil” para obrigar a natureza a conformar-se às necessidades do desenvolvimento burguês, a formulação expressava, porém, uma contradição verdadeira da condição humana.

Assim, partindo do conceito da “maestria da natureza”, Caudwell escreve em *Illusion and reality* (1937):

“Os homens, na luta com a natureza (isto é, na luta pela liberdade), entram em certas relações uns com os outros para conquistar essa liberdade (...) Mas os homens não podem mudar a natureza sem mudar a si mesmos. A plena compreensão desta mútua interpenetração do movimento reflexivo dos homens e da natureza, tendo como mediador as relações necessárias e em desenvolvimento conhecido como sociedade, é o *reconhecimento* da necessidade, não apenas na natureza, mas em nós mesmos e, portanto, na sociedade. Vista objetivamente, esta ativa relação sujeito-objeto é a ciência; vista subjetivamente, é a arte; mas, como consciência emergindo em ativa união com a prática, ela é simplesmente a vida

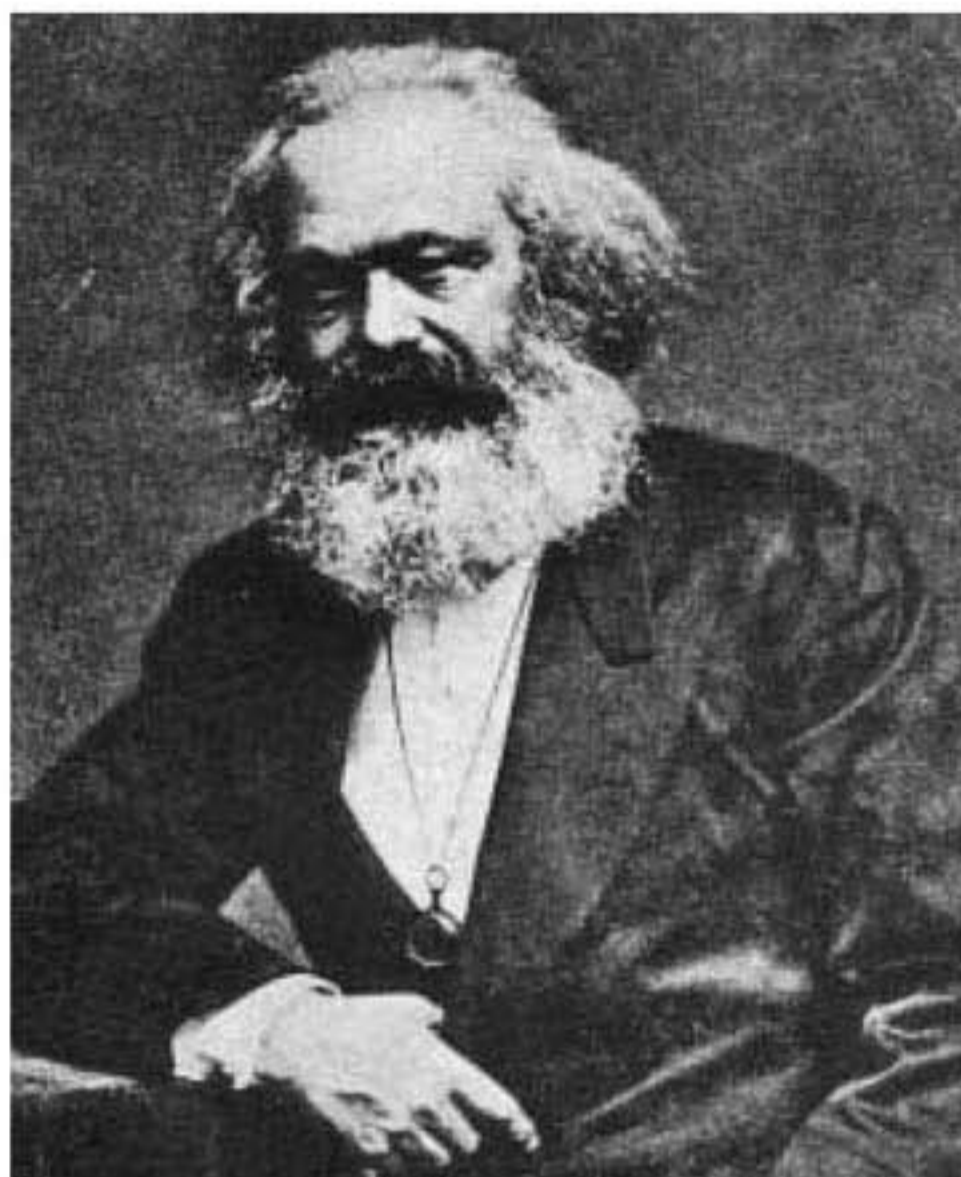


concreta – todo o processo de trabalhar, sentir, pensar e comportar-se como indivíduo humano num mundo único de indivíduos e natureza”.

Nessa concepção dialética, que enfatiza a “reflexividade”, a assim chamada “maestria da natureza” torna-se um processo infundável de interação dialética. Daí não ser nenhuma surpresa Caudwell ter empreendido na sua obra *Heredity and development*, esboçada pouco depois de *Illusion and reality*, mas só publicada meio século depois, em 1986, uma forte defesa de uma abordagem co-evolucionária às relações entre o homem e a natureza, enraizada tanto em Darwin quanto em Marx.

Uma vez que se reconheça, em conformidade com o argumento acima, que não há contradição fundamental necessária entre a mera idéia de “maestria da natureza” e o conceito de sustentabilidade, não será nada surpreendente que as noções de “maestria” e “sustentabilidade” tenham surgido juntas, exatamente dentro da própria tradição baconiana. Não por acaso entre os “aperfeiçoadores” baconianos também se incluem os primeiros defensores do desenvolvimento sustentável, como a grande defesa das florestas em *Sylvia* (1664), de John Evelyn, e o seu ataque à poluição do ar – a maior crítica materialista jamais escrita da poluição atmosférica – em *Fumifugium* (1661). Não apenas como aperfeiçoador baconiano, mas também como tradutor de parte de *De rerum natura* (Sobre a natureza das coisas), de Lucrecio, a obra prima poética do antigo materialismo epicurista (que seria um ponto de partida para o materialismo do próprio Marx), Evelyn representa o conjunto extremamente complexo de questões aqui envolvido.

Na verdade, os maiores avanços na evolução do pensamento ecológico até o fim do século XIX resultaram da ascensão à proeminência de concepções materialistas de natureza, interagindo com condições históricas mutantes. Na era medieval, a rigor até o fim do século XIX, a visão de mundo dominante era a visão teleológica da Grande Cadeia do Ser (posteriormente modificada pela teleologia natural), que explicava tudo no universo em termos da divina providência e secundariamente em termos da criação da terra por Deus para o “homem”. Todas as espécies foram criadas separadamente. A terra era o centro do universo, e o tempo e o espaço eram limitados. O



Marx.

grande inimigo deste ponto de vista, *ab initio*, foi o antigo materialismo, sobretudo o materialismo epicurista, que seria ressuscitado no interior da ciência renascentista e iluminista.

Questionando o ponto de vista escolástico-aristotélico, o materialismo também questionava o antropocentrismo que era central a esta teleologia: a terra foi desalojada do centro do universo; descobriu-se que o tempo e o espaço eram infinitos (e até que a história da terra estava atrelada ao “profundo abismo” do tempo); e, por fim, demonstrou-se que os seres humanos compartilhavam com os macacos de uma ancestralidade comum, originando-se de um galho da mesma árvore evolucionária. A cada ponto desse crescimento da ciência, que seria equacionado com o crescimento do materialismo, Deus era desalojado do universo material – do sistema solar, da evolução da terra, da própria evolução da vida, por fim, de tal forma que, na visão da ciência moderna, Deus, como os deuses de Epicuro, com efeito habitava cada vez mais o *intermundia*, os poros entre os mundos, sem qualquer relação com o universo material. A mesma importância teve a grande descoberta – essencial para a análise ecológica – da interdependên-

cia dos seres humanos com a terra ao longo de toda a evolução material. Não se podia mais presumir que os seres humanos fossem simplesmente dominantes, ou supremos, ocupando a sua própria posição fixa na Grande Cadeia do Ser a meio caminho entre os mais inferiores dos organismos e os mais superiores dos anjos (ou Deus). O importante, em vez disso, era a natureza da interação entre os seres humanos e o mundo material do qual eles eram parte. A relação humana com a natureza era, como Bacon havia enfatizado, um fenômeno da *história natural* ou, como Darwin salientava, de uma longa trajetória de seleção natural.

O relato evolucionário da natureza do próprio Darwin derivava do seu materialismo fundamental, intransigente (com respeito ao mundo natural). Ele representou a um só tempo a “morte da teleologia” (como salientou Marx) e o crescimento de um ponto de vista antiantropocêntrico. É com base na obra bio-histórica de Darwin, complementada pelas descobertas biofísicas de outros cientistas, como o grande químico agrícola alemão Justus Von Liebig, com sua ênfase na circulação dos nutrientes do solo e sua relação com o metabolismo animal, que se pode dizer que a ecologia moderna emergiu em meados do século XIX. Mesmo o darwinismo tendo sido frequentemente convertido em apenas mais uma perspectiva mecanicista, “o darwinismo, tal como encontrado nos escritos de Darwin”, escreveu Caudwell,

“(…) ainda recende ao contrato com a multidão de novos fatos biológicos então sendo descobertos. O organismo ainda não é colocado aridamente contra o meio ambiente, mas a teia da vida ainda é vista permeando com fluidez o resto da realidade (...) A extraordinária riqueza do cortejo de mudança, história e conflito na vida, que Darwin descerra, confere um poder revolucionário insurgente aos seus escritos e aos de outros seguidores imediatos como Huxley”.

A importância da análise de Darwin para nós hoje foi sublinhada sobretudo por Rachel Carson, que escreve: “Hoje, seria difícil encontrar qualquer pessoa instruída que negasse os fatos da evolução. Não obstante, muitos de nós negamos o corolário óbvio: que o homem é afetado pelas mesmas influências ambientais que controlam as vidas de todos os muitos milhares de outras espécies com as quais ele está relacionado por vínculos evolucionários”.

As implicações mais amplas disto e a importância global do materialismo para o desenvolvimento do pensamento ecológico podem ser entendidas com mais clareza a partir de uma perspectiva ecológica da época observando as quatro conhecidas “leis informais” da ecologia de Barry Commoner. São elas: (1) tudo se conecta com tudo o mais; (2) tudo precisa ir a algum lugar; (3) a natureza sempre tem razão; e (4) nada vem do nada (18).

As duas primeiras e a última dessas “leis informais” eram princípios cruciais da física epicurista, enfatizados no Livro I de *Sobre a natureza das coisas*, de Lucrecio, que foi uma tentativa de apresentar a filosofia epicurista em forma poética (19). A terceira “lei informal” parece, à primeira vista, implicar um determinismo teológico, naturalista, mas no contexto do argumento de Commoner é mais bem compreendida como “a evolução tem razão”. Ou seja, no curso da evolução – corretamente entendida não como um processo teleológico ou rigidamente determinado, mas como um processo que contém a cada etapa colossais níveis de contingência – as espécies, inclusive os seres humanos, tornaram-se adaptadas aos seus ambientes por meio de um processo de seleção natural de variações inatas, operando numa escala cronológica de milhões de anos. Então, segundo essa perspectiva, nós deveríamos ter muita cautela ao fazer mudanças ecológicas fundamentais, reconhecendo que, se introduzirmos no meio ambiente substâncias químicas novas, sintéticas, que não sejam produto de uma longa evolução, estaremos brincando com fogo.

Em última instância, é evidente que os seres humanos não são totalmente determinados pelas condições naturais (além da morte, que, nas palavras de Epicuro, “não significada nada para nós”). Há, na realidade, um elemento de liberdade humana, uma capacidade de “mudar de direção”, mas sempre com base em condições materiais que existem como antecedentes e que carregam com elas algumas limitações. Daí os seres humanos, como enfatizou Epicuro, existirem num mundo governado pela extinção dessas espécies que não conseguem se adaptar (não confundir com uma teoria de seleção natural plenamente desenvolvida no sentido darwiniano) e caracterizado por um desenvolvimento na relação humana com a subsistência. Tudo isso está sujeito à contingência e, no caso do homem, à escolha ética: a for-

mação de compactos sociais inclusive. (Tudo isso consta do Livro V do grande poema de Lucrecio.)

Foi com essa filosofia materialista fundamental que Marx se debateu, pelo menos até certo ponto, desde a juventude. Ainda no ginásio, muito antes de ter qualquer contato com Hegel, Marx se debatia com a crítica epicurista da concepção religiosa do mundo. Mais tarde, o epicurismo se tornou o tópico da sua tese de doutoramento, permitindo que ele focasse, a um só tempo: as primeiras teorias materialistas, as suas concepções de liberdade humana, as fontes do iluminismo, o problema da filosofia da natureza hegeliana, a crítica da religião, e o desenvolvimento da ciência.

Para Marx, a principal limitação da filosofia de Epicuro estava no fato de que o seu materialismo era meramente “contemplativo”, um problema que reaparecia mais tarde em Feuerbach. Encampanando o elemento ativista da dialética e filosofia hegeliana, Marx desenvolveu um materialismo prático enraizado no conceito de práxis. Mas isso jamais, em nenhum ponto da sua obra, dissociou-se de uma concepção de natureza mais profundamente materialista que permaneceu implícita no seu pensamento. Isso deu à obra de Marx grande força teórica, além da que lhe é normalmente atribuída. Assim se explica o fato de Marx ter avaliado tão rapidamente a importância das obras de Liebig e de Darwin. Além do mais, ajuda-nos a entender como Marx, como veremos, foi capaz de construir um entendimento do desenvolvimento sustentado com base na obra de Liebig e de co-evolução com base em Darwin.

Uma análise ecológica cabal requer uma postura tanto materialista quanto dialética. Ao contrário de uma visão do mundo natural vitalista, espiritualista, que tende a ver o mundo em conformidade com algum propósito teleológico, um materialista vê a evolução como um processo aberto da história natural, governado pela contingência, mas aberto à explicação racional. Num ponto de vista materialista que também seja de natureza dialética (isto é, um materialismo não-mecanicista), isto é visto como um processo de transmutação de formas num contexto de inter-relacionamento que exclui toda distinção absoluta. A vida (dos organismos) e o mundo físico, como Rachel Carson costumava enfatizar, não existem em “compartimentos isolados”. Há, em vez disso, uma

“extraordinária unidade entre os organismos e o meio ambiente”. Uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos em geral não se adaptam simplesmente ao seu meio ambiente, mas também afetam o meio ambiente de várias maneiras e, afetando-o, modifica. A relação é, pois, recíproca. “O solo”, por exemplo, “sofre mudanças evolucionárias grandes e duradouras em decorrência direta da atividade das plantas que ali crescem, e essas mudanças por sua vez retroagem nas condições de existência do organismo”.

Uma comunidade ecológica e o seu meio ambiente precisam, pois, ser vistos como um todo dialético, em que diferentes níveis de existência são ontologicamente significativos – e em que não há um propósito global guiando essas comunidades. Até propósitos humanos supostamente universais estão abertos a questionamento por seu caráter limitado. Os seres humanos, observou Marx, atribuem características universais, “úteis”, aos bens que produzem, “embora dificilmente o fato de ser comestível para o homem parecesse a uma ovelha uma das suas propriedades ‘úteis’”. Este tipo de complexidade dialética no entendimento das relações ecológicas tinha em vista a transcendência de todos os pontos de vista unilaterais, reducionistas.

Como Richard Levins e Richard Lewontin explicam em *The dialectical biologist*,

“Tanto as necessidades teóricas internas da ecologia quanto as demandas sociais que informam as nossas interações planejadas com a natureza exigem que se faça da compreensão da complexidade o problema central. A ecologia precisa se haver com a interdependência e a autonomia relativa, com a semelhança e a diferença, com o geral e o particular, com o acaso e a necessidade, com o equilíbrio e a mudança, com a continuidade e a descontinuidade, com os processos contraditórios. Precisa se tornar cada vez mais consciente da sua própria filosofia, e essa filosofia será eficaz na medida em que se tornar não apenas materialista, mas dialética”.

---

*John Bellamy Foster é editor de Monthly Review. Texto transcrito do livro A ecologia de Marx: materialismo e natureza. (Tradução de Maria Tereza Machado). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.*

# *(Re)pensando o futuro*

AZIZ AB`SABER

Os desafios ecológicos da urbanização desenfreada têm de ser enfrentados no longo prazo

**L**ongas meditações nos animaram a elaborar o presente estudo. Temos grandes preocupações com o modo superficial e incompleto com que a palavra futuro é utilizada. Vem acontecendo uma grande banalização dos modismos que incluem termos tais como sustentável, sustentabilidade e futuro. Essa última expressão é repetida nos mais diversos tipos de escrita e discurso, tornando-se um grande indicador de demagogia e ignorância. Ninguém devia ignorar que o futuro inclui sempre diversas profundidades de tempo. Nesse sentido, existe toda uma arte-ciência, potencializada pela interdisciplinaridade, na (pre)visão dos cenários do porvir, levando-se em conta a conjuntura e as tendências do presente.

Para tanto, elegemos duas temáticas delicadas que pretendemos – dentro dos limites do possível – avaliar para benefício de ecólogos, geógrafos, agrônomos e historiadores. Centramos nossa atenção nos perigos futuros de progressão da aldeia global em espaços fortemente urbanizados e industrializados, e nos problemas da devastação progressiva e incontro-

lável dos espaços territoriais dotados de florestas densas e biodiversas. São Paulo, de um lado; e no outro extremo, a Amazônia brasileira.

Em numerosos casos tem sido quase impossível realizar previsões, em termos de cenários e atividades, a diferentes profundidades de tempo. Os governantes pensam pouco no tempo de sua gestão, ou seja, quatro anos, ou em uma possível reeleição. Os economistas tentam prever fatos que se limitam o dia-a-dia do mercado, incluindo a nervosidade dos processos econômicos.

Entretanto ambientalistas de boa formação científica e interdisciplinaridade tendem a projetar seu pensamento e meditações para espaços de tempos futuros muito mais extensos: 50, 500, 5 mil ou 10 mil anos – mesmo porque se deseja que a humanidade sobreviva por um tempo imenso na história física e ecológica do planeta. Nesse sentido, a linguagem simplista dos que falam a palavra “futuro” inclui um senso de alta limitação. “Trabalho para o futuro”, “penso no tempo de vida dos meus filhos, e filhos dos meus filhos” ... evidentemente, nossa responsabilidade é muito maior e eticamente mais exigente.

Tendo por base tais considerações, temos pensa-

do no perigo da chamada “aldeia global”, sobretudo no que diz respeito ao destino que aguarda as regiões dotadas de densas redes ou bacias urbanas, como bem é o caso dos planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná. Nessas áreas, as cidades estão crescendo em mancha urbana progressiva, com exagerada tendência para verticalização, ou por sucessivos “saltões” para o interior do meio rural. Em numerosos setores de terras férteis, em vales de passagem obrigatória, ou ainda em entroncamentos de rotas, assiste-se a processos de conurbação indicadores dos perigos que podem acontecer pela formação da aldeia global.

É possível prever cenários catastróficos, dentro de algumas centenas de anos. A especulação derivada do capitalismo selvagem e da total falta de ética com o futuro poderá reduzir ao extremo os espaços dos agroecossistemas. O metabolismo urbano da aldeia global será totalmente insuportável. Faltarão água, com toda a certeza. E o crescimento populacional tenderá sempre a aumentar o número de pobres e carentes.

Não se trata de produzir um cenário ficcionista

de catástrofes entrecruzadas, mas sim de alertar os que só se preocupam com o presente. Não se pode apoiar os dizeres idiotizados de alguém que faz o discurso da contra-inteligência: “Os que vierem depois de nós que encontrem o mundo que deixamos, tal como o recebemos o mundo que nos deixaram”. Não adianta nada a implantação da consciência ambientalista, a capacidade de aplicar a arte-ciência de prever impactos, e nem tampouco o conhecimento do passado geológico, paleontológico, paleoclimático e paleoecológico. Atenção, jovens universitários do Brasil. É preciso pensar o futuro do planeta e da humanidade a diferentes profundidades de tempo, para exigir de governantes, economistas e ONG`s absurdas mais responsabilidade na difícil tarefa de construir cenários razoáveis para o futuro.

---

*Aziz Nacib Ab`Saber é geógrafo, professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP) e professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP). Artigo originalmente publicado na edição de agosto de 2004 da revista Scientific American Brasil.*



*Cidades brasileiras: é preciso planejar o futuro.*

# *Economia ecologicamente sustentada*

*A combinação de extrativismo e sistemas agroflorestais ajudaria a manter o máximo de mata em pé*

Existe um certo consenso de que os que fazem críticas severas a projetos elaborados por técnicos e pseudo-técnicos de governo devem apresentar alternativas. Outros julgam, entretanto, que cabe aos governantes reconhecer os erros de seus incompetentes "planejadores" e, de sua própria iniciativa, à custa de outros pesquisadores, encontrar alternativas para (re) direcionar projetos. Preferimos o encontro de alternativas por intermédio de cidadãos esclarecidos.

Tais meditações nos vêm à mente devido às inauditas controvérsias que vêm ocorrendo em nosso país pelo destino que se pretende dar às florestas nacionais da Amazônia (Flonas). A partir do ideário primário das reservas extrativistas, que em certo momento encantou o mundo com a garra de Chico Mendes na guerrilha dos "empates", podem-se fazer acréscimos notáveis e socialmente introduzidos pelos acreanos na fronteira com Rondônia (Nova Califórnia).

A alternativa que julgamos mais adequada para defesa das Flonas biodiversas da Amazônia centra-se no uso de setores bem selecionados da borda das florestas para atividades agroecossistêmicas e silviculturais. Usando a umidade exalada pela borda da mata, combinada com o calor e a forte luminosidade regional, podem-se plantar culturas de variadas espécies amazônicas ou de outras procedências.

Rente à floresta, renques de bananeira, pequenas áreas de açaí, cupuaçu e pupunha, intercalados com mandiocas mais extensos. E, em alternância, pequenos canaviais. Plantações de abacaxi e hortaliças de uso familiar. Nas rebordas e reentrâncias da florestas, plantação superposta das castanheiras de enxerto produzidas pela Embrapa de Belém do Pará. Em acréscimo, algumas experiências com o plantio de cacau e guaraná, em porções sombreadas da margem das florestas mais contínuas e biodiversas.

Na presente sugestão alternativa, está a idéia de um desenvolvimento socioeconômico com o máximo de mata em pé, com o máximo de proteção possível para a biodiversidade regional. É um esquema que protegeria o corpo integrado do ecossistema florestal, desenvolvendo ativida-

des agrárias e eventualmente silvestres na borda das matas, aproveitando o conjunto de fatores favoráveis: umidade derivada dos "cabelos" da floresta, sombreamento diurno flutuante, luminosidade e taxa de calor. Para tanto, há que progredir no cultivo de espécies de interesse para a alimentação familiar e agronegócios complementares. Entre as culturas de ciclo curto, a mandioca é a mais importante. Pode-se iniciar o cultivo dos retalhos da borda da mata e, depois, ampliá-los para melhoramento do solo já degradado. Identicamente, a castanheira deve ser plantada nos retalhos mais alterados das rebordas das Flonas.

Falta prever e detalhar muitas implantações indispensáveis: escolas de ensino fundamental, ramais e pequenas estradas para o transporte de produção. Nada impede que, complementarmente, seja possível continuar o extrativismo no coração da floresta, concentrando-se no látex e na coleta de ouriços de castanha. Mas será sempre na periferia das Flonas que o desenvolvimento socioeconômico e cultural poderá constituir um dos melhores exemplos de "economia ecologicamente auto-sustentada".

Como disse alguém: para os dias de hoje queremos a plantação de mandioca e cereais; em cinco ou seis anos, o açaí e o cupuaçu; as castanheiras ficarão para os nossos filhos e netos; agora, vamos continuar o extrativismo, enquanto tudo estará crescendo na beira das florestas. Ignorantes são os proprietários vindos de longe que nada sabem fazer de prático. Assim falou o amazônida, que merece governantes mais sensíveis e fazendeiros menos arrogantes e agressivos.

Muitas meditações e idéias ainda deverão ser feitas para salvar florestas e ajudar os representantes de uma geografia humana sofrida. Cabe a todos os que conhecem a Amazônia trabalhar um pouco mais, com inteligência, dedicação e ética. Por último queremos registrar – para todo o sempre – que consideramos um crime histórico a idéia absurda de alugar as Flonas para empresas exploradoras de madeira e outras espécies da biota vegetal. Quanto à idéia de conceder o gerenciamento das mesmas para ONG's estrangeiras que desconhecem os problemas da Amazônia, não queremos nem falar, pelo absurdo internalizado nessa sugestão. **(Aziz Ab`Saber)**

# Meio ambiente e desenvolvimento

ALDO ARANTES

“Não devemos nos vangloriar de nossas vitórias humanas sobre a natureza. Esta se vinga de nós para cada uma das derrotas que lhe infligimos”. (Friederich Engels, *Dialética da Natureza*)

O desenvolvimento capitalista tem como objetivo central o lucro máximo. Adota um sistema de produção e consumo que conduz à exploração da força de trabalho e ao desperdício dos recursos naturais.

A globalização neoliberal, forma atual da acumulação capitalista, agravou esse quadro, aprofundando a exploração dos trabalhadores, a degradação ambiental, a concentração do conhecimento, a imposição de hábitos culturais padronizados e, sobretudo, a concentração da riqueza a nível planetário.

Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano 1998/1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “os países já indus-

trializados, onde se encontram 19% da população mundial respondem por 86% do produto mundial e do consumo, enquanto os 20% das populações mais pobres do planeta detêm 1% do produto mundial, 1% das exportações e 1% dos investimentos”. A concentração da renda atinge níveis impressionantes, sendo que as três pessoas mais ricas do planeta detêm ativos superiores ao produto bruto dos 48 países mais pobres onde vivem mais de 600 milhões de pessoas.

A concentração do conhecimento se expressa no fato de que em 1993, 10 países respondiam por 84% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento e controlavam 95% das patentes registradas nos Estados Unidos e 80% das patentes dos países em desenvolvimento.

O meio ambiente tem sofrido as conseqüências desse modelo. Uma delas é o agravamento do efeito

estufa. Este ocasiona o aquecimento da terra, a alteração das correntes marítimas e de ar, conduzindo a sérias alterações climáticas. Tal fenômeno decorre da emissão de gases poluentes, como o gás carbônico, e coloca em risco o futuro da humanidade.

O Terceiro Relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) de 2001 prevê um aumento global da temperatura nos próximos 100 anos de 1,4 a 5,9 graus centígrados com a conseqüente elevação do nível médio dos mares, causada pelo degelo das calotas polares e glaciais.

Em fevereiro desse ano entrou em vigor o Tratado de Kyoto com o objetivo de reduzir a emissão de gases poluentes. A meta estipulada para os países industrializados que mais emitem gases de efeito estufa foi a de reduzir suas emissões em 5% até 2012, relativamente aos valores de 1990. Porém, o maior poluidor, os Estados Unidos, responsáveis pela emissão de 36% desses gases, se negou a assiná-lo. Tal fato demonstra como o poder econômico é um grave fator limitador de boas práticas de preservação ambiental.

O buraco da camada de ozônio é outro problema que traz sérias conseqüências para a saúde, em particular provocando o câncer. Ele foi descoberto na Antártida no início da década de 1980 e o seu grande causador é o clorofluorcarbono (CFC) empregado em compressores de geladeiras, aerossóis da indústria de cosméticos, na indústria de embalagem e informática (sobretudo plástico). O mercado mundial de CFC representa uma cifra em torno de 2 bilhões de dólares/ano. Somente a Dupont de Nemours controla cerca de 25% deste mercado.

O desmatamento é outro fator importante na degradação ambiental que enfrentamos. Ele continua acelerado e ininterrupto. O mundo já perdeu metade de suas florestas originais. Na zona tropical a perda anual soma 130 mil km<sup>2</sup> por ano.

Outra questão importante diz respeito à água. Do total da água disponível no planeta 97,2% são salgadas, 2,4% são congeladas ou salobras. Menos de 1%

do total das águas é representado por água doce cujo crescimento do consumo tem sido alarmante. A partir de 1950 o consumo de água em todo o mundo triplicou. Mais de 26 países já sofrem de escassez de água, sendo que alguns países árabes importam água potável a preços superiores ao preço do petróleo que exportam. O fato é que a questão da água está se tornando um problema extremamente grave e razão de conflitos e guerras. Alguns cientistas chegam a afirmar que a água será para o século XXI o que foi o petróleo para o século XX.

No Brasil, as conseqüências da política neoliberal também aprofundaram a crise social e a degradação ambiental. Segundo Relatório de Desenvolvimento Humano, da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está na 8ª colocação do ranking das maiores desigualdades sociais, ficando na frente apenas de 6 países africanos e da Guatemala, sendo que 46,9% da renda nacional estão nas mãos da população 10% mais rica.

As conseqüências da política neoliberal sobre o meio ambiente têm sido grandes em nosso País. O desmatamento da Amazônia brasileira é objeto de grande preocupação. No ano passado foram desmatados 26,1 mil km<sup>2</sup>. Todavia o governo Lula, através da Polícia Federal, desbaratou uma quadrilha de madeireiros e integrantes do Ibama responsáveis por desmatamento na Amazônia. Certamente fruto desta e de outras ações houve neste ano uma queda no ritmo de desmatamento na região, conforme declarações da ministra Marina Silva.

O processo de desmatamento está relacionado com o avanço da pecuária e da agricultura, principalmente a produção de soja. A produção agrícola capitalista, em geral, não respeita os 20% de reservas legais e as áreas de preservação permanente (matas ciliares, encostas de morros). O desmatamento, por um lado, é o maior responsável pela emissão de gás carbônico no Brasil. Por outro, ele causa o assoreamento dos rios já que grandes volumes de terra são escoados para os seus leitos.

*No Brasil,  
as conseqüências  
da política neoliberal  
também  
aprofundaram  
a crise social  
e a degradação  
ambiental.*



O Brasil detém 20% de toda a biodiversidade mundial. Todavia este patrimônio genético e o conhecimento de que comunidades tradicionais e indígenas dispõem sobre essa riqueza têm sido vítimas da "biopirataria". Grandes indústrias de fármacos, cosméticos e alimentos se apropriam e os patenteiam em seus países de origem.

O uso de fertilizantes e pesticidas tem sido maior a cada dia, pois as pragas tornam-se cada vez mais resistentes. Trazem sérios problemas para o meio ambiente e para a saúde humana.

As indústrias, para aumentar sua competitividade no mercado globalizado, reduzem custos de produção cortando gastos com gerenciamentos ambientais e mecanismos de controle de emissão de resíduos, bem como realizando uma política de achatamento salarial.

Nosso País detém em torno de 12% das reservas de água doce do mundo. Todavia ela é má distribuída trazendo polêmicas como a da transposição das águas do Rio São Francisco. Enquanto a região Norte, com 6,98% do total da população, dispõe de 68,50% da água doce existente no País, o Nordeste, com 28,91%, dispõe somente de 3,30%. Por outro lado enfrentamos o problema da poluição de nossos rios através do lançamento nos corpos d'água de esgotos domésticos e efluentes industriais. Tudo isto tem acarretado a redução da quantidade e da qualidade de nossa água doce.

Com o processo de urbanização em curso no País a questão dos resíduos sólidos tornou-se problema sério, principalmente nas maiores cidades. Segundo Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, produzida pelo IBGE em 2000, apenas 33% dos municípios brasileiros coletam 100% dos resíduos domiciliares produzidos nas zonas urbanas de seus territórios, sendo que do total dos resíduos urbanos coletados, 20% são dispostos de maneira inadequada, em vazadores a céu aberto.

### Desenvolvimento sustentável

Os fenômenos recentes, como furacões, chuvas torrenciais em algumas regiões e seca inclemente em outras, colocam na ordem do dia a questão ambiental. Mais do que nunca há que se encontrar formas

de compatibilizar o desenvolvimento com a preservação ambiental.

O desenvolvimento sustentável procura conciliar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Todavia tal conceito suscita concepções diferentes. Para alguns, o mero desenvolvimento científico e tecnológico será capaz de resolver o problema ambiental. Para outros, é indispensável a alteração do modelo de desenvolvimento visando assegurar uma mais justa distribuição da renda e da riqueza e a preservação ambiental.

Para isto torna-se necessário uma alteração dos processos de produção e de consumo já que o sistema capitalista desenvolve uma prática de desperdício de matérias primas e produtos industrializados e utiliza, de forma abusiva, bens finitos, com graves consequências para o futuro da humanidade.

Édis Milaré em seu *Direito Ambiental* afirma: "Não se atingirá o desenvolvimento sustentável se não se proceder a uma radical modificação nos processos produtivos assim como o aspecto qualitativo e quantitativo do consumo".

A Agenda 21 brasileira afirma: "Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Mais que um conceito ele traduz o desejo de mudanças de paradigma, a busca de um estilo de desenvolvimento que não seja socialmente injusto e danoso ao meio ambiente".

Isto implica no uso racional da energia, na utilização de fontes alternativas de energia e uso racional da matéria prima, assim como na conservação de recursos naturais dentro das características essenciais dos ecossistemas de modo que a demanda sobre eles atinja limites que possam se regenerar e auto-regular.

Na realidade uma alteração radical da situação ambiental implica na superação do sistema capitalista e na adoção de um novo sistema econômico-social, o socialismo, incorporando a questão ambiental como um problema relevante de nossa época. Todavia enquanto não alcançamos o socialismo, torna-se necessário, dentro dos limites do sistema capitalista, avançar na defesa do meio ambiente.

Dentre as questões que devem estar presentes na

luta em defesa do meio ambiente destacam-se o avanço na criação de novas unidades de conservação, o controle efetivo das Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP's), o rígido controle do desmatamento, a adoção de políticas de estímulo do florestamento das nascentes e do reflorestamento, o combate à biopirataria, a adoção de uma política adequada para os resíduos sólidos estimulando a coleta seletiva do lixo, a adoção de novas formas de produção agrícola e industrial que reduzam os impactos ambientais, a política de revitalização de nossos rios e a criação de mecanismos econômicos de gestão ambiental como o ICMS ecológico. Inúmeras destas medidas já vêm sendo colocadas em prática em certas regiões do país, ou mesmo se constituem em políticas nacionais. Estas são algumas das importantes questões a serem incorporadas a um projeto nacional de desenvolvimento sustentável.

### Sólidas bases para um projeto nacional de desenvolvimento sustentável

O núcleo de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável diz respeito à adoção de políticas que coloquem como questão central o desenvolvimento do País com a geração de emprego, a valorização do trabalho e a preservação ambiental.

Isso implica na adoção de uma nova política macroeconômica voltada para o desenvolvimento nacional, que valorize os fatores de produção do país, desenvolvendo tecnologias voltadas para a nossa realidade.

O Brasil possui uma enorme população, um parque industrial relativamente desenvolvido, uma vasta extensão territorial de terras agricultáveis, riquezas minerais e a maior biodiversidade do planeta, além de possuir 12% das reservas mundiais de água doce. Tem, portanto, bases sólidas para formular um projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Depende da vontade política de seus dirigentes e do seu povo.

O aprofundamento do processo de mudanças iniciado com o governo Lula passa pela alteração da atual política macroeconômica com a redução das taxas de juros, a redução das metas de superávit primário e, sobretudo, a definição do desenvolvimento como centro da política econômica visando gerar riqueza, emprego, valorizar o trabalho e preservar o meio ambiente.

O PCdoB deu um importante passo ao incorporar a questão ambiental às Resoluções de seu 11º Congresso. Esta frente de luta ganha cada vez mais relevância sensibilizando amplos setores da sociedade, em particular a juventude.

Torna-se necessário dar novos passos formulando a política do Partido para o Meio Ambiente, enfrentando as questões polêmicas que envolvem este tema.

---

*Aldo Arantes foi Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás e membro da Comissão Política Nacional do Comitê Central do PCdoB.*

### Bibliografia

- FOLADORI, Guillermo. "A Questão Ambiental em Marx". Em *Crítica Marxista*, n. 4. São Paulo, Xamã, 1997.
- e TOMMASINO, Humberto. "El Concepto de desarrollo sustentable treinta años después". Em *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, Editora da UFPR, 2001.
- MILARÉ, Édis. *Direito Ambiental*.
- NOVAIS, Washington (coord.). *Agenda 21 Brasileira*. Brasília, MMA/PNUD, 2000.
- PROPOSTA DE TEXTO-BASE DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Brasília, 2005.
- SANTOS, Milton et alii. *O Novo Mapa do Mundo – Natureza e Sociedade Hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- VIANA, Gilney, SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (org.). *O Desafio da Sustentabilidade – Um debate sociambiental no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VIOLA, J. Eduardo et alii. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, 2002.

# *Petróleo e meio ambiente: a evolução brasileira*

NILCE OLIVIER COSTA

**A utilização de recursos não renováveis deve ser feita sem colocar em risco os recursos renováveis e deve contribuir para a ampliação do seu uso racional**

# A

indústria do petróleo se desenvolveu no Brasil até o final da década de 1970, como em toda parte e da mesma forma que outros setores produtivos, sob padrões de gestão ambiental, hoje inaceitáveis. A mudança de regime jurídico da execução do mo-

nopólio da União sobre as jazidas de hidrocarbonetos e a atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis influenciaram de forma decisiva o desenvolvimento da gestão ambiental empresarial, o controle das atividades por parte dos órgãos governamentais e a percepção social da relevância do setor para o meio ambiente e para o desenvolvimento.

A partir dos anos 80 do século passado, por força da opinião pública e do crescente aparato legal dirigido para a proteção ambiental, houve contínuo desenvolvimento tecnológico e de gestão que permitiu uma notável melhoria dos padrões de desempenho ambiental da empresa então monopolista no que diz respeito à mitigação dos impactos ambientais decorrentes das operações.

Os impactos ambientais da indústria do petróleo são de natureza abrangente, de âmbito local e global, atingindo os meios físico, biótico e sócio-econômico. Não obstante este fato, a sociedade moderna não pode prescindir do petróleo como insumo energético. A engrenagem de dependência dele é tão ubíqua e inevitável que até mesmo o mais aguerrido ambientalista que se faz presente a uma audiência pública para contestar um empreendimento petrolífero nela chega movido a petróleo.

Todas as atividades do setor são significativas do ponto de vista ambiental, da sísmica à distribuição, podendo acarretar supressão da vegetação em áreas consideráveis, fragmentação de habitats, geração de resíduos variados, movimentação de terra, poluição de solos e aquíferos. Os impactos sócio-econômicos, não menos importantes, englobam a criação de expectativas, as interferências em outros usos do território, a mudança cultural regional e a incompatibilidade com outras políticas governamentais. Estes efeitos são especialmente significativos em países como o nosso, com grandes recursos de biodiversidade e com carências sociais extremadas em muitas regiões.

Os efeitos globais da queima de combustíveis fósseis são motivo de preocupação no mundo todo. Nos dias atuais assistimos aos embates políticos na busca de soluções para este efeito cada vez mais confirmado pelos modelos climatológicos. A inexistência de alternativas para os níveis atuais de consumo e a resiliência dos meios de produção atuais à mudança radical necessária continuam, todavia, a alimentar o aumento do consumo mundial de petróleo. Não obstante o quadro ainda mal definido da questão, a preocupação com o efeito global é de relevância para todas as agências reguladoras nacionais do setor. Urge uma mudança dos paradigmas de planejamento energético – ainda baseados na consideração exclusiva da oferta –, para outros que

partam do planejamento da demanda. A consequência imediata de uma mudança de tal natureza será o uso racional e diversificado dos insumos energéticos, adaptado às condições locais e específicas. Este efeito, por si só, é capaz de reduzir consideravelmente a emissão de gases de efeito estufa. Ainda mais se o Brasil deu recente passo nesta direção, os países passam a considerar as alternativas energéticas renováveis.

A evolução dos padrões de atuação da indústria pode ser notada de forma inequívoca quando se comparam atividades e instalações da época heróica do desenvolvimento do petróleo no Brasil, como aconteceu no Recôncavo Bahiano, com o desenvolvimento de descobertas mais recentes, como se realizou na província do Urucu.

Outro aspecto relevante da indústria do petróleo, este responsável em grande parte pelo lado negativo da imagem do setor, é o risco associado às atividades, principalmente o risco de derramamento de óleo. Também aqui houve grande evolução, principalmente após a ocorrência de incidentes de grande repercussão e graves consequências ambientais e econômicas. O primeiro deles, o rompimento do casco do petroleiro Exxon Valdez, alertou mundialmente para a necessidade de estruturação de procedimentos de gestão do risco e para a melhoria de equipamentos. Esta tendência perdura até os dias de hoje, refletindo-se, por exemplo, na exigência cada vez mais ampla de casco duplo para a classe de navios transportadores de óleo.

O acidente de derramamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara em 2000 desencadeou uma série de medidas legais e normativas por parte do Poder Público e de iniciativas corporativas por parte da indústria. Após alguns meses da ocorrência foi editada a Lei 9966/00, a chamada Lei do Óleo, que instaurou, entre outras exigências, a necessidade de estruturação de planos de resposta a emergências com derramamento de óleo para todas as instalações que lidam com substâncias classificadas como tal. A lei foi regulamentada por Decreto, instituindo a obrigação de notificação de derramamentos e definindo sanções. Nos anos seguintes, foram editadas Resoluções CONAMA definindo padrões de elaboração e estrutura de planos individuais de emergência e de “planos de área”, estes destinados a manter esquemas de coope-

ração entre agentes econômicos em áreas onde se concentram instalações que lidam com óleo.

Do lado empresarial, a Petrobras estruturou um grande plano para prevenção de risco, manutenção de equipamentos e implantação de centros equipados com recursos para resposta a emergências, empenhando considerável soma de recursos financeiros.

Seguida por outras companhias do setor que operam no Brasil, a empresa contratou também serviços internacionais especializados, capazes de fazer frente a incidentes de grandes proporções.

O risco de derramamentos de óleo é de tal monta que mereceu a celebração de acordos internacionais, promovidos pela IMO, a Organização Marítima Internacional. Entre esses acordos, três são especialmente importantes: a OPRC, que estabelece a responsabilidade civil por poluição; a MARPOL, que instituiu obrigações para prevenir a poluição dos mares por óleo e outros materiais, e a OPRC, que obriga os Estados signatários a elaborar plano nacional de contingência, prevendo meios de resposta e mecanismos de cooperação para eventos de poluição transfronteiriça. O Brasil ratificou todas elas. O Plano Nacional de Contingência, um dos objetos da última delas, aguarda implantação, tendo sido já elaborada minuta do Decreto específico.

(O volume de recursos para implantação de um plano nacional de contingência não é desprezível. São necessárias a criação e manutenção de um sistema de informações atualizadas para sua operação, a realização de exercícios simulados e a contratação de serviços externos de resposta a emergências para eventos catastróficos, caso o inventário nacional de recursos seja julgado insuficiente. A articulação entre os muitos agentes governamentais e privados deverá estar perfeitamente definida para funcionar em situações de emergência. Todas estas dificuldades têm causado a procrastinação do cumprimento da obrigação a que a convenção internacional nos obriga.)

Os prejuízos causados por derramamentos de óleo excedem largamente os ambientais. Os danos a

propriedades privadas e os lucros cessantes, de pesca e turismo, principalmente, podem alcançar somas que ultrapassam a capacidade de agentes econômicos, como armadores e operadores de instalações. Para fazer face a esta dificuldade foram propostos mecanismos internacionais, os chamados Protocolos de 92. O esquema institui um fundo com

contribuições dos países proporcionais ao volume de óleo que manuseiam. O Brasil não subcreveu esta convenção, considerando que os recursos seriam mantidos em outro país membro, configurando perda econômica para a economia brasileira. Persiste, portanto, um risco econômico a descoberto.

A atuação dos órgãos de gestão ambiental governamental anteriormente aos anos 1990 pode ser considerada flébil. De então, houve considerável melhoria. Até o início desta

década, a gestão pública do setor petrolífero, no que diz respeito aos aspectos ambientais, foi quase ausente. Vários motivos podem ser enumerados para esta situação. Arrisco-me a aventar três: os ventos autoritários que sopraram a partir de 1964, a posição da Petrobras como ente do próprio governo e a fragilidade institucional dos órgãos ambientais. O primeiro dispensa maiores justificativas. Quanto à empresa monopolista, é preciso lembrar, além da posição de órgão governamental executor do monopólio, sua profunda identificação com a sociedade, de gênese nacionalista e democrática, o que a licenciava *ab initio* perante o olhar público. A debilidade dos órgãos ambientais decorre, por outro lado, da exígua compreensão do seu papel para compatibilizar desenvolvimento e meio ambiente, situação que ainda persiste, ainda que em menor grau.

O desenvolvimento da gestão pública do meio ambiente progrediu por etapas semelhantes em todos os países. Em todo lugar é uma função de governo nascida por pressão popular, progrediu em relação conflituosa com os setores produtivos atuando por comando e controle e, nos países mais adiantados

*A debilidade dos órgãos ambientais decorre da exígua compreensão do seu papel para compatibilizar desenvolvimento e meio ambiente.*

neste campo, encontrou lugar como harmonizador de opções de desenvolvimento, em colaboração com todas as instâncias de poder da administração pública e privada.

Na etapa intermediária, na qual – pode-se dizer – ainda nos encontramos em vários aspectos, é evidente a postura governamental em contrapor a proteção ambiental ao crescimento econômico (e seus frutos imediatos, como a criação de empregos e a oferta de bens e energia) à proteção ambiental. Neste mesmo cenário, as empresas costumeiramente usam a questão ambiental com um ingrediente de *marketing*. Nas duas esferas, os que militam na área ambiental têm então poucos recursos à sua disposição.

O papel dos órgãos públicos gestores da coisa ambiental é extensivamente definido nos estatutos legais brasileiros. De um lado, definiu-se para eles um poder pético: nada se faz sem a sua licença e sem o seu controle. De outro, uma responsabilidade inevitável. Esta responsabilidade é, ainda, objetiva, isto é, independe de formação de culpa. Principalmente após a Lei dos Crimes Ambientais, de 1998, fica claro no ambiente jurídico brasileiro que as falhas de gestão ambiental consignam sanções administrativas, cíveis e criminais. Pode-se dizer que o melhor a ocorrer para o administrador ambiental acusado de tal falha é arcar com as custas advocatícias.

Deve-se notar também que, na atual conjuntura, a maioria dos outros instrumentos de política, definidos na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, encontra-se parcial ou precariamente implantada. Entre eles, alguns são fundamentais para apoio ao licenciamento ambiental, instrumento mais difundido entre todos.

A tentativa de fazer a gestão ambiental baseada quase exclusivamente no licenciamento traz conseqüências perversas tanto para as ações de desenvolvimento quanto para a proteção ambiental. Portanto, em vista da falta de outros instrumentos e dos poucos recursos alocados, é compreensível a

relutância e a insegurança dos órgãos licenciadores em relação à implantação de empreendimentos. O fato é notório em todas as áreas produtivas, como se depreende dos noticiários. Em particular, no setor de petróleo, o risco associado ao licenciamento ambiental é, em parte e associado a dificuldades conjunturais de disponibilidade de equipamentos

de perfuração, responsável pela postergação da exploração de reservas da ordem de 3,9 bilhões de barris.

Desde a sua criação, a ANP se propôs ativamente a cumprir seu papel na área ambiental.

Os juristas hão de concordar que a Agência ocupa o lugar de Órgão Setorial dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente, ainda que a definição deste status seja anterior à Lei do Petróleo. Ainda mais, como órgão responsável pela valorização de recursos da União, a conciliação de sua atuação com a política

ambiental.

Como pode se prever, as primeiras discussões com o órgão federal de meio ambiente versaram sobre as dificuldades do licenciamento. O que se discutia, na época, e que ainda é questão em aberto, era a criação de instrumentos que pudessem dar maior segurança ao processo de concessão de áreas para exploração de petróleo e para o licenciamento ambiental. A alternativa então identificada de licenciamento prévio das rodadas de licitação pela Agência, em escala regional e baseado em um estudo de impacto ambiental, foi postergada pela necessidade de implantar de imediato o novo regime de concessões. Considerados a escala de tempo exigida para o rito do licenciamento e o amplo escopo geográfico dos estudos necessários, seria inviável a aplicação imediata das medidas.

Na impossibilidade de instaurar de imediato uma mudança radical na regulamentação do licenciamento, foram envidados esforços de cooperação entre a ANP e o Ibama no sentido de conciliar as ações de execução de duas políticas, a do petróleo e a de meio ambiente. Deste esforço surgiram os instru-

*Foram envidados esforços de cooperação entre a ANP e o Ibama no sentido de conciliar as ações de execução de duas políticas, a do petróleo e a de meio ambiente.*

mentos até hoje utilizados nas rodadas de licitação: os guias das rodadas e o apoio técnico mútuo.

Os guias de licenciamento das rodadas de licitações são mapeamentos das áreas costeiras e marinhas, onde o Ibama exerce a jurisdição. Na sua elaboração são considerados os componentes ecossistêmicos identificados como prioritários para conservação da biodiversidade e outros fatores como a interação com as unidades de conservação. Na verdade, mais que um indicador de sensibilidade ambiental, esses mapeamentos informam o nível de exigência que o empreendedor deverá enfrentar no processo de licenciamento, no que diz respeito ao meio biótico e a alguns usos do território somente. Ao longo do tempo, a partir da quarta rodada de licitações, o instrumento tem agregado informação continuamente. A continuação deste processo poderá desembocar em um instrumento mais abrangente, com a consideração de aspectos sócio-econômicos e políticos.

Deve admitir, no entanto, que esta medida é provisória e paliativa. Prova disto são alguns eventos em que atividades de exploração prevista em algumas áreas de concessão foram consideradas ambientalmente inviáveis pelo órgão licenciador. Esta situação coloca a União sob risco de medidas legais e, por esta razão e também por necessidade de maior racionalidade administrativa, um procedimento mais definitivo deve ser implantado.

O apoio técnico entre a ANP e o órgão ambiental envolveu durante dois anos a contratação de consultoria para elaboração de pareceres técnicos, como forma de expedir o licenciamento. Este período cobriu os primeiros anos de funcionamento do Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear, então pouco instrumentado para a realização de sua missão. O relacionamento entre a Agência e o Ibama continuou daí por diante, entendendo-se progressivamente também em relação aos órgãos ambientais estaduais, tendo como foco principal a realização das rodadas de licitação. A isto, porém, não se resume o compromisso da ANP com a gestão ambiental. Na fiscalização direta das atividades quanto à observação dos padrões operacionais e das boas práticas, ela realiza importante papel de proteção ambiental.

Reconhecendo algumas fragilidades da gestão ambiental governamental, duas iniciativas foram

tomadas nos primeiros anos de existência da ANP. A primeira foi a implantação de um centro de monitoramento remoto de manchas de óleo no mar. O centro foi instalado em colaboração com a COPPE/UFRJ como apoio à fiscalização e considerando a enorme dificuldade de manter recursos físicos para inspeção em grandes áreas, como navios e aviões. A tecnologia, interpretação de imagens orbitais de radar, é extremamente mais barata e cada vez mais usada com este fim.

Outra iniciativa relevante foi a estruturação de um banco de dados ambientais, visando dar maior segurança na avaliação de estudos pelos órgãos licenciadores. O projeto terá, sem dúvida, o benefício adicional de tornar menos onerosa para os empreendedores a contratação de consultorias para o licenciamento, pelo fato de universalizar a informação. O banco de dados (BAMPETRO) foi desenvolvido pelo Observatório Nacional e está em vias de se tornar entidade financeiramente sustentável, adotado pela indústria e com o aval do Ibama.

O fundo setorial do petróleo, o CTPETRO, deve ser também lembrado como um eficiente mecanismo no novo regime de execução do monopólio para a geração de conhecimento tecnológico na área ambiental para o poder público e para a indústria. Uma das grandes áreas de concentração de projetos financiados pelo fundo tem esse objetivo.

A atuação da ANP, baseada em princípio de transparência, mudou radicalmente a percepção do setor de petróleo e gás no Brasil. Atualmente são difundidas informações sobre as atividades, onde se realizam e quais operadores o fazem. Está também disponível, mês a mês, a completa relação dos beneficiários das participações governamentais. Estes fatos criaram uma aguda consciência dos efeitos locais da indústria do petróleo, principalmente das expectativas e dos efeitos reais, no campo social e econômico.

A indústria do petróleo, do ponto de vista da influência local, é uma "atividade-turista". Sem dúvida é um setor que induz grande desenvolvimento tecnológico e de produção de bens de capital para o País. Todavia, para as populações próximas às jazidas, este desenvolvimento é apenas marginal, restrito aos empregos de baixa remuneração e ao desenvolvimento do mercado de serviços de pouco valor. A atividade se instala, trazendo seus técnicos e apoiada pelos depar-

tamentos centrais de engenharia e, exaurida a jazida, vai embora, deixando o local à sua própria sorte de antes. O fato pode ser aferido visitando-se locais onde a produção de petróleo já perdura por cinquenta anos ou mais.

Às vezes, como ocorre em muitas localidades, principalmente nos países em desenvolvimento, as condições após a exaustão do recurso se tornam piores que antes devido à indução de migrações que a presença da indústria provoca.

Um dos objetivos da cobrança de participações governamentais sobre a produção de hidrocarbonetos é prover meios para fazer remediar situações como estas. Mesmo com as imperfeições do critério legal de distribuição destas participações (e qualquer critério as terá), é possível minorar os efeitos negativos locais da produção de recursos não renováveis pela correta aplicação destes recursos na criação de alternativas de desenvolvimento que supra as demandas criadas pela migração induzida ou pelo esvaziamento econômico subsequente à exaustão.

Após a sua criação, a colaboração da ANP com a autoridade ambiental propiciou a freqüente realização de audiências públicas, como parte dos processos de licenciamento. É animador que uma das questões mais debatidas nestas ocasiões seja justamente a aplicação dos *royalties* destinados às administrações municipais.

Todavia, em muitas cidades, estes recursos são insuficientes para a compensação dos efeitos induzidos pela presença da indústria. Felizmente a maior parte dos operadores, mesmo aqueles de pequeno e médio porte, se torna cada vez mais sensível às necessidades locais. Neste sentido procuram realizar o conceito de responsabilidade social além de puro modismo de *marketing*. Neste campo há um grande espaço para a atuação da Agência como incentivador, que vai além do seu papel disseminador de informação.

(Deve-se apontar que a atitude das empresas no sentido de construir uma maior aceitação pelas populações locais tem também sua motivação prática. Uma delas é a inibição de crimes contra a propriedade, cada vez mais freqüentes em todas as regiões, e que afetam diretamente as empresas.)

Do ponto de vista ambiental, além dos *royalties*, é de suma importância a aplicação das parcelas da Par-

ticipação Especial creditada ao Ministério do Meio Ambiente e das compensações ambientais pagas por ocasião da implantação dos empreendimentos. A primeira poderá ser utilizada para a realização de importantes projetos de apoio à gestão ambiental do setor, uma de suas destinações legais. Estão a esperar estes recursos, entre outros projetos, os estudos para definição da viabilidade ambiental de concessões em áreas atualmente sob moratória. Esta indefinição priva o País da exploração de recursos petrolíferos importantes para o desenvolvimento.

A compensação ambiental dos empreendimentos se destina às unidades de conservação próximas ao local de implantação. Praticamente todas as unidades de conservação brasileiras têm graves problemas de delimitação, manejo, fiscalização e regularização fundiária. Quando os recursos da compensação ambiental não são destinados para estes fins, por todos considerados relevantes, torna-se a sua cobrança ainda mais polêmica e contestada pela indústria, que passa a vê-la simplesmente como mais uma taxa.

O crescimento econômico constrói um futuro com o horizonte da escala de tempo dos negócios. O desenvolvimento sustentável se planeja na escala de muitas gerações, engendrando outro futuro. Deste segundo ponto de vista um ente regulador deve firmar sua perspectiva, já que, mais que à viabilização dos negócios, serve o interesse de toda a sociedade. Seu papel é, pois, fazer coincidir esses dois projetos de futuro.

Ainda que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis se situe como órgão executor da política energética nacional para um setor específico, seu papel como articulador e harmonizador do crescimento neste setor com outras políticas nacionais pode ser extremamente relevante. É de suma importância que a utilização de recursos não renováveis seja feita com o maior proveito da sociedade, sem colocar em risco os recursos renováveis e contribuindo para a ampliação do seu uso racional. As iniciativas até agora tomadas pela Agência apontam inequivocamente para este rumo, ainda que a tarefa à frente pareça cada vez maior.

---

*Nilce Olivier Costa é Superintendente Adjunto de Desenvolvimento e Produção da Agência Nacional do Petróleo (ANP).*





# *O semi-árido nordestino: estratégias para o desenvolvimento sustentável*

DALTON MELO MACAMBIRA

O semi-árido nordestino é o espaço no Brasil onde se manifesta de forma mais intensa o fosso que separa a base econômica do crescimento demográfico

O semi-árido nordestino é o espaço no Brasil onde se manifesta de forma mais intensa o fosso que separa a base econômica do crescimento demográfico. De acordo com Carvalho (2003), nos últimos trinta anos do século passado (1970-1998), o peso PIB do semi-árido caiu de 28,4% para 21,6% em relação ao regional. A redução progressiva da produção da riqueza é inversamente proporcional ao aumento da população que, embora lento, é persistente. Esse fato levou a uma inevitável queda do produto per capita de 74,7% para 53,2% em relação ao Nordeste (1970-1990).

A economia do Nordeste semi-árido, espaço que se confunde com o bioma Caatinga, é predominantemente constituída por atividades tradicionais caracterizadas por sua baixa eficiência e baixa produtividade até atividades dinâmicas, como a agroindustrial e a industrial propriamente dita. Destacaremos nestas breves linhas as regiões do agreste e do sertão onde se situa a maior parte do semi-árido e do bioma Caatinga. As suas fragilidades econômicas, sociais e ambientais justificam nossa escolha.

Segundo Manuel Domingos Neto (2004), “o semi-árido (...) chama a atenção de estudiosos desde o período colonial; cedo o olhar europeu estranha a paisagem diferente, tida como inóspita, desfavorável à sobrevivência humana. Euclides da Cunha considera tal ambiente aterrador e condicionante do atraso; conclui que (...) o homem estaria condenado a ser um retardatário da civilização”. Para Domingos Neto, nessa mesma visão, “os letrados urbanos associam as condições ambientais a traços que conformariam a imagem dos sertanejos com o fanatismo religioso, as manifestações de violência e o comportamento refratário à modernidade”.

“A formulação segundo a qual as condições ambientais definem as possibilidades de desenvolvimento, abstrai o importante papel deste espaço na história brasileira. Não leva em conta que, até meados do século XIX, o semi-árido se apresenta como o grande responsável pelo fornecimento de proteína animal, transporte e força de tração para produção açucareira, para a mineração e para a população litorânea; ignora que, com o algodão, o látex da maniçoba e outros produtos do extrativismo vegetal, o semi-

árido tenha contribuído decisivamente para as contas externas brasileiras, ajudando o processo de substituição de importações concentrado no Sudeste” (Domingos Neto, 2004).

Do ponto de vista ambiental, destacam-se as estiagens constantes, elevadas temperaturas médias e as taxas de evaporação (dos espelhos d'água) e evapotranspiração (solo e planta), bem como uma distribuição pluviométrica bastante irregular (no espaço e no tempo) associada a um modelo de ocupação do território que tem contribuído para um processo de degradação dos solos, resultado de atividades econômicas como agricultura familiar, voltada predominantemente para a subsistência, pecuária extensiva, extrativismo e mineração, sem os devidos cuidados com o meio ambiente. Em função disso a ONU (Organização das Nações Unidas) reconhece quatro grandes áreas desertificadas no Nordeste: Gilbués (PI), Irauçuba (CE), Seridó (RN/PB) e Cabrobó (PE). As áreas degradadas totalizam hoje aproximadamente 13% do Nordeste e 19% da área do bioma Caatinga (IBGE, 1997).

Em Gilbués, no Piauí, o governo do estado, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, de forma inédita tomou a iniciativa de criar um núcleo de pesquisa para recuperação de áreas degradadas. Com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e de professores e técnicos da Universidade Federal e da Embrapa, foram desenvolvidos experimentos e o uso de técnicas agrícolas simples e de manejo do solo que comprovaram a possibilidade de recuperação do solo. O processo de desertificação teve início em Gilbués na década de 40 do século passado. Desde então, nenhum governo havia tomado a iniciativa de conter o processo erosivo que contribuiu para o assoreamento dos principais rios da região.

Na realidade, a seca sempre foi utilizada pelas classes dominantes no Nordeste como forma de explicar o atraso econômico da região, justificar a miséria de seu povo e a necessidade de atrair verbas federais para combater os efeitos desse fenômeno. Nasceu, assim, a famosa “indústria da seca”, tese discutida e cada vez menos aceita, pois tenta explicar um fenômeno sócio-econômico e ambiental pelo lado moral.

Esse cenário tem perpetuado um quadro de miséria que cada vez mais acentua a pobreza, a desi-



Aldemir Martins

gualdade e a exclusão social combinado com um processo histórico de dominação política extremamente perversa, marcada por práticas oligárquicas “antigas e modernas”. O poder público, nos diversos períodos, sempre ofereceu apoio no sentido de amenizar tragédias sociais provocadas pelas secas prolongadas ou por enchentes que desabrigam milhares de pessoas.

A grande seca de 1877-1879 – que infelizmente pouca atenção chamou dos estudiosos dos temas nordestinos – é uma demonstração inequívoca do que estamos falando, isto é, o Nordeste somente passou a ser visto pelo poder central no nosso país a partir de fatos como esse e dramas como o da seca. De acordo com Domingos Neto (2004), “a interpretação mais difundida desta calamidade (...) conduz a noção de que o ambiente semi-árido seria uma zona-problema. Neste esforço de caracterização, a guerra de Canudos, o cangaço, o culto ao padre Cícero, ocorrências do início do período republicano, ganham a

condição de marcas atemporais da história regional”.

Como falamos anteriormente, esse processo é agravado pela predominância de atividades econômicas tradicionais cujas culturas não estão voltadas para a convivência com o semi-árido, não levando em conta fatores ambientais como clima e tipo dos solos. Durante muito tempo predominou a idéia de combate à seca – como se fosse possível combater fenômenos geo-climáticos – e não de estabelecimento de políticas de convivência, ou seja, a busca de incentivo à prática de culturas que possam ser mais bem adaptadas ao semi-árido. Como prova disso, há quase cem anos foi criado pelo governo federal o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

A confirmação da relação entre as atividades econômicas tradicionais, a idéia do determinismo geográfico e a reprodução do poder político no Nordeste pode ser encontrada em outra pesquisa de Domingos Neto (1982), na qual o historiador tenta demonstrar que os problemas nordestinos decorrem

mais da inserção do semi-árido no desenvolvimento do país, e da inserção do Brasil no mercado mundial, que do simples problema da falta de chuvas. Ao tratar da pecuária extensiva no século XIX, afirma que tal atividade produtiva nunca poderia se adaptar às condições naturais do sertão porque ela consome rapidamente uma grande quantidade de recursos naturais.

Na opinião de Domingos Neto (2004), “a pecuária degrada a cobertura vegetal, reduz a umidade do solo e altera o fluxo dos rios; como demanda terras livres para se expandir, pressupõe uma população rarefeita e ampara a organização da sociedade na força de potentados locais. Além disso, inibe a formação do mercado doméstico, não favorece a agricultura e a diversificação das atividades”.

No entanto, o desempenho da economia nordestina nas últimas décadas pode ser considerado razoável. No final dos anos 50 do século XX, quando foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, fundamentou-se a estratégia inicial de ação da Sude-ne, baseada no pressuposto de que o fraco dinamismo da economia nordestina até então se devia ao esgotamento do modelo primário-exportador implantado na região desde o período colonial. A proposta central apresentada pelo relatório do GTDN indicava que o Estado deveria ser o indutor do processo de industrialização da região como forma de superar o atraso econômico. Pelo nosso entendimento, essa tese continua atual, principalmente se adicionarmos a ela as dimensões social e ambiental e trabalharmos na perspectiva de diversificação das atividades econômicas.

Todo projeto de integração nacional iniciado no governo JK e acelerado durante a ditadura militar, através da tentativa de desconcentração produtiva, embora esteja sendo novamente pensado, foi deixado de lado nas últimas décadas. O abandono de qualquer perspectiva da construção de um projeto nacional de desenvolvimento vem junto com o fim das políticas regionais que visavam a reduzir as desigualdades entre as várias regiões do país. “Rumamos, agora, para aprofundar as diferenciações pré-existentes, cada um olhando para si próprio, cada subespaço buscando suas próprias definições e montando suas articulações. Os atores globais também farão suas es-

colhas” (Araújo, 1997). Na opinião da autora, o processo de reconcentração produtiva pode levar à fragmentação da região Nordeste, o que, em tempos de globalização, fragilizaria ainda mais a economia do país, particularmente dos estados periféricos.

Embora não seja objetivo deste artigo fazer um debate sobre o conceito de desenvolvimento, partilhemos da concepção de que este conceito não pode ser reduzido à idéia de desenvolvimento econômico. Pensamos ser necessário ampliá-lo para além da dimensão econômica, incorporando a dimensão social, a cultural e a ambiental, entre outras. Atualmente dois conceitos ganharam força no debate sobre desenvolvimento: **desenvolvimento humano** – que destaca o bem-estar da sociedade e o alargamento dos horizontes da cidadania como forma de enfrentar a crescente desigualdade social no mundo; e **desenvolvimento sustentável** – que pressupõe a necessidade de combinar o desenvolvimento que leve em conta o que é economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

A biodiversidade vem sofrendo um processo grave de redução da vida vegetal e animal, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Qualquer ação visando ao desenvolvimento da região precisa levar em conta a recuperação de áreas degradadas, bem como a necessidade de aprofundar os estudos sobre espécies ameaçadas para a proposição de programas sócio-econômicos que dêem sustentabilidade e uso racional dos recursos naturais do bioma Caatinga.

A estrutura fundiária é outro entrave sério para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste. Nas áreas de caatinga, a posse da terra é extremamente concentrada e desigual, somente superada pelas desigualdades vistas em outro bioma: Mata Atlântica. Esta elevada concentração da propriedade privada da terra é uma herança das tradicionais atividades econômicas – como a pecuária extensiva que era vinculada aos grandes proprietários e precisava de largas extensões de terra e a exploração do algodão arbóreo que durante muito tempo se constituiu na atividade principal da agricultura familiar na região que produzia em consórcio com a agricultura de subsistência tradicional.

Os dados do censo agropecuário de 1996 indicam uma grande concentração fundiária no semi-

árido nordestino. Enquanto 47% dos estabelecimentos possuem apenas 3% da terra, 1% se apropria de 38% das terras utilizadas pelo sistema produtivo. A concentração é menor em áreas de 200 a 500 hectares, onde 15% dos estabelecimentos possuem 16% da terra. A mesma tendência se verifica no estrato de entre 20 e 50 hectares, onde 9% dos proprietários possuem 11% da terra. Nos municípios onde predominam as propriedades que possuem 500 ou mais hectares, prevalece um elevado índice de concentração da terra. Os grandes latifúndios estão mais presentes nos sertões de Pernambuco e Bahia, enquanto os minifúndios predominam nas regiões litorâneas do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Qualquer ação governamental ou da sociedade que vise ao desenvolvimento da região precisa, necessariamente, alterar em profundidade a estrutura fundiária no Nordeste com um amplo programa de democratização do acesso à terra.

Na área de recursos hídricos, percebe-se um desequilíbrio entre oferta e demanda. Quando se compara a disponibilidade de água nas diversas bacias hidrográficas, açudes e aquíferos, verifica-se má distribuição, uso inadequado, concentração em determinadas áreas e aproveitamento deficiente dos usos múltiplos da água. Um exemplo importante ocorre no Piauí, que possui uma região rica em águas superficiais e subterrâneas. No vale do Gurguéia, localizado no sul do estado, existem mais de trezentos poços jorrantes – alguns jorram água ininterruptamente há mais de trinta anos. Menos de 10% desses poços são usados para alguma atividade econômica. O símbolo nacional do desperdício de água chegou a ser capa do catálogo telefônico do Piauí.

Na cidade de Guaribas (PI), símbolo nacional do Programa Fome Zero, do governo federal, não existia água nem para o consumo humano. Pois bem, os poços jorrantes do vale do Gurguéia estão a cem quilômetros de Guaribas. Somente no atual governo foi tomada a iniciativa de colocar registros para controlar a vazão dos poços mais antigos, cujo desperdício diário de água dava para abastecer uma cidade com mais de vinte mil habitantes. Também somente no atual governo foram construídos um poço profundo e uma adutora para saciar a sede do povo de Guaribas.

No bojo desse debate não poderíamos deixar de

fazer uma breve referência ao projeto do governo Lula de interligação de bacias hidrográficas no Nordeste a partir do rio São Francisco. Existem várias críticas ao projeto. Uma bastante séria – que trata a questão criticando a persistência da chamada “solução hidráulica” – aponta para o equívoco da prioridade da agricultura irrigada que se constitui em uma atividade econômica de uso intensivo de recursos hídricos numa região que tem sérios problemas de déficit de água. Alguns criticam o projeto alertando para os problemas ambientais e colocando como alternativa um programa de revitalização do rio. Coincidentemente essas críticas partem dos estados que mais contribuíram para a degradação do “Velho Chico”.

Uma terceira vertente da crítica indica o custo elevado da obra, afirmando que os principais beneficiários seriam as empreiteiras. O ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, de saudosa memória, costumava dizer que desde o Império o governo central só havia feito três grandes obras no Nordeste: a primeira foi a construção das ferrovias, abandonadas pelo tempo e pelos governos e que atualmente começam a ser revitalizadas através do projeto da Transnordestina; a segunda, a construção da malha rodoviária federal, também abandonada, mas que começa a ser recuperada pelo governo; a terceira, a construção da Chesf, mas que somente agora vem recebendo investimentos novos em função do programa “luz para todos”, do governo Lula, que visa a universalizar o acesso da população à energia elétrica.

Portanto, após tantos anos de atraso e de fornecimento de mão-de-obra barata para as regiões Sudeste e Sul do país para construir as grandes obras de infra-estrutura financiadas pelo poder central, chegamos à conclusão de que a crítica que leva em conta o custo da obra também não é pertinente. Entendemos existir um enorme esforço do governo Lula para começar a saudar o débito histórico da União para com a região Nordeste através da construção de obras estruturantes, viáveis e sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

O projeto de transposição de uma pequeníssima parte das águas do rio São Francisco e sua interligação com as bacias hidrográficas do Nordeste deve ser visto e entendido como um programa de segurança hídrica para a região. Ao mesmo tempo é importante assegurar a destinação de recursos para a revitaliza-

ção dos principais rios nordestinos, em especial para o São Francisco e para o Parnaíba – o segundo em extensão da região, mas o maior inteiramente do Nordeste. Resumindo: água para o semi-árido significa, acima de tudo, cidadania e desenvolvimento para o povo e para os estados do Nordeste.

Na perspectiva de propor uma agenda para o desenvolvimento sustentável do semi-árido nordestino o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Caatinga (CNRBC), constituído pelo poder público e pela sociedade civil, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, através do programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), produziu o diagnóstico bastante atual do Nordeste Semi-árido “Cenários para o Bioma Caatinga” (2004), no qual reconhece: “O grande desafio do desenvolvimento sustentável reside na necessidade de estimular o crescimento da economia e da renda regional, a fim de reduzir a desigualdade e permitir a ampliação da renda e do emprego, sem a degradação dos ecossistemas, em particular nas áreas de maior pobreza e fragilidade ambiental”.

Na realidade é preciso reconhecer que qualquer atividade humana em alguma medida traz prejuízos para o meio ambiente. O exercício da regulação ambiental, através do papel do poder público, principalmente por meio do licenciamento ambiental, e da sociedade, por intermédio de suas diversas organizações, é impedir que o processo de desenvolvimento traga prejuízos irreversíveis para o meio ambiente através de medidas mitigadoras e de um rigoroso processo de fiscalização. Infelizmente o Es-

tado brasileiro foi desmontado na virada do século XX para o XXI e o setor que mais sofreu foi o ambiental, reduzindo a capacidade do poder público de fazer cumprir a legislação ambiental brasileira, que, diga-se de passagem, é uma das mais modernas e severas do mundo.

Neste sentido, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, através do Projeto Cenários para o Bioma Caatinga, afirma: “(...) a promoção do desenvolvimento sustentável demanda presença ativa do Estado como regulador do mercado que, normalmente, tende a conferir prioridade aos resultados de curto prazo e a favorecer a concentração e a centralização do capital e as atividades econômicas e sociais no espaço”. O estudo prossegue nessa mesma linha: “na perspectiva de longo prazo, o mercado não contribui para a correção das distorções no terreno social, ambiental e regional, favorecendo fatores de insustentabilidade. A atuação do Estado na regulação do mercado pode reorientar escolhas e decisões, impedindo que a busca da eficiência econômica e da rentabilidade privada, bem como das economias de escala e de aglomeração, levem a deseconomias sociais, à concentração funcional, regional e interpessoal da renda, que devem ser evitadas, a fim de que possam ser alcançados padrões de sustentabilidade econômica, social, ambiental, política, cultural”.

---

*Dalton Melo Macambira é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e secretário estadual de meio ambiente e recursos naturais do Piauí.*

### Bibliografia

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “O Nordeste: herança de diferenciação e futuro de fragmentação”. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP*, nº 29. São Paulo, Edusp, 1997.
- CARVALHO, O. *Nordeste: desenvolvimento e convivência com a semi-aridez*. Recife, MIN/SPDR/GTI de criação da nova Sudene, 2003.
- CONSELHO NACIONAL da RESERVA da BIOSFERA da CAATINGA (Brasil). *Cenários para o Bioma Caatinga*. Recife, SECTMA, 2004.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *Seca Seculorum, flagelo e mito na economia piauiense*. Teresina, Fundação CEPRO, 1982.
- “A persistência da ‘solução hidráulica’”. *Revista Conviver – Nordeste Semi-Árido*, nº 3, Fortaleza, DNOCS, 2004.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 1996*. Rio de Janeiro, IBGE, 1997.

# *Desenvolvimento versus preservação ambiental?*

ERON BEZERRA

**Hoje ninguém questiona o fato de que o planeta chegou no limite. Medidas urgentes precisam ser tomadas para se evitar o colapso ambiental**

**A** pergunta acima certamente será respondida de forma distinta de acordo com o interlocutor. Ao longo do tempo tenho agrupado os participantes dessa histórica polêmica em três grupos distintos: os “desenvolvimentistas”, entendido como o grupamento que enfatiza exclusivamente o crescimento econômico; os “santuaristas”, para quem a preservação é tudo e o crescimento econômico nada; e os “sustentabilistas”, fruto do entrelaçamento entre as duas correntes anteriores, segundo os

quais, mais do que possível é imprescindível conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Assim, os “desenvolvimentistas” dirão que sim, preocupação ambiental é coisa de “ecologista desempregado”; as regiões que mais pressionam pela preservação ambiental são precisamente as que mais destruíram o meio ambiente. Por isso mesmo enfatizam que a preservação ambiental atrapalha o desenvolvimento.

Já para os “santuaristas”, o crescimento econômico, especialmente da região amazônica e de países africanos, não representou qualquer tipo

de inclusão social da população mais pobre; portanto, não há razão para o uso dos recursos naturais desses países, cuja utilização, em última análise, compromete o equilíbrio ambiental.

E os “sustentabilistas” defenderão não existir essa contradição e haver possibilidade de crescer economicamente, inclusive utilizando os recursos naturais sem implicar em agressão ambiental, à medida que há uma razoável quantidade de instrumentos científicos capazes de minorar esses impactos.

O fato é que, independentemente de “ponto de vista”, hoje ninguém questiona que o planeta chegou no limite. Segundo o consenso generalizado, com a contraposição prevista dos Estados Unidos – os maiores poluidores do planeta – medidas urgentes precisam ser tomadas para se evitar o colapso ambiental.

A recente “seca na Amazônia”, tratada com grande estardalhaço pela mídia, embora seja apenas a 7ª em ordem de grandeza, nos últimos 100 anos reforçou a idéia de que o planeta está no limite.

### O planeta está no limite

O diagnóstico de que o planeta está no limite é praticamente unânime. ONGs, especialistas e o próprio Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) do governo brasileiro reconhecem que a mudança do clima tem se manifestado de diversas formas, destacando-se o aquecimento global, a maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, alterações nos regimes de chuvas, perturbações nas correntes marinhas, retração de geleiras e a elevação do nível dos oceanos. Desde a Revolução Industrial a temperatura média do planeta aumentou cerca de 0,6 graus Celsius (°C) e recentemente o fenômeno tem se acelerado: as maiores temperaturas médias anuais do planeta foram registradas nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI.

A comunidade científica especializada já não tem mais dúvidas de que este fenômeno – chamado de ampliação do *efeito-estufa* – é causado principalmente pelo aumento da concentração na atmosfera dos gases de efeito estufa (GEE),

com destaque para gases decorrentes da atividade humana, como o metano (CH<sub>4</sub>) e o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), cuja concentração na atmosfera saltou de 280 para 375 ppm (partes por milhão) entre a era pré-industrial e a atualidade. Eles impedem a liberação para o espaço do calor emitido pela superfície terrestre, tal qual ocorre numa estufa.

O aumento da concentração de CO<sub>2</sub>, principal responsável pelo aquecimento global, é causado principalmente pela queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás natural) e, em menor escala, pelo desmatamento da cobertura vegetal. A maioria dos especialistas, considerando o período 1980-1989, converge para uma emissão de Carbono da ordem de 7 bilhões de toneladas/ano (5,4 bilhões pela queima de combustível fóssil e 1,6 bilhões pelo uso e transformação dos solos, as “queimadas”).

O aumento de CO<sub>2</sub> tende a elevar a temperatura média do planeta – cuja previsão é de que aumente entre 1,4 e 5,8 °C até o final deste século. As conseqüências seriam safras agrícolas comprometidas, áreas costeiras inundadas, biodiversidade ameaçada, doenças endêmicas intensificadas, aumento da frequência e intensidade das enchentes e secas, alteração da hidrologia e comprometimento da capacidade de geração hidrelétrica.

Os recursos carreados para fazer frente a estas “calamidades ambientais” serão feitos em detrimento de eventuais programas destinados à *superação de desigualdades sociais*, especialmente nos países em desenvolvimento.

Diante deste diagnóstico foi estabelecida, no âmbito da Organização das Nações Unidas, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberta para adesões em 1992, durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e condições para estabilizar os níveis destes gases na atmosfera.

A Convenção do Clima, em vigor desde março de 1994, recebeu até novembro de 2004 a adesão de 189 países (partes), que se comprometeram, internacionalmente, com os termos da Convenção. A Conferência das Partes (COP),



TABELA I – PAÍS E META DE REDUÇÃO DE GEE SEGUNDO O PROTOCOLO DE KYOTO

País	Meta	País	Meta
Austrália	8% acima 1990	Liechtenstein	8% abaixo 1990
Áustria	8% abaixo 1990	Lituânia	8% abaixo (ano-base)
Bélgica	8% abaixo 1990	Luxemburgo	8% abaixo 1990
Bulgária	8% abaixo 1990	Mônaco	8% abaixo 1990
Canadá	6% abaixo 1990	Países Baixos	8% abaixo 1990
Croácia	5% abaixo (ano-base)	Nova Zelândia	Igual 1990
República Tcheca	8% abaixo (ano-base)	Noruega	1% acima 1990
Dinamarca	8% abaixo 1990	Polônia	6% abaixo 1990
Estônia	8% abaixo (ano-base)	Portugal	8% abaixo 1990
Com. Européia	8% abaixo 1990	Romênia	8% abaixo 1990
Finlândia	8% abaixo 1990	Federação Russa	Igual ano-base
França	8% abaixo 1990	Eslováquia	8% abaixo (ano-base)
Alemanha	8% abaixo 1990	Eslovênia	8% abaixo (ano-base)
Grécia	8% abaixo 1990	Espanha	8% abaixo 1990
Hungria	6% abaixo 1990	Suécia	8% abaixo 1990
Íceland	Igual 1990	Suíça	8% abaixo 1990
Irlanda	8% abaixo 1990	Ucrânia	Igual (ano-base)
Itália	8% abaixo 1990	Reino Unido	8% abaixo 1990
Japão	6% abaixo 1990	EUA	7% abaixo 1990
Latvia	8% abaixo (ano-base)		

composta pelos países signatários, é o organismo encarregado de operacionalizar as decisões da Convenção.

Dentre as obrigações assumidas por todos os países signatários da Convenção destacam-se as seguintes:

“(…) 1. Os países desenvolvidos (PD) teriam que reduzir, em 2000, os níveis de emissão de Gases de Efeito Estufa (especialmente CO<sub>2</sub>), com base nas emissões de 1990;

2. os países desenvolvidos deveriam adotar todas as medidas para assegurar, especialmente aos países em desenvolvimento, a transferência de tecnologia e de conhecimentos técnicos ambientalmente saudáveis, ou o acesso aos mesmos, inclusive através de financiamento, como forma de capacitá-los a implementar as disposições da Convenção;

3. reconhece que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvi-

to e que, portanto, o efetivo cumprimento dos compromissos assumidos sob esta Convenção, por estes países, dependerá do real cumprimento dos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos, especialmente no que se refere a recursos financeiros e transferência de tecnologia”.

Como os países desenvolvidos não cumpriram as deliberações da Convenção do Clima, a Conferência das Partes (COP), na sua terceira reunião, realizada em 1997 em Kyoto, Japão, estabeleceu o *Protocolo de Kyoto* para forçar o cumprimento dos compromissos assumidos durante a Convenção.

Para entrar em vigor o protocolo necessitava da adesão de pelo menos 55 países, responsáveis por, pelo menos, 55% das emissões de CO<sub>2</sub>, com base nas emissões de 1990. Apesar do boicote dos Estados Unidos atualmente mais de 130 países, responsáveis por mais de 60% das emissões totais de CO<sub>2</sub> dos países industrializados, já rati-

# FUS

## TU ÉS! O

**OLINDA 2006**  
**1ª Capital Brasileira da cultura**



Teatro de Mamulengo



Desfile de bonecos gigantes



Encontro de Papangus



Maracatu de

# Olinda!

## BRASIL É!

*Olinda, o maior patrimônio histórico e cultural do Brasil, agora é, também, a primeira Capital Brasileira da Cultura.*

*Esse título, criado pelo Ministério da Cultura para promover e divulgar a diversidade cultural existente no Brasil, resgata símbolos esquecidos, reafirma a identidade cultural do povo brasileiro, valorizando e preservando o nosso patrimônio material e o imaterial.*

*Parabéns, Olinda. Parabéns, cidadão olindense. Parabéns, Brasil.*

*Olinda, primeira Capital Brasileira da Cultura. Nosso maior patrimônio é a cultura.*



Virado

Passista de frevo

Caboclos de lança

Roda de Ciranda

ficaram o protocolo. Assim, o Protocolo de Kyoto está em vigor a partir de fevereiro de 2005.

O Protocolo estabeleceu que 38 países industrializados (Tabela I) deverão reduzir, em média, 5,2% de suas emissões de GEE, entre 2008 e 2012, tendo por base as emissões de 1990. O Brasil não tem, por enquanto, compromissos formais com a redução ou com a limitação de suas emissões de GEE.

Dentre os países que necessitam diminuir drasticamente suas emissões de GEE está muita “gente boa”; gente acostumada, nos fóruns internacionais, a “dar pito” nos selvagens que estão “destruindo a Amazônia e ameaçando o equilíbrio global do planeta”.

O Protocolo de Kyoto estabeleceu, também, além das metas de redução de emissão para os países industrializados, mecanismos suplementares de flexibilização de suas metas de redução das emissões, por meio de três instrumentos:

“(…) 1. *O comércio de permissões de emissões (CE), que permite a um país vender uma parcela de sua quota de emissão a um outro país;*

2. *a implementação conjunta (IC), que permite aos países realizarem “projetos limpos” no território de outros países, a fim de obterem unidades de redução de emissões para cumprir uma parcela de seus compromissos quantificados de limitação das emissões;*

3. *o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), que permite aos países poluidores financiarem “projetos limpos” no território de países com baixa emissão de GEE, visando obter as unidades suplementares de redução de emissões”.*

Possibilitou, também, aos países “poluidores” comprarem, até 20% de suas metas de redução de GEE, de países não *poluidores*. Paradoxalmente, porém, as florestas primárias não estão incluídas entre os mecanismos de desenvolvimento limpo.

### O descompromisso dos Estados Unidos com o Meio Ambiente

Os Estados Unidos, apesar de signatários da Convenção do Clima, de terem participado da 3ª COP em Kyoto e de serem responsáveis, sozinhos, por 36,1% de toda a emissão dos países in-

dustrializados, sabotam e se negam a ratificar o protocolo, evidenciando, assim, a arrogância e o unilateralismo de sua política, em todos os sentidos.

A articulação do bloco *Parceria da Ásia-Pacífico para Desenvolvimento Limpo e Clima*, cujo objetivo é fazer com que as metas de Kyoto deixem de ser obrigatórias e se transformem em ações “voluntárias”, é apenas um exemplo desse sabotamento.

O bloco, formado por Estados Unidos, Austrália, Índia, China, Coreia do Sul e Japão, representa 45% da população mundial, 49% do PIB e 50% da emissão de gases causadores do aquecimento global, embora China, Índia e Coreia do Sul não possuam metas de redução de GEE definidas por Kyoto.

São países com matriz energética à base de carvão, petróleo e gás (nesta ordem), de elevado potencial poluidor, o que demandaria razoável quantidade de recursos para a reestruturação, em bases limpas, do sistema energético desses países. Daí a resistência, especialmente dos Estados Unidos.

O simples fato de o bloco “existir”, porém, representa uma vitória da política americana de descompromisso ambiental, à medida que minimiza o seu isolamento.

### A Amazônia tem contribuído para “limpar” o meio ambiente

A Amazônia Global abrange áreas de 9 países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa) e ocupa uma extensão de 7,8 milhões de km<sup>2</sup> (780 milhões de hectares), dos quais nada menos do que 5 milhões de km<sup>2</sup> (500 milhões de hectares) pertencem ao Brasil.

A região concentra a maior biodiversidade do planeta, extraordinária reserva mineral (gás, nióbio, ferro, petróleo, ouro, cassiterita etc), em torno de 20% de toda a água doce do planeta, 25 mil km de vias navegáveis e algo como 350 milhões de hectares de floresta tropical úmida. A maior do mundo.

Todos esses atrativos, combinados com o fato



de a região ter uma baixa densidade demográfica, têm feito da Amazônia alvo de cobiça permanente. Ora disfarçada, ora explícita, variando os argumentos e a tática, mas o objetivo permanente – a sua internacionalização –, sempre presente.

O imperialismo já recorreu da tática militar à

ciência para tentar viabilizar o seu objetivo, passando por “missões religiosas”, pela “defesa” de povos oprimidos e a defesa do meio ambiente. De maneira geral combina mais de uma forma de pressão e, em cada momento, uma determinada tática assume a centralidade.

Assim, no século XIX, a centralidade foi a ocupação militar. Os insurgentes cabanos foram formalmente procurados pelo império britânico no sentido de separarem a Amazônia do Brasil, em troca de proteção militar e apoio material. Recusaram.

Fracassada a tática militar surge a “teoria do arrendamento”, através do *Bolivian Syndicate*, pelo qual a região do Acre passaria ao controle americano. O povo da região, em armas, pôs fim a esta pretensão.

A ciência, então, passa a ser o pretexto. Surge a idéia do Instituto da Hiléia – organismo supranacional encarregado de “estudar” a Amazônia, onde o Brasil só teria um voto. A teoria de que a Amazônia seria o “pulmão” do mundo justificaria que ela fosse tratada como “patrimônio da humanidade”, em decorrência de sua elevada complexidade e papel preponderante no equilíbrio ambiental do planeta. A bandeira da Amazônia como “patrimônio da humanidade”, porém, nunca mais saiu de pauta. E hoje é esposa, por ignorância teórica ou propósitos inconfessáveis, até por gente da “esquerda”.

Quando, na década de 1970, as queimadas se intensificaram, a tática central passou a ser a questão ambiental. A bandeira da Amazônia como “patrimônio da humanidade”, ganhou ares de imprescindibilidade. Diversos “especialistas” passaram a defender que a Amazônia não teria capacidade de suportar “pisoteio humano” – na prática sugeriam a evacuação da área – e a responsabilizar as queimadas pelo aquecimento global do planeta.

Hoje, mesmo demonstrada a fragilidade científica dessa tese, o imperialismo não desiste. Flexiona sua tática para a imposição dos “corredores ecológicos” – grandes áreas da Amazônia nas quais só o Banco Mundial pode autorizar atividade humana –, enfatiza a proposta de “troca de dívidas por floresta”, volta com a tese do “arrendamento” de áreas amazônicas – desta feita vitorioso, à medida que uma lei neste sentido, de autoria do Ministério do Meio Ambiente, acaba de ser aprovada pela Câmara dos Deputados – e continua a pressionar o Brasil para reduzir suas emissões de GEE. A “luta ambiental”, para o im-

perialismo, nunca foi ambiental. Serve para justificar sua pretensão hegemônica.

O Brasil, segundo *Niro Higuchi*, pesquisador do INPA e membro do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, faz uma emissão de 265 milhões de ton/ano (3,78%), sendo 65 pela queima de combustível fóssil e 200 pelo desmatamento (desflorestamento médio de 2 milhões de hectare/ano e emissão de 100 toneladas de carbono por hectare).

Em condições normais, segundo *Niro Higuchi*, 1 hectare de floresta *seqüestra* 1 ton/ano de carbono. Considerando-se uma área de apenas 300 milhões de hectares de floresta amazônica, teríamos um seqüestro anual da ordem de 300 milhões de toneladas de Carbono. O saldo, portanto, seria de 100 milhões de ton/ano.

Se as florestas primárias já estivessem entre os MDL, esse *saldo de carbono* poderia ser uma extraordinária fonte de recursos para o Brasil, especialmente sabendo-se que no “mercado de carbono” cada tonelada do “produto” custa em torno de U\$ 5.

A Amazônia, portanto, diferentemente do que se disse até hoje, contribui para a “limpeza” e não para a “sujeira” do meio ambiente. Não significa dizer que as queimadas e outras práticas antrópicas não emitem GEE. Sim, emitem, mas o balanço é positivo.

#### **A venda de carbono poderia ser uma fonte de renda para o Amazonas?**

É fundamental a compreensão de que a alta taxa de preservação florestal do Amazonas não decorre nem de uma elevada consciência ambiental de sua população e nem, muito menos, de práticas administrativas ecologicamente adequadas de seus governantes.

O ex-governador Amazonino Mendes (PFL), por exemplo, ficou conhecido não apenas por ter sido um dos “compradores de voto” para a reeleição de FHC e dele próprio, mas por ter distribuído milhares de motos-serra aos ribeirinhos, para que estes avançassem contra a floresta.

O que evitou a catástrofe foi a peculiaridade da nossa economia, assentada no extrativismo –

cujo apogeu ocorreu por volta de 1910 – e atualmente na Zona Franca de Manaus, ambas com baixíssima demanda de recursos florestais. Isso assegurou que o Amazonas mantivesse 98% de sua floresta preservados.

O desmatamento médio do estado é de 100 mil hectares/ano (0,06%), o que representa uma emissão de 10 milhões de ton/ano de carbono.

Mas os seus 145 milhões de hectares de floresta seqüestram nada menos do que 145 milhões de ton/ano de carbono. O saldo anual é de 135 milhões de toneladas. A receita, caso as florestas primárias pudessem ser negociadas no “mercado de carbono”, seria de 675 milhões de dólares (R\$ 1,55 bilhões).

A opção, segundo alguns especialistas, seria o Brasil aderir ao anexo B do protocolo, o que implicaria em se comprometer com a redução de emissão de GEE que, no caso do Amazonas, seria basicamente pela redução do desmatamento. Mas possibilitaria negociar seu carbono sob a modalidade de “carbono não emitido”.

Reduzindo o desmatamento em 50%, o estado venderia 5 milhões de ton/ano de “carbono não emitido” e faturaria 25 milhões de dólares (58 milhões de Reais).

O principal inconveniente deste tipo de “comércio”, porém, é a transferência de responsabilidade, ou seja, os países poluidores poderiam considerar mais conveniente sujar e pagar alguém para limpar do que adotar mecanismos próprios de redução de GEE, evitando despesas com “tecnologia limpa” e perda de sua competitividade industrial.

### **Meio Ambiente saudável tem um custo**

O Brasil, embora não esteja compelido a fazer qualquer redução de emissão de GEE, tem adotado, além do crescente rigor na questão do manejo de florestas, uma série de medidas na busca de um meio ambiente saudável. Dentre elas, experiências concretas de redução de GEE, através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a exigência, por parte de setores poluentes, como o automotivo, da adoção de tecno-

logias que reduzam a emissão de poluentes.

Um das primeiras experiências práticas de MDL é o projeto *Nova Gerar* (Nova Iguaçu, RJ), negociado com a Holanda por 44,6 milhões de euros (143 milhões de reais). A finalidade é evitar, nos próximos 21 anos, a emissão de 14 milhões de toneladas de gás metano que serão transformados em 12 MW de energia.

A partir de janeiro de 2006 entram em vigor novas exigências do CONAMA relativas à emissão de poluentes. Todos os veículos movidos a diesel do país passam a sair das fábricas equipados com motores eletrônicos, de acordo com a fase cinco de um programa do Conama (P5), equivalente ao Euro IV, instituído na Europa.

Veículos a hidrogênio ou eletricidade praticamente não poluem o ar. Não usam motor à combustão, não fazem ruídos e são movidos por energia elétrica. Mas, vantagens ambientais e geração de eletricidade resultam em produtos mais caros para o consumidor.

A tecnologia para isso já está disponível. As grandes montadoras já desenvolveram protótipos equipados com tanques de hidrogênio e motor elétrico. Na Califórnia, EUA, já há veículos circulando com essa tecnologia. Aviões a hidrogênio, testados nos EUA e na Rússia, só não estão em operação por falta de estrutura de abastecimento nos aeroportos.

Como se pode ver, um meio ambiente saudável tem um custo. Numa sociedade de mercado, capitalista, os detentores do capital não estão dispostos a reduzir sua margem de lucro para incorporarem novas tecnologias que minorem o impacto ambiental. A opção que resta é repassar o custo para o consumidor, o que significa reduzir o alcance de quem pode comprar e, mais grave ainda para o mercado, reduzir a competitividade das grandes empresas. De onde se conclui que a decisão é exclusivamente política.

---

*Eron Bezerra é engenheiro agrônomo; professor da UFAM; deputado estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Assuntos Amazônicos; membro do Comitê Central do PCdoB.*

# O governo da florestania

JORGE VIANA

## O jeito – acreano – de viver e cuidar da floresta

**H**á sete anos estamos governando o Acre, numa união de forças políticas que souberam deixar de lado antigas divergências e construir um projeto de consenso. A base do nosso entendimento é a realidade social e a história de nosso povo. O Acre, como boa parte da Amazônia, estava exposto ao saque e à destruição; era território dominado pelo crime organizado. Necessitávamos, portanto, não apenas de uma união política, mas também de um plano, uma proposta de nova orientação econômica e social. Fomos buscar inspiração no movimento dos Povos da Floresta e nas idéias de Chico Mendes para ampliar e aprofundar o conceito de Desenvolvimento Sustentável que, em nosso entendimento, poderia nos ajudar a conciliar o necessário crescimento da economia com a indispensável proteção da natureza.

Trabalhando sem descanso, conseguimos um bom resultado. Não é exagero dizer que nosso estado

tornou-se exemplo de sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural e política. Mais de 50% do seu território (o equivalente a 8 milhões de hectares de floresta nativa) estão protegidos por legislação ambiental. São parques nacional e estadual, reservas e assentamentos extrativistas, áreas indígenas, florestas públicas e áreas de proteção ambiental (APAs). Realizamos um Zoneamento Ecológico-Econômico participativo ouvindo todos os segmentos sociais para identificar as potencialidades e peculiaridades de cada uma das nossas sub-regiões. Restauramos a força do extrativismo, subsidiando a borracha, mas não esquecemos de incentivar a modernização da agricultura e da pecuária, conquistamos o certificado de zona livre de febre aftosa e habilitamos nossa produção de carne bovina para os mercados mais exigentes. Tudo isso sem perder de vista os objetivos do desenvolvimento sustentável, que é o nosso ideal.

O bom é que destruindo menos a floresta fizemos a economia crescer de maneira exemplar. Isso pode ser





*O governador do Acre, Jorge Viana, e a ministra Marina Silva.*

traduzido em números: o ICMS aumentou seis vezes em sete anos. A receita própria – que há um século não chegava a 10% – hoje representa 35% e deve alcançar 40% em 2006. O PIB aumentou mais de 5% em 2003, indicando números maiores em 2004 e 2005.

O Acre tem hoje um investimento e uma presença na educação que são as duas mãos de nosso projeto. Pagamos aos professores da rede estadual os melhores salários entre os estados do Brasil, enquanto promovemos a universalização do ensino fundamental com mudanças ousadas na grade curricular. As artes de um modo geral, a comunicação e a educação passam a ter atividades que se complementam nas escolas urbanas e rurais, com o viés amazônico moldando um novo conhecimento.

Com essa estratégia administrativa, o Acre se estabilizou nas parcerias junto ao BNDES, ao BID e ao governo federal – como a unidade federativa que tem a maior capacidade (proporcional) de investimento. Estamos investindo em 2005 e 2006 mais de 200 milhões de dólares, afora outros 300 milhões com os quais mantemos os salários e outras obrigações sociais em dia. O Acre vivia na ilegalidade, era

um estado falido. Ainda temos problemas, mas aprendemos a lidar com nossas riquezas econômicas, sociais e culturais.

Estou seguro de que defender uma economia florestal é um bom negócio. Até do ponto de vista eleitoral defender o meio ambiente é vantajoso: desde 1992, a Frente Popular do Acre, tendo à frente PT, PCdoB e outros partidos de esquerda, tem vencido eleições com essa bandeira. Fui eleito prefeito e governador por duas vezes. Em 2002 fui reeleito com o maior potencial de votos do Brasil, porque conseguimos mudar para melhor um estado que vivia na ilegalidade e estava falido. Ainda temos muitos problemas graves, mas aprendemos a lidar com nossas dificuldades e buscar sempre uma solução criativa para cada uma das situações complicadas que a gestão pública invariavelmente nos impõe.

### **O legado de Chico Mendes**

Esse modelo de sociedade é um legado de Chico Mendes, nosso líder seringueiro assassinado em dezembro de 1988. Ele nos ajudou a ser uma civilização

nova, conectada ao Globo terrestre. Toda vez que entrava na floresta, procurava traduzi-la para quem o acompanhava. Depois, levava essa tradução para os empates (embargos ao desmatamento), para as escolas urbanas, para as palestras na universidade e até para os encontros com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Ele sempre falava dos valores que encontrava na floresta: uma planta que “serve pra isso”, um cipó que cura panema (má sorte), e por aí seguia com seu conhecimento e imaginação.

Chico contava histórias incríveis retiradas do seu ambiente, e a coisa mais importante que conseguimos aprender com sua luta e vontade foi trazer a discussão da floresta para as áreas urbanas e para as estratégias políticas. Por isso acreditamos que a floresta acreana, por uma decisão corajosa de seu povo, tem tudo para permanecer protegida e a salvo. Só precisamos de um pouco mais de tempo e trabalho. Vemos com muito otimismo a possibilidade de, mesmo daqui a 50 ou 100 anos, o Acre estar com mais de 80% de sua floresta preservados.

Existe hoje uma consciência muito grande – até de quem não aceitava antes na idéia de que a floresta não pode ser destruída. Chico apostava no uso sustentável da natureza como saída; falava que era preciso ter renda a partir dela, sugerindo beneficiar a castanha e acreditar no manejo. Dezessete anos após sua morte, muita gente começa a perceber que ele tinha razão.

Em meados de 1980 eu procurava mostrar a amigos de Brasília e do sul do país as propostas de Chico para desenvolver atividades econômicas na floresta, tais como: fazer casa e móveis, aproveitar novos tipos de madeira, fazer manejo. Eu apenas repetia o que o líder seringueiro argumentava junto ao BID e a Ong's estrangeiras, ensinando formas de melhorar a permanência do homem na floresta. Meus companheiros do PT e da CUT não entendiam essa luta tão estranha às discussões urbanas da época.

### Acreanidade

Entretanto, a história que confirma essas idéias é extraordinária e secular. Ouso afirmar que é uma fábrica de bons exemplos. Há mais de cem anos, de fato, milhares de famílias nordestinas e de outras regiões migraram para a Amazônia querendo enriquecer

com a exploração da borracha – o chamado ouro negro avidamente consumido pela indústria européia e, posteriormente, pela indústria norte-americana. O Acre, de onde se extraía o melhor látex devido à qualidade das árvores (*Hévea Brasiliense*) das cabeceiras dos rios, gerava riqueza para embelezar cidades como Manaus e Belém.

Em 1912, a borracha somente era superada pelo café na pauta brasileira de exportação. Mesmo assim, a Amazônia ganhou o apelido de “inferno verde”, certamente porque na região morria muita gente por doença, no confronto com os índios ou ainda por ataques de animais ferozes. A tristeza, a desolação e a ignorância científica também matavam. Euclides da Cunha já falava disso em 1905, quando se referiu a “pessoas de inteligência atrofiada”, durante sua epopéia até as nascentes do rio Purus. Em parte, porque faltava conhecimento para entender e tratar as doenças, sem falar no capitalismo selvagem que operava à solta e impune nos seringais. O lado perverso da vida naqueles tempos era vencido pela coragem, pela esperança e por outros bons sentimentos que acabaram moldando os povos da floresta – a que ousamos chamar de **acreanidade**.

O Acre tem um quê de especial desde o início, e temos exemplo de suas peculiaridades em muitas ocasiões. Primeiro, na ousadia de um grupo de seringueiros nordestinos que, sob a liderança do gaúcho Plácido de Castro, fez a guerra com a Bolívia e tomou este vasto território de florestas para o Brasil em 1903. Daí nosso orgulho de dizer que o Acre é o único estado da nação que foi à guerra para pertencer ao Brasil. Nossos antepassados fizeram corajosamente esta opção. De lá pra cá, esse povo nunca parou de guerrear: contra o isolamento, contra a discriminação nacional em relação à Amazônia e, mais recentemente, para proteger a natureza que aprendeu valorizar e amar.

A luta em defesa da floresta começou nos anos 1970, depois que os ciclos da borracha se extinguiram e as empresas seringalistas abandonaram suas bases nas beiras de rios. A atividade atípica e circunstancial foi abandonada pelo capital internacional. Mas quem ficou na Amazônia e, particularmente, no Acre, após a Segunda Guerra Mundial (1945), já fazia parte da incomum sociedade da floresta. Como compensação às penúrias que tiveram de suportar, os seringueiros

aprenderam a cultivar a solidariedade, a curiosidade diante do comportamento de plantas e animais, enfim, o respeito aos fenômenos da natureza.

### Florestania

O governo brasileiro, que nunca conseguiu entender o gostar da Amazônia, desde o começo deu patadas na população regional. Foi assim quando demorou a reconhecer a vitória dos seringueiros sobre os bolivianos: militarizou o poder conquistado e ajudou a matar o grande herói Plácido de Castro no começo do século XX. Durante a Segunda Guerra, enganou os “soldados da borracha” recrutados no nordeste entregando-os à má-sorte do capital com interesses norte-americanos. Já nos anos 1960, chancelou através do golpe militar de 1964 a mais devastadora tragédia amazônica, mediante incentivo à sua “ocupação”, como se se tratasse de área não habitada.

Podemos falar com mais propriedade da importância do Acre nesses acontecimentos. Aqui nasceu o movimento dos seringueiros e índios contra a destruição da floresta. Aqui, morreram assassinados por conta dessa luta os líderes seringueiros Wilson Pinheiro (1980) e Chico Mendes (1988). Aqui nasceu a idéia de Povos da Floresta, o Conselho Nacional dos Seringueiros, as Reservas Extrativistas (que se espalham pelo país), o manejo florestal comunitário, a emancipação indígena e o atual e melhor exemplo de sociedade sustentável baseada na economia florestal. Aqui surgiu o termo **florestania**, com o qual procuramos conceituar ou traduzir de maneira simplificada a grandeza do projeto de desenvolvimento sustentável que empreendemos.

As pessoas desatentas a esses acontecimentos podem perguntar: por que acontece tanta coisa nova a partir de um pequeno estado isolado na parte mais ocidental da Amazônia? Talvez seja porque ocupamos as cabeceiras dos rios, onde a água é pura e a biodiversidade é a maior do planeta. Não há dúvida de que existe toda uma magia, um simbolismo especial, um forte sentimento que as ciências humanas talvez tenham dificuldade para explicar. O cientista social e doutor em geografia, Carlos Walter Pinto Gonçalves, escreveu em *Geografando pelos varadouros do mundo*, sua tese de doutorado, uma abordagem correta sobre o tema. Segundo ele, os seringueiros acreanos explorados,

violentados e abandonados pela economia da borracha sobreviveram como sábios da floresta; e agora dão lições inteligentes e humanas ao mundo moderno.

Aí está um fato histórico notável. É praticamente impossível, do ponto de vista material, econômico ou comercial, fazer o que aconteceu aqui no Acre dar certo. Ou seja: trazer gente de outro lugar para uma mata densa e desocupada; e colocar uma pessoa distante da outra com a dependência de uma organização como o barracão para gerar um produto. Mas foi um sistema que funcionou com um planejamento impecável para uma época em que jamais se sonhava com os meios de comunicação disponíveis na atualidade. Foi um trágico e ao mesmo tempo encantado encontro do homem com a natureza, do qual Chico Mendes se tornou a melhor expressão.

O Acre é o lugar onde o PT e os partidos que compõem a Frente Popular mais avançaram no país, porque soubemos beber nessa fonte. Tudo se oferece tão novo e envolvente que não precisamos recorrer a velhos modelos de eficácia discutível. Podemos formular os caminhos de nosso bem-estar coletivo pensando novo. Nós moramos nas cabeceiras dos rios onde as coisas acontecem. Os índios escolhem as cabeceiras porque a água é pura e a caça é farta. Aqui as coisas acontecem e descem o rio. O sentido natural é esse. O especialista em formação de pessoas Oscar Motomura, que se ocupa da preparação de bons gestores, afirma com razão que a essência do Acre está na civilização da floresta. Nós estamos apostando nessa definição.

O teólogo Leonardo Boff – um grande amigo do Acre e conhecedor do projeto que desenvolvemos – nos ensinou que todo bom projeto precisa de uma boa metáfora. Segundo ele, Florestania e Governo da Floresta são metáforas perfeitas para o projeto de desenvolvimento sustentável que defendemos para a Amazônia. Estou certo de que o governo do presidente Lula também vai encontrar a metáfora adequada para o Brasil.

---

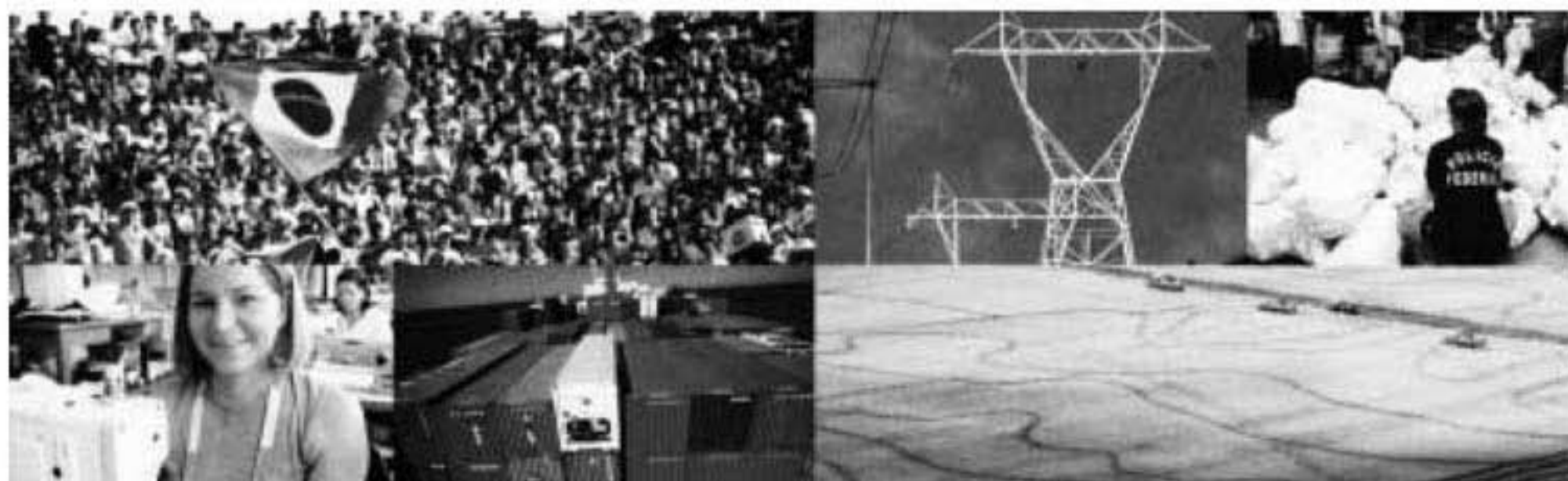
*Jorge Viana, 46 anos, engenheiro florestal, foi fundador e diretor da Fundação de Tecnologia do Acre; assessor do movimento dos seringueiros na época em que Chico Mendes estava na sua liderança; prefeito de Rio Branco de 1993 a 1996; e governador do Acre entre 1999 e 2002; reeleito para o mandato de 2003 a 2006.*

Entrevista com Renato Rabelo

# *Mensagem aos brasileiros: chegou a hora do desenvolvimento*

POR ADALBERTO MONTEIRO

Em nome do PCdoB, Renato Rabelo apresentou ao presidente Lula a proposta de uma nova Carta aos Brasileiros. Distinta da que foi divulgada em 2002 endereçada aos banqueiros, esta nova carta seria destinada à produção e ao trabalho, com uma mensagem clara: o Brasil está pronto para um ciclo de desenvolvimento acentuado – e o presidente Lula se revelou capaz para liderar sua implementação



*O desenvolvimento nacional: amplo consenso.*

*Nesse início de 2006, sucessivas pesquisas de intenção de voto têm registrado a recuperação do prestígio eleitoral do presidente Lula? Na sua opinião a que se deve está recuperação?*

**Renato Rabelo** – Primeiro, essa longa crise política em grande parte foi inflada – uma espécie de campanha, uma orquestração nacional feita pela oposição e a mídia. Há pouco tempo, conversamos com editores e jornalistas de grandes periódicos e boa parte deles reconhece que houve uma verdadeira *overdose* contra o governo e contra o PT. Ao terem agigantado e manipulado os fatos, acabaram “carnavalizando” a crise e isso abriu um flanco na investida da oposição.

Então, essa crise que foi prolongada artificialmente, vai refluindo. Ela vai se dissipando, como se fossem bolhas se estourando, porque tem muita fumaça, muita poeira nisso tudo. Desse modo, à medida que refluí de uma maneira ou outra o governo Lula reaparece, porque essa orquestração foi uma tentativa de encobrir o governo.

Isso acontece praticamente do fim do ano passado ao início deste.

Essa *overdose* criou uma certa náusea na opinião pública. Os jornais – aliás, toda a grande mídia – até hoje, até bem pouco tempo, têm um tema fixo “A crise política” com 4 a 6 páginas inteiras sobre isso. O que também cria uma certa resistência. E as pessoas vão também compreendendo mais, tomando consciência do que está em jogo, a poeira vai baixando. Portanto, no meu entender, é pelo cansaço mesmo, pelo refluxo da chamada crise política que o governo vai aparecendo mais. Voltam a ter visibi-

lidade suas realizações, e que ele está governando, porque houve uma tentativa de se dizer que o governo Lula havia acabado.

No auge da crise, tentaram o impeachment. Como isso foi rejeitado pelo povo e barrado pela ação das forças políticas e sociais mais combativas, passaram a disseminar a imagem de um o governo doente que está na UTI, que é terminal. O tempo todo bateu-se na tecla de que o PT e a esquerda como um todo é incapaz. Evidentemente, trata-se de uma campanha para “nos varrer do mapa” e preparar o retorno das forças conservadoras.

Entretanto, com o passar do tempo, o povo foi e vai tomando consciência disso. Nas ruas, as pessoas dizem: “Para que isso mesmo?”, “Não se governa mais?”. E até mesmo vão compreendendo que isso é desviar a atenção em relação ao governo, é impedir o governo de governar. As pessoas vão percebendo isso. Muitos, portanto, com o tempo chegam à conclusão de que “esse pessoal só faz isso, só fala isso; e o país precisando de tanta coisa”.

Para mim, de uma certa forma, isso aconteceu assim. E o governo também recuperou o fôlego e passou a implementar uma agenda de medidas positivas, de certo impacto: a não renovação do acordo com o FMI, o aumento do valor real do salário mínimo, o anúncio de que o país vai conquistar sua auto-suficiência em petróleo e a afirmação de que o país vai crescer 5% do PIB este ano.

*Você tem defendido que as eleições presidenciais serão polarizadas pela temática do desenvolvimento. Sob está ótica vencerá quem demonstrar ao eleitor que está mais preparado e compromi-*

*sado para realizar este antigo sonho nacional. Que argumentos sustentam sua convicção de que Lula é o mais gabaritado para isso?*

**Renato Rabelo** – Claro que se o governo Lula tivesse implementado um programa mais arrojado, o seu resultado, ao cabo desses três anos, teria sido bem diferente. Todavia, é preciso levar em conta que ele se instalou sob uma situação adversa, de uma relação de forças existente. O governo real – que foi formado – expressa exatamente isso. Ou seja, aplicar de imediato, digamos, um programa desenvolvimentista, na sua fase inicial, exigiria de qualquer força política empreender uma série de mediações.

Então, nesses três anos, o governo foi regido por uma dualidade. O governo acabou por assumir compromissos tanto com a mudança quanto com o continuísmo. Os pesados condicionantes internos e externos pressionaram nesse rumo. Quando o governo toma posse, encontra um país muito vulnerável, subjugado. A tutela exercida pelo FMI era uma expressão desse fenômeno. O governo FHC era um dependente crônico do aval político do FMI. Não era apenas o problema da sustentação econômica porque o empréstimo do FMI, do ponto de vista econômico, não tinha um grande significado. A expressão maior é o aval, a caução política que o FMI dava.

Os três anos iniciais do governo Lula foram muito impactados por essa realidade herdada. De qualquer modo, queiramos ou não o governo realizou um tipo de política híbrida. De um lado, uma política ortodoxa para apaziguar, digamos, os centros financeiros mais poderosos; de outro, ele também adotou uma série de outras iniciativas que se conflitavam com a ortodoxia. Políticas e ações na direção do desenvolvimento, da distribuição de renda. Por isso é que digo, analisando bem, a resultante até aqui é um certo hibridismo no governo. O aumento real do salário mínimo, o crédito consignado, o aumento em quatro vezes do montante de créditos à agricultora familiar, só para citar alguns exemplos, para a política ortodoxa representam um contra-senso. Evidentemente, com uma outra política mais arrojada, o desenvolvimento seria mais acentuado.

Em última instância, o que importa agora, é a essência da avaliação que a nosso ver poderia assim ser sistematizada. Primeiro, o presidente Lula recebeu dos

tucanos e pefelistas um país em situação crítica: a economia desnacionalizada e semi-estagnada, as finanças à beira da insolvência e um passivo social enorme, desemprego, miséria, violência etc. Segundo, a oposição conservadora, depois da posse do novo governo, tudo fez para impedi-lo de governar, buscando fabricar uma crise ainda maior. Terceiro, apesar de tudo isso e, também, de sua política macroeconômica conservadora, o governo Lula colocou o país novamente de pé. Estabilizou a situação, recuperou a credibilidade. E o Brasil em decorrência de uma política externa ativa passou a ter um certo prestígio no mundo.

A resultante é que o país está preparado para crescer, surge a perspectiva, agora sim, de um desenvolvimento mais acentuado. Por isso, a partir de agora a sinalização a ser dada deverá ser essa.

*Repercutiu no âmbito das forças mais avançadas que sustentam o governo e mesmo na imprensa, a proposta apresentada por você, em nome do PCdoB, de uma nova “Carta aos brasileiros” com conteúdo distinto daquele proferido em 22 de junho de 2002. Como surgiu esta idéia e qual seria, digamos, a mensagem primordial dessa nova carta?*

**Renato Rabelo** – Se naquelas circunstâncias de 2002, para se enfrentar a situação econômica e política extremamente grave criada pelos tucanos, foi preciso um documento como a *Carta aos Brasileiros*. Feito isso, estabilizada a situação, então, trata-se agora, exatamente, de fazer uma outra sinalização uma vez que foram criadas as condições para o desenvolvimento. A sinalização para quem produz, para quem trabalha, a criação de riqueza e distribuição da renda etc.

Então, se os condicionantes de então pressionavam para uma sinalização aos banqueiros, aos círculos financeiros – dito de forma bem simplista – temos agora de sinalizar para a produção, para quem trabalha. Hoje, o país vive um novo ambiente bem diferente do período inicial do governo. É nítida a possibilidade de se abrir um novo ciclo de desenvolvimento. O grande mérito do governo é exatamente esse: foram criadas as condições para um desenvolvimento mais acentuado. Sem vacilação, isso deve ser sinalizado agora. Por isso que seria uma nova *Carta*, se se

faz uma analogia com a primeira.

*Que receptividade essa proposta obteve entre os partidos aliados e o presidente Lula?*

**Renato Rabelo** – O presidente Lula também já tinha isso em mente. Quando nós falamos sobre isso, ele disse “nós já estávamos pensando em fazer uma outra *Carta aos Brasileiros*”. A questão chave, do nosso ponto de vista, é a quem a sinalização deve ser dada. Não temos dúvidas, como já disse, que essa nova *Carta* deve ser dirigida à produção, ao trabalho. O PSB e o PT, com que já conversamos, consideram necessária esta iniciativa.

*O dualismo ou hibridismo a que você se referiu como característica do governo de qualquer modo provocou um certo ceticismo. Dessa maneira, como você mesmo diz, como reacender a esperança?*

**Renato Rabelo** – Nós já temos dito – aliás, dissemos isso para o presidente Lula – que, primeiro, é necessário sinalizar com essa perspectiva de que agora tem de se abrir um novo ciclo em que o centro é o desenvolvimento. Seria uma espécie de sinalização para esse novo ciclo, criadas as condições, portanto, para isso. Essa é uma questão que dá perspectiva do que se pretende.

A segunda, é necessário que esse último ano de governo reforce, renove a esperança – porque muita gente se indaga “está certo, a perspectiva é essa, mas vocês já estão no governo”. Então, criadas essas condições é preciso que se comece, imediatamente, a fazer essa ponte. É preciso demonstrar agora e já o compromisso com o desenvolvimento. Erguer essa ponte, demonstrar esse compromisso exige um grande esforço para que o país de fato acelere o crescimento, com o Produto Interno Bruto crescendo, em 2006, na ordem de 5%. E o presidente Lula se voltou para esse desafio.

Portanto, temos de ressaltar isso agora e criar as condições para estimular o investimento privado e também para o Estado tomar iniciativa de fazer investimentos. Tanto que já estão criticando o governo dizendo que seria demagogia, que seria populismo, porque o governo aumenta o investimento em infraestrutura e em emergências sociais.

A realidade é que o governo começa a investir com mais arrojo, mesmo com resistência da área econômica. Mas começa. E o presidente Lula tem enfrentado isso. E não apenas ele, outros ministros também.

Portanto, a tarefa central é demonstrar, sinalizar para o desenvolvimento de 5%, destravar investimentos públicos e também sinalizar, no campo social, a valorização do trabalho, como ocorreu com aumento do salário mínimo.

É preciso demonstrar na prática no último ano de governo que o país vai crescer, vai desenvolver – que já está se criando a ponte para essa perspectiva.

*E quanto à política macroeconômica, de juros altos, arrocho fiscal, da qual o PCdoB foi um persistente crítico...*

**Renato Rabelo** – Do ponto de vista do PCdoB, a mensagem deve sinalizar, também, para um redirecionamento da política econômica. Tal movimento é necessário para que exatamente se alcance a grande aspiração da Nação na atualidade que é um desenvolvimento mais acentuado e acelerado. Isto exige o quê? Prestigiar mais quem produz, adotando-se uma série de medidas para reforçar a atividade produtiva, sobretudo, mais investimentos públicos. Porque quem dá o passo inicial como prova desse investimento maior é o investimento público. É ele que atrai o investimento privado. Há quem diga que basta criar um “estado de espírito” para o investimento privado. Mas, para que se crie este tal estado de espírito, o Estado precisa tomar a iniciativa e dar o exemplo, com investimento estatal. É sempre assim, ainda mais num país como o nosso. Por isso, tem de haver um redirecionamento, tem de haver uma espécie de destravamento do investimento público. Esse redirecionamento é necessário – isso do ponto de vista do PCdoB.

*Mais recentemente, tem surgido vozes que apresentam a candidatura de Serra como uma espécie de tucano dissidente, arauto do desenvolvimento. Como você analisa essa “novidade”?*

**Renato Rabelo** – Ora, os tucanos, todos eles, inclusive o Serra, são os grandes responsáveis pela situação crítica a que chegou o país depois de 8 anos de governo deles. A prova prática deles foi essa. Por ou-

tro lado, a prática do governo Lula foi oposta, ele, efetivamente, preparou o país para o crescimento. Portanto, já existe um contraste. Quer dizer, essa temática do desenvolvimento na boca de Serra é puro discurso. É um discurso que soa falso porque ele pertence a um esquema, a um certo modelo adotado pelos tucanos que mostrou ser "inimigo do desenvolvimento" e da universalização dos direitos.

Por isso essa história da candidatura Serra ser algo como um tucano diferente, dissidente, ou coisa que o valha, isso é pura abstração. Serra é uma liderança forjada no âmbito desse sistema tucano, comprometido com a elite social que é a base desse sistema. Insinuar que Serra está à margem disso é um disparate completo.

*O discurso tucano pelo menos até aqui tem sido dúbio, enquanto FHC coloca a bandeira da ética em primeiro plano, o Serra só fala em desenvolvimento. Na sua opinião porque esta diferença se dá?*

**Renato Rabelo.** No caso dos tucanos, no meu entender, há uma certa combinação: o Serra ataca pelo lado da política econômica e aparece como quem seria capaz de incrementar o desenvolvimento; e Fernando Henrique – que está completamente desqualificado neste quesito – ataca pela chamada ética do governo, puro diversionismo sobre inúmeros casos de improbidade administrativa de suas gestões. Em suma, esses procedimentos fazem parte do estratagema dos tucanos para a revanche.

*Em que grau, ao seu ver, ressoará na disputa presidencial a chamada crise ética?*

**Renato Rabelo** – Ah, isso vão tentar utilizar na campanha. Mas, ao nosso ver a eficácia será pequena. Porque, primeiro, essa crise ética não atingiu o presidente Lula, no sentido de predominar isso na opinião pública. Quanto ao PT, a crise atingiu lideranças do PT e não a legenda no seu conjunto, inclusive os petistas alvejados já estão fora de cena. São duas coisas diferentes. Tanto que nas pesquisas mais recentes o PT é ainda o partido com maior apoio disparado.

Então, qual repercussão terá isso? Além do mais, o povo também não é bobo e tem consciência de que

nesse terreno PSDB, PFL, esses partidos todos também praticam aquilo que ficou conhecido como caixa dois. Não é uma questão só do PT.

Agora mesmo, vêm à tona fatos, denúncias que vinculam os tucanos a esquemas semelhantes. O próprio Valério era uma figura conhecida dos tucanos. Eles também já vinham adotando esse tipo de intermediário, ou esse expediente. Já surgem outros Valérios por aí vinculados aos tucanos, ao PFL. Quer dizer, todo mundo sabe disso. Portanto, não vemos eficácia nessa tática de ataque unilateral ao PT. A resposta está em retirar lições, em mudar e aperfeiçoar a legislação eleitoral do país.

*No âmbito das alianças que tipo de frente política o PCdoB defende?*

**Renato Rabelo** – Nós temos reafirmado a idéia de que é preciso recompor uma frente de centro-esquerda. Claro, na nossa ótica, pensamos que numa frente de centro-esquerda, ela deve ter um núcleo de esquerda. Por isso esse esforço, para que ocorra uma aproximação maior entre PT, PSB e PCdoB. Mas a alternativa a ser recomposta é de centro-esquerda.

Não por acaso se vê esse jogo de cena do Serra para mostrar que ele, sim, é capaz de formar uma frente de centro-esquerda. Por isso, Serra esforça-se por atrair legendas, personalidades, intelectuais, inclusive, do campo progressista, para criar uma ilusão. (Por exemplo, cogita-se Bornhausen para vice dos tucanos). O intuito é criar a aparência de que as eleições serão disputadas por duas frentes de centro-esquerda. Ou que a dele é que é de centro-esquerda e não a nossa. Até isso, inverter os sinais, eles tentam.

Esse é o jogo para confundir. Então, entra aí como peça importante o PMDB – isso é o que temos dito. Porque o PMDB é um partido que, no espectro político nacional, ocupa sempre uma posição de centro. Além de outras possibilidades de alianças, mas o importante é o papel que joga o PMDB numa situação dessas.

*Neste confronto de 2006, a provável candidatura de Lula além de ser atacada pela direita, deverá, também, receber o combate da denominada ultra-esquerda constituída pelo PSOL, PSTU e outros agrupamentos...*



**Renato Rabelo** – Por mais bem-intencionados que se apresentem, os integrantes desse campo político que defendem posições mais extremadas acabam, no contexto político atual, objetivamente, fazendo o jogo das forças conservadoras, das forças de direita. O contexto político leva a isso. Essa é uma questão. A outra, é que esse tipo de discurso, dito radical, é fácil. Discurso é discurso, todo mundo pode fazer discurso radical. O grande problema é torná-lo realidade. Por isso, é um discurso que cria ilusões. Aparentemente um discurso radical, mas diante da realidade eles ficam impotentes para demonstrar que ele pode tornar-se real, verdadeiro. Então, não são mais do que incentivadores de ilusões. Esse tipo de força política sempre desempenhou esse papel na história política.

*Como o PCdoB está arquitetando o seu projeto eleitoral para enfrentar, pela primeira vez, a cláusula de barreira de 5%?*

**Renato Rabelo** – Em primeiro lugar, para nós, a cláusula de barreira, é um instrumento antidemocrático. A direita alardeia que a cláusula é um avanço e, equivocadamente, até mesmo certos setores de esquerda entraram nessa cantilena. Para nós, trata-se de um retrocesso na construção da democracia brasileira. Precisamos dizer isto. É uma empulhação. Porque na realidade 5% de cláusula de barreira é uma cópia. Estão copiando do exemplo alemão. Esses 5% copiados se coadunam mais para um regime parlamentarista, porque o que define a dimensão de partido é o parlamento. Por quê? Porque o parlamento tem um peso de escolher governo, primeiro-ministro etc. Aqui, não. Então, vai se definir a dimensão de um país só pela Câmara dos Deputados? É uma incoerência com o sistema presidencialista, com governadores, com o Senado.

Segundo, é antidemocrático porque quem deve definir a quantidade de partidos, com o tempo, é o eleitor. A maioria dos países do mundo não tem cláusula de barreira. Ela na verdade é um mecanismo artificial para dar sustentação ao *status quo* de partidos que se dizem partidos grandes, mas que, na realidade, não o são porque os maiores têm obtido 18% a 20% dos votos. Esses percentuais demonstram, que passados 20 anos de redemocratização, os eleitores

optaram por um cenário político marcado pela pluralidade partidária. A cláusula, portanto, é artifício para cercear a liberdade de escolha do eleitor e engessar o quadro político que ficaria sob domínio de quatro ou cinco legendas.

Terceiro, é uma falácia o argumento de que a cláusula vem para acabar com o chamado “partido de aluguel”. Esse problema, esse artifício quem o criou e dele faz uso é o dito partido grande. O partido pequeno não joga papel nessas horas. Essa confusão é criada pelo partido grande. Aliás, como já disse, no caso do Brasil não há um partido grande, um partido com 30% a 40%. Porque aí, sim, eles teriam um papel importante para decidir. O que existe são 4, 5 partidos com 18% a 20%.

Essas questões no fundo são uma forma de segregar, de discriminar as legendas pequenas, em processo de estruturação e de criar uma situação favorável àqueles partidos que já são maiores. Pretendem monopolizar o Fundo Partidário e o acesso aos meios de comunicação, rádio e tv. Quem perde com isso é o eleitor e a democracia. Precisamos dizer isso com todas as letras.

Contudo, o Partido Comunista do Brasil, diante de retrocessos democráticos sempre soube lutar com sagacidade e bravura. Vamos enfrentar a cláusula de barreira e lutar para que tenhamos o maior percentual possível e eleger um número maior de deputados federais. E ao mesmo tempo, vamos participar das eleições majoritárias onde for possível. Antes o Partido praticamente não participava das eleições majoritárias. Quer dizer, participar até com possibilidades viáveis, não apenas para marcar posição. Nesta empreitada contra a cláusula de barreira temos a convicção de que contaremos com o apoio e simpatia de largas camadas do povo e da sociedade em geral que entendem como indispensável, à própria democracia brasileira, a existência de um Partido Comunista forte e influente.

---

*Adalberto Monteiro é jornalista e poeta e editor de Princípios.*

# *América Latina: na luta pela segunda independência*

RONALDO CARMONA

O sucesso da atual geração de governos progressistas na América Latina na consecução das mudanças pode gerar condições para uma transição ao socialismo

O crescimento da ampla e heterogênea tendência política e social com característica nacionalista, progressista, antiimperialista e antineoliberal na América Latina está entre as grandes novidades da luta de resistência neste início de século XXI.

Seu fortalecimento, se expressa em diversas vitórias eleitorais e no desenvolvimento de um vigoroso movimento social antiimperialista, cujas mais recentes expressões se deram na Cúpula das Américas em Mar del Plata e no Fórum Social Mundial de Caracas.

Na luta de resistência à inequívoca permanência da hegemonia imperialista e neoliberal no mundo atual, o



socialismo volta a aparecer com força como alternativa de fundo ao capitalismo neoliberal – um dado novo, de profundas conseqüências para a luta revolucionária dos povos, que ocorre apenas década e meia após a queda dos chamados regimes socialistas – pelo que muitos defendem esse fato novo como os *primeiros passos do início de um segundo ciclo de luta pelo socialismo* (1).

## I

A atual tendência progressista na América Latina inaugura-se com a vitória de Hugo Chávez em 1998 na Venezuela – experiência que acaba de completar sete anos –, somada às de Lula no Brasil (2002), Kirchner na Argentina (2003) e Tabaré no Uruguai (2004), e mais recentemente, às de Evo Morales na Bolívia – transcendente fato novo num país marcado pela exclusão da maioria indígena – e de Michelle Bachelet, no Chile, numa importante derrota da direita.

O cenário para 2006 continua tendendo favoravelmente, no geral, às forças progressistas. Serão mais nove eleições presidenciais até dezembro: Haiti e Costa Rica (fevereiro), Peru (abril), Colômbia (maio), México (julho), Brasil e Equador (outubro), Nicarágua (novembro) e Venezuela (dezembro).

Nelas, destacam-se possibilidades de vitórias no

Peru, com o candidato Ollanta Humala, um ex-militar nacionalista e no México, com Lopez Obrador, do PRD, ambos líderes nas pesquisas; no Equador, onde a esquerda e o movimento indígena, em aliança, podem surpreender; na Nicarágua, onde os sandinistas podem retornar ao governo; e na Venezuela onde o presidente Chávez deverá renovar seu mandato.

O caso do Brasil é bastante especial, singular. Afinal, uma vitória das forças de direita no maior país da América Latina revigoraria a Alca, inviabilizaria o Mercosul e a Comunidade Sul-americana das Nações e isolaria experiências como a venezuelana. Os pronunciamentos programáticos da oposição de direita, críticos à política externa atual, não deixam dúvida nesse sentido. E deixam clara a natureza das tentativas de desestabilização de Lula que, para além de fatores internos, demonstram possuir nítidos fatores exógenos, sendo de interesse direto do imperialismo norte-americano pôr fim ao governo de centro-esquerda no Brasil como forma de reverter a tendência progressista na América Latina.

## II

A história da América Latina demonstra a existência de ciclos políticos que, de modo geral,

se reproduzem por todos os países da região. Começando com a onda independentista do século XIX, passando pelos governos desenvolvimentistas do pós-1930 até a década de 1950; pelos regimes militares das décadas de 1960 e 1970; pela onda que pôs fim a este período e que fez surgir os governos da redemocratização dos anos 1980; o ciclo dos governos neoliberais dos anos 1990; e, atualmente, o ciclo cuja marca é a ascensão das forças progressistas.

Tais ciclos não surgem ou acabam de forma desconexas uns com os outros: a tendência progressista atual tem forte relação com o esgotamento do ciclo anterior, neoliberal, assim como este surgirá do esgotamento da antiga experiência desenvolvimentista.

Mas, seguindo esse raciocínio, há que se perguntar: qual será o próximo ciclo a prosperar na América Latina? O sucesso da atual geração de governos progressistas na consecução das mudanças pode gerar condições para uma *transição ao socialismo*?

### III

Começemos a responder a essas questões analisando as fortes reações do “lado de lá”, isto é, do imperialismo norte-americano e de seu sistema que, ao contrário do que possa parecer a alguns, não estão inertes ao avanço progressista. Diz a história da América Latina que não convém subestimar a capacidade de reação do inimigo, já que fazê-lo poderia representar graves erros.

A reação imperialista, que se encontra em plena execução, se expressa de formas diversas: através do governo de Washington, nos mercados financeiros, nos *think tanks* (2), na grande imprensa e também em setores acadêmicos conservadores. Em seu conjunto, denotam uma forte ofensiva, todavia na esfera ideológica, de propaganda, numa espécie de *ação preventiva* visando neutralizar a possibilidade de que o ascenso eleitoral das forças progressistas resulte em mudanças de fundo. No geral, essa reação brada as ameaças de um “neopopulismo”. São vários indícios dessa reação.

O governo dos EUA, mais diretamente, envolve-se em confronto aberto com a Venezuela bolivariana. Por exemplo, mais recentemente, o coordena-

dor dos serviços de inteligência dos EUA, John Negroponte, alertou para “figuras populistas radicais em alguns países que defendem políticas econômicas estatistas”, que representariam assim um risco para a segurança do país, especialmente, disse ele, em assuntos como energia, migração, comércio e drogas (3).

O FMI, por sua vez, cada vez menos solicitado na região, que começa a seguir caminhos próprios ou alternativos de financiamento – como foram as recentes decisões de Brasil e Argentina de se livrarem do monitoramento do Fundo –, publicou em dezembro uma edição especial de sua revista *Finanças e Desenvolvimento*, totalmente dedicada à América Latina. O artigo central – “O Ressurgimento da América Latina” – é um resumo de um estudo maior, escrito por uma equipe coordenada por Anoop Singh, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo, intitulado *Estabilização e Reforma na América Latina*. O artigo, fazendo ouvidos moucos à tendência progressista na região, e buscando disputar seu rumo, propõe, na prática, uma espécie de atualização da agenda de reformas neoliberais, na qual propõe seis medidas como uma espécie de antídoto ao “neopopulismo”:

a) Reduzir a dívida pública através de altos superávits fiscais, inclusive através do fim das vinculações orçamentárias;

b) reduzir a inflação, com metas de inflação e independência do Banco Central;

c) reformar o setor financeiro acabando com a “ineficiente intermediação financeira” – que, no caso brasileiro, representa acabar com a utilização do dinheiro do FAT pelo BNDES;

d) realizar tratados bilaterais de comércio com os EUA (cita-se o Cafta, da América Central) e buscar mecanismos “para atrair capital externo”, como os tratados bilaterais de investimentos, a exemplo do recém-promulgado pelo Uruguai;

e) utilização “eficiente” dos recursos naturais, para eles ineficientes por serem, em geral, controlado por estatais;

f) respeitar os contratos, os marcos regulatórios e a competição.

A revista do FMI traz ainda um curioso artigo de Armínio Fraga – ex-presidente do BC brasileiro sob FHC – intitulado “Na encruzilhada: América Latina

deve escolher entre populismo e o aprofundamento das reformas”, no qual isenta, literalmente o “consenso de Washington” de culpa pela crise da América Latina, pois seriam os países que não teriam “feito a lição de casa”, pelo que, pede uma nova geração de “reformas estruturais”.

Já nos meios acadêmicos, um exemplo da reação neoliberal é o artigo publicado na celebrada revista especializada *Foreign Affairs*, que na edição de janeiro/fevereiro, pergunta “Estaria Washington perdendo a América Latina?”. Nele, Peter Hakim, do *Inter-American Dialogue* “alerta” para o fato de as relações entre os EUA e a região estarem “no mais baixo ponto desde o fim da guerra fria”, lamentando que “durante um certo tempo pareceu que as Américas se orientavam na direção correta”.

No Brasil, no início de dezembro, a PUC-RJ, berço da ortodoxia que orientou a economia brasileira desde a elaboração do Plano Real, em seminário discutiu num painel coordenado por Pedro Malan e composto por Sebastian Edwards, da UCLA – autor de *A macroeconomia do populismo na América Latina* –, por Albert Fishlow, da Universidade de Columbia e por Dionísio Carneiro – da PUC-RJ e um dos líderes do Instituto Casa das Garças, formado por economistas de destaque no governo FHC –, a seguinte questão: “política econômica nos países latino-americanos: ressurgimento do populismo?”. Edwards identifica em “política de elevação irresponsável de salários, proteção à indústria, incerteza em relação às regras” (FSP, 04/12/05) os principais sintomas do “neopopulismo”.

Nos “mercados”, veja o caso da *Fitch Ratings*, agência de classificação de riscos, que já em setembro lançava um informe especial de seu analista-chefe para a América Latina, Roger Scher, intitulado “Eleições latino-americanas: populismo ou reforma?”. Esse mesmo analista, em seminário promovido em Londres em janeiro pela Fitch para “uma platéia de dezenas de investidores e analistas da *City* londrina”, ao comentar as perspectivas para a eleição brasileira sentenciou: “uma vitória do PSDB poderia ser melhor para o país”. Acrescentou ainda, o “risco” de um segundo mandato de Lula girar a esquerda, com mudanças na economia (4). A edição de uma segunda Carta ao Povo Brasileiro, de perfil desenvolvimentista, em gesta-

ção, se consumada, dará razão às “preocupações” do especulador.

## IV

Outro aspecto da reação imperialista – à qual o esquerdismo empresta apoio militante – é a tentativa de dividir as forças progressistas em campos distintos, dando ênfase à existência de “duas esquerdas”: uma “responsável”, que respeita as instituições democráticas e o equilíbrio macroeconômico; outra populista e estatista, antiestadunidense e antidemocrática.

É um evidente ato de má-fé. Obviamente, por se tratar de países independentes, com distintas características de formação social e histórica, níveis distintos de complexidade da economia, de herança da experiência neoliberal e, sobretudo, diferenças marcantes na correlação de forças no interior da sociedade não permitem comparações, muito menos exigências de similaridades no enfrentamento do neoliberalismo e na luta por sua superação. Pressupõe apenas a existência de um *esquema rígido* (ou uma alternativa acabada) que se aplicaria indistintamente a todas as realidades, o que é absolutamente falso. Afinal, não copiar modelos é uma das grandes lições contemporâneas da esquerda.

A seu modo, diz Hugo Chávez que “não se pode pedir a mim que eu faça o mesmo que Fidel, são circunstâncias distintas; como a Lula não se pode pedir que faça o mesmo que faz Chávez; ou a Evo fazer o mesmo que faz Lula, ou a Kirchner o mesmo que faz Fidel ou Chávez, cada qual tem sua circunstância, mas vamos pelo mesmo caminho, no mesmo rumo e isso que é importante” (5).

## V

De fato é possível verificar um fio condutor comum aos governos progressistas na América Latina que, num contexto de resistência, buscam pavimentar o complexo caminho, permeado por manobras táticas, de superação, mesmo que parcial, do neoliberalismo, e na busca de novos rumos, de integração e desenvolvimento. Neste fio condutor, lembra Luis Bruschtein, “tanto Chávez, como Tabaré, Lula, Kirchner e Evo Morales têm buscado políticas similares com relação à Alca, ao FMI, (à crítica) ao discurs-

so neoliberal, à sua visão de mundo, à integração regional, aos direitos humanos e aos processos de democratização e inclusão social” (6).

No caso da curta experiência de um governo de centro-esquerda no Brasil, em curso, e alvo de precipitadas frustrações de dez entre dez iludidos ou desavisados, acumulam-se conquistas, apesar dos limites da política econômica: interromperam-se as privatizações, barrou-se a Alca, criou-se o G-20 na OMC, reduziu-se a vulnerabilidade externa, encerrou-se o acordo com o FMI, ainda que sem maioria no parlamento ou na sociedade brasileira. Praticou uma política externa, no geral, de conteúdo antiimperialista. É preciso avançar mais, na consecução de um *projeto nacional* de feição desenvolvimentista, ativamente sul-americanista, visando acumular forças para romper com o neoliberalismo – tarefa que na quadra atual reveste-se de dimensões anticapitalistas, e, portanto, com sentido estratégico de *transição* ao socialismo.

De fato, o principal fator inicial em curso na luta por romper com o esquema anterior neoliberal é a marcha acelerada da integração sul-americana, nucleada na aliança tripartite Buenos Aires-Brasília-Caracas. Pois a *integração sul-americana nos termos propostos por estes três governos, tem, objetivamente, sentido anti-neoliberal*. A recente adesão da Venezuela ao Mercosul e a esperada adesão plena da Bolívia; a resolução do conflito bilateral entre Brasil e Argentina – seqüela da desindustrialização parcial do país vizinho pelas políticas neoliberais –, que travava avanços no bloco, são passos importantes. Outro passo marcado por simbolismo desse modelo de integração solidária, antineoliberal é o anúncio da construção do Gasoduto sul-americano, obra de integração energética entre Venezuela, Brasil e Argentina, ao qual poderá se somar a Bolívia e outros países.

São medidas que representam um passo inicial para conformar um mercado interno em escala sul-americana, como uma política industrial que dê vazão à complementaridade das economias sul-americanas através da integração e da especialização das cadeias produtivas, contemplando a reindustrialização de países e regiões do subcontinente e, assim, o combate às assimetrias entre as economias e as regiões na América do Sul.

O avanço dessas políticas é o alvo principal do imperialismo na atual conjuntura, que busca impedi-las ou neutralizá-las, cooptando os vacilantes, como nas ofertas tentadoras de acesso a mercado para os pequenos países – casos recentes do Uruguai e do Paraguai, com a qual os EUA tentam liquidar o Mercosul.

A luta pela integração regional, com sentido de alternativa ao neoliberalismo, têm função estratégica, podendo representar o surgimento de um pólo próprio de poder na América do Sul independente da influência do *Norte* imperialista. O fato guarda profundas implicações geopolíticas. Assim, a consolidação de uma tendência progressista na América Latina em 2006 poderá repercutir em longo prazo na luta contra-hegemônica em resistência ao mundo unipolar dominado pelo imperialismo estadunidense. A América Latina, na luta por sua segunda independência pode assim demonstrar que o imperialismo e o neoliberalismo podem ser superados e o socialismo voltar à ordem do dia como a alternativa ao atual estado de coisas no mundo.

---

Ronaldo Carmona é membro da Comissão de Relações Internacionais do Comitê Central do PCdoB.

### Notas

(1) Ver Samir Amim no Portal Vermelho, 02/02/06. Já o cientista político José Luis Fiori, empolgado, chega a defender a tese de que “neste início do século XXI, está acontecendo algo extraordinário neste continente, talvez uma ruptura revolucionária” (*Carta Maior*, 09/01/06).

(2) Termo em inglês para *Centro de Estudos*.

(3) *La Jornada*, 03/02/2006.

(4) Agência Estado, 18/01/06.

(5) Ato antiimperialista, Poliedro de Caracas, VI Fórum Social Mundial, 27/01/06.

(6) *Página 12*, 04/02/06.

# Apelo de Bamako

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Pela primeira vez desde o seu lançamento, o Fórum Social Mundial realizou-se de forma policêntrica: eventos ocorreram em Caracas na Venezuela e em Bamako, no Mali. Deverá ocorrer outro evento em Karachi, Paquistão. O ponto de convergência se deu em torno da bandeira antiimperialista e contra a guerra. A novidade é que o socialismo emergiu como alternativa à barbárie capitalista. Abaixo segue um resumo do documento final lançado na capital do Mali: no coração do continente que mais sofreu com a pilhagem colonialista e imperialista

**A** experiência de mais de cinco anos de convergências mundiais das resistências ao neoliberalismo permitiu criar uma nova consciência coletiva. Os Fóruns sociais mundiais, temáticos, continentais e nacionais, e a Assembléia dos Movimentos Sociais foram os seus principais artefatos. Reunidos em Bamako a 18 de janeiro de 2006, véspera da abertura do Fórum Social Mundial poli-

cêntrico, os participantes dessa jornada consagrada ao 50º aniversário de Bandung exprimiram sua preocupação de definir outros objetivos do desenvolvimento, de criar um equilíbrio das sociedades abolindo a exploração de classe, de gênero, de raça e de casta e de traçar o caminho para uma nova relação de forças entre o Sul e o Norte.

O apelo de Bamako pretende ser uma contribuição para a emergência de um novo sujeito popular histórico e para a consolidação do que foi adquirido

nestes encontros: o princípio do direito à vida para todos, as grandes orientações de um viver conjunto na paz, a justiça e a diversidade, as maneiras de realizar estes objetivos no plano local e à escala da humanidade.

Para que nasça um sujeito histórico – popular, plural e multipolar – é preciso definir e promover alternativas capazes de mobilizar forças sociais e políticas. A transformação radical do sistema capitalista é o objetivo. Sua destruição do planeta e de milhões de seres humanos, a cultura individualista de consumo que o acompanha e o alimenta e sua imposição por forças imperialistas não são mais aceitáveis, pois comprometem a própria vida da humanidade. Tais alternativas devem apoiar-se sobre a longa tradição das resistências populares e levar em conta também os pequenos passos indispensáveis à vida cotidiana das vítimas.

O Apelo de Bamako, construído em torno dos grandes temas discutidos em comissões, afirma a vontade de:

(i) construir o internacionalismo dos povos do Sul e do Norte face às devastações engendradas pela ditadura dos mercados financeiros e pela implantação globalizada e descontrolada das transnacionais;

(ii) construir a solidariedade dos povos de Ásia, África, Europa e Américas face aos desafios do desenvolvimento do século XXI;

(iii) construir um consenso político, econômico e cultural alternativo à globalização neoliberal e militarizada e ao hegemonismo dos Estados Unidos e seus aliados.

### Os princípios

1) Construir um mundo fundado na solidariedade dos seres humanos e dos povos.

Nossa época é dominada pela imposição da concorrência entre os trabalhadores, as nações e os povos. Entretanto, o princípio da solidariedade preencheu na história funções mais construtivas para a organização eficaz das produções materiais e intelectuais. Queremos dar a este princípio o lugar que lhe cabe e relativizar aquele da concorrência.

2) Construir um mundo fundado na afirmação plena e inteira dos cidadãos e na igualdade dos sexos.

O cidadão deve tornar-se o responsável em últi-

mo recurso pela gestão de todos os aspectos da vida social, política, econômica, cultural. É a condição de uma democratização autêntica. Por abuso, o ser humano está reduzido aos estatutos justapostos de portador de uma força de trabalho, de espectador impotente face às decisões dos poderes, de consumidor encorajado aos piores desperdícios. A afirmação, de direito e de fato, da igualdade absoluta dos sexos é uma parte integrante da democracia autêntica. Uma das condições desta última é a erradicação de todas as formas confessas ou enganosas do patriarcado.

3) Construir uma civilização universal proporcionando à diversidade em todos os domínios seu potencial pleno de desenvolvimento criador.

Para o neoliberalismo, a afirmação do indivíduo – não do cidadão – permitiria o florescimento das melhores qualidades humanas. O isolamento insuportável que a competição impõe a este indivíduo no sistema capitalista produz seu antídoto ilusório: o encerramento em guetos de pretensas identidades comunitárias, muitas vezes de tipo para-étnico e/ou para-religioso. Queremos construir uma civilização universal que encare o futuro sem nostalgia passadista. Nesta construção, a diversidade política das nações e dos povos torna-se o meio de dar aos indivíduos capacidades reforçadas para o desenvolvimento criador.

4) Construir a socialização pela democracia.

As políticas neoliberais querem impor um modo único de socialização através do mercado, apesar de os efeitos destruidores para a maioria dos seres humanos não precisarem mais de ser demonstrados. O mundo que queremos concebe a socialização como o produto principal de uma democratização sem delimitações. Neste quadro, em que o mercado tem o seu lugar, mas não todo o lugar, a economia e as finanças devem ser postas a serviço de um projeto de sociedade e não serem submetidas unilateralmente às exigências de um desdobramento descontrolado das iniciativas do capital dominante que favorecem os interesses particulares de uma ínfima minoria. A democracia radical que queremos promover restitui todos os seus direitos ao imaginário inventivo da inovação política. Ela fundamenta a vida social na diversidade incansavelmente produzida e reproduzida, e não sobre o consenso manipulado que apaga os debates de fundo e encerra os dissidentes em guetos.





*Um outro mundo é possível.*

5) Construir um mundo fundado no reconhecimento do estatuto não mercantil da natureza e dos recursos do Planeta, das terras agrícolas.

O modelo capitalista neoliberal assinala o objetivo de submeter todos os aspectos da vida social, quase sem exceção, ao estatuto de mercadoria. A privatização e a mercantilização ao extremo implicam efeitos devastadores sem precedentes: a destruição da biodiversidade, a ameaça ecológica, o desperdício dos recursos renováveis ou não (petróleo e água em particular), a liquidação das sociedades camponesas ameaçadas de expulsões maciças das suas terras. Todos estes domínios devem ser ge-

rados, como outros tantos bens comuns da humanidade. Nestes domínios, a decisão não decorre do mercado para o essencial, mas dos poderes políticos das nações e dos povos.

6) Construir um mundo fundado no reconhecimento do estatuto não mercantil dos produtos culturais e dos conhecimentos científicos, da educação e da saúde.

As políticas neoliberais conduzem à mercantilização dos produtos culturais e à privatização dos grandes serviços sociais, nomeadamente da educação e da saúde. Esta opção implica a produção em massa de produtos para-culturais, de baixa qualidade, a

submissão da investigação às prioridades exclusivas da rentabilidade em curto prazo, a degradação – mesmo à exclusão – da educação e da saúde para as classes populares. A renovação e a ampliação dos serviços públicos devem ser guiadas pelo objetivo de reforçar a satisfação das necessidades e os direitos essenciais à educação, saúde e alimentação.

7) Promover políticas que associem estreitamente a democratização sem limite definido à partida, o progresso social e a afirmação da autonomia das nações e dos povos.

As políticas neoliberais negam as exigências específicas do progresso social – que se pretende produzido espontaneamente pela expansão dos mercados – como a autonomia das nações e dos povos, necessária à correção das desigualdades. Nestas condições, a democracia é esvaziada de todo conteúdo efetivo, vulnerabilizada e fragilizada ao extremo. Afirmar o objetivo de uma democracia autêntica exige dar ao progresso social seu lugar determinante na gestão de todos os aspectos da vida social, política, econômica e cultural. A diversidade das nações e dos povos, produto da história, tanto nos seus aspectos positivos como nas desigualdades que a acompanham, exige a afirmação da sua autonomia. Não existe receita única nos domínios político ou econômico que permitiria contornar esta autonomia. O objetivo da igualdade a construir passa pela diversidade dos meios a por em ação.

8) Afirmar a solidariedade dos povos no Norte e do Sul na construção de um internacionalismo numa base antiimperialista.

A solidariedade de todos os povos – do Norte e do Sul – na construção da civilização universal não pode ser fundada nem sobre a assistência nem sobre a afirmação de que estando todos embarcados no planeta seria possível menosprezar os conflitos de interesses opondo as diferentes classes e nações que constituem o mundo real. Esta solidariedade passa pela ultrapassagem das leis e dos valores do capitalismo e do imperialismo que lhe são inerentes. As organizações regionais da globalização alternativa devem inserir-se na perspectiva do reforço da autonomia e da solidariedade das nações e dos povos nos cinco continentes. Esta perspectiva contrasta com aquela dos atuais modelos dominantes de regionalização, concebidos como outros tantos blocos constitutivos

da globalização neoliberal. Cinquenta anos após Bandung, o Apelo de Bamako exprime também a exigência de uma Bandung dos povos do Sul, vítimas do desdobramento da globalização capitalista realmente existente, da reconstrução de uma frente do Sul capaz de pôr em xeque o imperialismo das potências econômicas dominantes e o hegemonismo militar dos Estados Unidos. Esta frente antiimperialista não opõe os povos do Sul àqueles do Norte. Ao contrário, constitui a base da construção de um internacionalismo global associando-os todos na construção de uma civilização comum na sua diversidade.

### Objetivos de longo prazo e proposta para a ação imediata

Para passar da consciência coletiva à construção de atores coletivos, populares, plurais e multipolares, sempre foi necessário identificar temas precisos para formular estratégias e propostas concretas. Estes temas do Apelo de Bamako cobrem os 10 domínios seguintes, em função de objetivos de longo prazo e de propostas de ação imediata:

- A organização política da globalização;
- a organização econômica do sistema mundial;
- o futuro das sociedades camponesas;
- a construção de uma frente unida dos trabalhadores;
- as regionalizações ao serviços dos povos;
- a gestão democrática das sociedades;
- a igualdade dos sexos;
- a gestão dos recursos do planeta;
- a gestão democrática dos meios de comunicação e da diversidade cultural; e
- a democratização dos organismos internacionais.

O apelo de Bamako é um convite a todas as organizações de luta representativas das vastas maiorias que constituem as classes trabalhadoras e os excluídos do sistema capitalista neoliberal, assim como a todas as pessoas políticas que aderem a estes princípios, para trabalharem em conjunto para se chegar a pôr em prática efetiva estes objetivos.

---

*Fórum por um outro Mali, Fórum do Terceiro Mundo e Fórum Mundial das Alternativas.*

# Educar é fazer sonhar

FRANCISCO CARUSO E MARIA CRISTINA SILVEIRA DE FREITAS

**A inserção social, e mesmo a sobrevivência, residem, fundamentalmente, na criatividade**

**C**remos que nosso leitor não discordaria, em tese, de H.G. Wells, quando este afirma: “*Entramos numa corrida entre a educação e a catástrofe*” (Apud RONÁI, 1995); corrida cada vez mais real e imperativa, em larga escala, a partir da imposição de um projeto neoliberal ao mundo globalizado e, em particular, no que se refere ao Brasil. Qualquer que seja o caso, a reflexão crítica é a melhor forma de dar início a essa corrida. A questão é: O que mudar no ensino de modo a minimizar as chances de vitória da catástrofe? Um ponto de partida pode ser a aceitação da observação de Paulo Freire, segundo a qual, lamentavelmente, “*atualmente, não se entende mais a educação como formação, mas apenas como treinamento*”. (FREIRE, 2001, p. 36). O medo da catástrofe motivou-nos a refletir e a escrever algumas linhas a propósito do ato de ensinar.

Preferimos, aqui, contribuir para o debate sobre o tão desgastado ato de ensinar, enfocando uma questão específica que pode ser resumida na seguinte pergunta: Que predicado melhor completa a frase “ensinar é...” – no sentido de educar – de modo a permitir aos seres humanos, nascidos e inseridos no

tempo, se encontrarem, se realizarem em toda a sua pluralidade? Esta chave deve ser o predicado essencial para a criatividade, para a liberdade.

Na busca a essa resposta, nosso ponto de partida pode ser sintetizado em duas máximas: “O objetivo da educação é o conhecimento não de fatos, mas de valores”, de William Ralph Inge, e “Educação é o que sobrevive quando o que foi aprendido foi esquecido”, do polêmico B.F. Skinner. Estamos procurando, dessa forma, dentre esses valores, aquele que melhor garante a sobrevivência de alguma coisa após o esquecimento do que foi aprendido e, portanto, aquele que melhor completa a expressão “ensinar é...”. Alguma coisa permanente e transformadora.

Partamos da assertiva, segundo a qual “ensinar é substantivamente formar”. Nela, Paulo Freire embute, de certa forma, sua compreensão de que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Dentre as múltiplas possibilidades, destacamos a capacidade de “fazer sonhar”, de libertar o espírito. A mera transferência de conhecimento, ou de informações, jamais levará um sujeito a “sonhar com dias melhores”, a ter perspectivas, a ousar e a criar o novo; poderia, no máximo, fazê-lo tomar conhecimen-

to do novo. Se devêssemos, então, propor um único predicado para o ato de ensinar, diríamos que “ensinar é fazer sonhar”, é levar a sonhar, é levar a descobrir, a criar seu próprio mundo. E é isso que procuraremos justificar neste ensaio.

### O espelho profundo e as novas visões

Quando falamos em *sonho*, não nos referimos a qualquer devaneio, mas àqueles que levam o indivíduo ao encontro de seus anseios, de suas perspectivas, de suas realizações, sem limites; um sonho motivador. Não apenas o sonho no sentido subjetivo do sonhador, nas quatro paredes do seu quarto. Estamos considerando o sonho que envolve o outro, no sentido poético, no sentido ético. Sonho, função do irreal, traduzido ao real na prática como relação entre ciência e poesia, numa pedagogia bachelardiana (1).

Bachelard – do ponto de vista filosófico – ganha papel primordial quanto à questão da importância da poesia e das artes na pedagogia, não como meios ou instrumentos didáticos, mas dando-lhes autonomia e estudando-as como processo criativo, como *poéticas*. Com esta proposta, ele valoriza o homem em uma sociedade produzindo ciência, tecnologia e poesia, conferindo-lhes igual valor na criação de um pensamento, ao mesmo tempo racional e imaginativo, capaz de produzir mudanças no conhecimento e no próprio homem. Razão e imaginação, imbricadas, respectivamente, na *ciência* e na *poética*, completam-se. Enfatizamos que, para Bachelard, a arte, como vertente poética, funda-se nos processos imaginativos e no trabalho da matéria, retomando sempre o imaginativo através do espectador ativo. Já a ciência, cria fenômenos a serem estudados bem além do plano empírico, construindo universos formais. Nada nos é dado no plano da ciência e da arte: tudo pode ser *fabricado*. Tudo pode ser *criado*. Porém, para Bachelard, “*não criamos com idéias ensinadas*”, ou seja, não criamos com idéias reproduzidas ou a partir da tradição. Criamos, assim como o artesão trabalha o barro: transformando a matéria e, ao mesmo tempo, transformando-se (CARUSO, CARVALHO & FREITAS, 2002). O que não exclui, naturalmente, que se possa criar utilizando métodos e processos já conhecidos.

Ao educar-se com esse espírito, o sujeito passa a ver a vida com outros olhos, adquire uma nova visão

do mundo e de si mesmo, e vislumbra a possibilidade de “fazer a sua história”, conforme seus sonhos. Essa capacidade da Educação de levar o indivíduo a sonhar tem sido desvalorizada cada vez mais, com graves reflexos na Escola, na vida familiar e nas demais relações sociais.

No entanto, “*o sonhador não consegue sonhar diante de um espelho que não seja ‘profundo’*” (BACHELARD, 1990, p. 157). É fundamental que seja o educador a dar profundidade a esse espelho, através de sua própria imagem, reflexo de um conjunto de valores e saberes adquiridos. Ele é que deverá motivar seus alunos a sonharem, sob pena de levá-los à frieza da incredulidade (2). Sua postura diante da vida – da própria vida e da vida dos outros – é um exemplo determinante. Pode-se dizer, como Henry Brooks Adam, que o professor afeta a eternidade, pois não é possível precisar onde sua influência acaba [Apud KNOWLES, 1998]. Paulo Freire também alerta:

“*O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca*” (FREIRE, 2002, p. 73).

Se positiva, essa marca depende fundamentalmente das relações estabelecidas entre professores e alunos, que deve ser uma relação de respeito à cidadania, como toda e qualquer relação entre seres humanos:

“*Na sala de aula, os alunos não deixam de ser pessoas para transformar-se em coisas, em objetos, que o professor pode manipular, jogar de um lado para o outro. O aluno não é um depósito de conhecimentos memorizados que não entende, como um fichário ou uma gaveta. O aluno é capaz de pensar, de refletir, discutir, ter opiniões, participar, decidir o que quer e o que não quer. O aluno é gente, é ser humano, assim como o professor*”. (PILETTI, 1987).

Mas é crucial existir nas escolas uma ampla consciência de quão imperativo é *sonhar* e *criar*, de quanto é indispensável pôr defronte dos alunos um espelho profundo. É essa dose de utopia coletiva, intrínseca à consciência crítica dos educadores, que faz do ato de sonhar coletivamente um movimento transformador, como afirma Ana Lúcia Souza de Freitas [FREIRE, 2001, p. 29]. Esta consciência transformadora, traduzida em uma postura institucionalizada, deveria ser priorizada nos projetos pedagógicos de todas as insti-

tuições de ensino, a começar, obviamente, do ensino fundamental, valorizando, por exemplo, a leitura dos contos de fada, das fábulas, dos clássicos, assim como incentivando as atividades artísticas em geral, que fazem sonhar. É ilusão achar que a televisão faz sonhar; ao contrário, ela é essencialmente alienadora. Todavia, é triste ver a juventude buscar, muitas vezes, o sonho nas drogas. A escola não pode absolutamente abdicar do sonho.

Entretanto, o que se vê na escola hoje é um quadro lamentável. Nossas escolas estão povoadas por profissionais cansados, desanimados, que já desistiram de inovar, temerosos das críticas, dos possíveis fracassos e massacrados pela baixa remuneração. Mais ainda: arriscaríamos afirmar estar sendo praticado, principalmente nas escolas de periferia (mas não somente), o que podemos chamar de uma “pedagogia do medo”, onde a violência – ou o medo dela – limita, cerceia a liberdade de trabalho do professor e embaça qualquer espelho.

Freire tem razão ao dizer que “a prática educacional não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos”; contudo, acredita que, “sem ela, jamais haverá transformação social” (FREIRE, 2001). Obviamente, a superação desse estado generalizado de violência faz parte desta conquista.

Por pior que seja esse quadro educacional, Paulo Freire afirma: “As coisas podem até piorar”, mas nos exorta a “intervir para melhorá-las” (FREIRE, 2002, p. 58). Não podemos aceitar o discurso acomodado de que “não há o que fazer”, conclui o educador. Devemos, sim, ter a ousadia que motiva o ser humano a fazer o novo, a fazer o que ainda não foi experimentado por ninguém, mesmo que a dose do novo pareça excessiva. “Toda criação deve superar uma ansiedade. Criar é desatar uma angústia”, afirma Bachelard (BACHELARD, 1990, p. 114). Vencer o medo – principalmente o medo do novo – é o que se espera de um educador capaz de transmitir criticamente o conhecimento e, sobretudo, capaz de criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção, pois, como nos ensina ainda o filósofo francês, “por mais efêmero que seja o medo, está quase sempre na origem de um conhecimento” (BACHELARD, 1990, p. 150). Vencer o medo primordial está na essência do ato criativo.

Chegamos, assim, à questão do ato criativo. É preciso difundir a idéia de que, na sociedade pós-mo-

derna, a capacidade de inserção e mesmo a de sobrevivência de qualquer um reside fundamentalmente na *criatividade*: uma criatividade transformadora (DE MASI, 2000). Essa compreensão é indispensável para se começar a construir a Escola do futuro (3).

Como exemplo que dá concretude a algumas das idéias expostas até aqui, podemos citar uma experiência que há algum tempo vimos defendendo e pon-do em prática com um grupo de pesquisadores, professores, licenciandos e alunos do ensino médio, uma pedagogia bachelardiana, mediante nosso trabalho na Oficina de Educação através de Histórias em Quadrinhos (EDUHQ), descrito em outro texto [CARUSO, CARVALHO & FREITAS, 2002], visando à transformação das práticas didáticas tradicionais (4). Essa nova busca de valorização da criatividade e do ato de sonhar pode ser sintetizada nos seguintes objetivos gerais da Oficina:

- Priorizar uma pedagogia que contemple articulações entre ensino-aprendizagem e conhecimento-sociedade, integrando metodologicamente os conteúdos das disciplinas curriculares, através da produção artística.

- Contribuir para que o aluno possa ser um ator importante na difusão do conhecimento a partir de um processo que se inicia nos processos didáticos e culmina com seu ato criativo; processo esse que deverá lhe dar uma nova dimensão dialógica do processo ensino-aprendizado.

- Contribuir para o aprimoramento dos professores que participarão do projeto, no tocante às técnicas e metodologias de ensino, bem como daqueles que, fora da oficina, posteriormente, terão contato com o material ali produzido, como agentes desencadeadores de outros processos criativos em situações diversas.

- Enfatizar e incentivar a produção artística não apenas como instrumento didático, mas como produção estética autônoma inserida na cultura e na sociedade.

- Criar e desenvolver técnicas e metodologias facilitadoras da transferência de conhecimentos na própria oficina, em sala de aula, através do ensino à distância e na vida prática, imprimindo à produção do conhecimento um aspecto lúdico e estético.

Podemos sintetizar o impacto que essa iniciativa tem demonstrado sobre os alunos do projeto nas palavras espontâneas de um deles, Gleidson de Castro Araújo, a propósito do trabalho na Oficina EDUHQ (5):

“É gostoso escrever e imaginar. Os desenhos nos fazem

*sonhar. As palavras nos fazem pensar. As histórias nos fazem viajar por um mundo desconhecido*".

Maiores detalhes sobre a influência desse projeto nos alunos participantes podem ser encontrados em um estudo sistemático [FREITAS, 2003].

Transformar o conhecimento, o homem e o próprio mundo através dos atos de conhecer e de imaginar são ideais que fundamentam essa pedagogia que estamos defendendo e praticando na Oficina EDUHQ. *"A vontade de quem não sabe sonhar é cega e limitada. Sem os devaneios da vontade, a vontade não é verdadeiramente uma força humana, é uma brutalidade"*. (BACHELARD, 2001, p. 75).

Mais do que ingredientes importantes, a imaginação, o devaneio, o sonho são, na verdade, em nossa opinião, indispensáveis ao conhecimento, à sua assimilação e à sua transformação. Fica mais fácil explicar o porquê desta convicção lançando mão, mais uma vez, de um trecho primoroso de Bachelard, no qual ele afirma:

*"(...) a imaginação inventa mais que coisas e dramas; inventa vida nova, inventa mente nova; abre olhos que têm novos tipos de visão. Verá se tiver 'visões'. Terá visões se se educar com devaneios antes de educar-se com experiências, se as experiências vierem depois como prova de seus devaneios"* (BACHELARD, 1998, 18).

### Do ato de comer ao ato de criar

Creemos ter justificado a importância crucial do "fazer sonhar" no processo de aprendizagem. Gostaríamos, para encerrar este breve ensaio, de fazer um comentário acerca do crescente predomínio do ensino "bancário" sobre o "holístico", buscando, para isso, um exemplo que, à primeira vista, pode ser considerado curioso.

As sociedades, ditas primitivas, possuíam (ou possuem) uma característica única que, via de regra, tem sido usada para rotulá-las de "mais atrasadas": são sociedades pré-escolares. Nelas,

*"a prática educativa consistia na aquisição de instrumentos de trabalho e na interiorização de valores e comportamentos, enquanto o meio ambiente em seu conjunto era um contexto permanente de formação"* (HARPER et al, 2000).

Paradoxalmente, esse comentário, referente à prática educativa de uma sociedade primitiva, ecoa como um anseio contemporâneo das sociedades de-

envolvidas e subdesenvolvidas. Em nossa LDB, por exemplo, afirma-se: *"Ensino será ministrado com base [no princípio da] vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais"* (LDB, Art. 3º, inciso XI), o que, infelizmente, não acontece na prática social. Excetuando-se a famosa diferença entre o *princípio* e a *prática*, nem sempre desprezível, é notável a semelhança do conteúdo das duas citações.

Contudo, a questão de "um contexto permanente de formação", ou, em outras palavras, a questão da contextualização do ensino, se impõe cada vez mais e é um dos pontos centrais no debate sobre educação escolar hoje em dia, com reflexo evidente, por exemplo, nos vestibulares, que já mudaram seus programas e seus objetivos, enquanto as escolas não. Espera-se que essa contextualização abra caminho para o desenvolvimento da motivação e criatividade dos alunos.

Mas quando nasce o problema da necessidade de contextualizar o aprendizado? É esse um problema característico apenas da sociedade pós-moderna?

Esse problema não é novo e nasce exatamente com a institucionalização da *Escola* na Idade Média, quando a educação tornou-se um *produto* da Escola (HARPER et al, 2000) e atingia uma pequena parte da população. A atividade de ensinar passou a ser desenvolvida por profissionais em um espaço físico específico, isolado do resto do mundo e desvinculado das exigências da vida cotidiana: *o espaço da escola*, no qual se valoriza, de forma crescente ao longo dos séculos, o ensino formal e formalizante, deixando de lado, por exemplo, a experiência extra-escolar do aluno. A esse respeito, Moacir Carneiro (2002, p. 39), refere-se ao Art. 3º, inciso X, da LDB, que trata da valorização da experiência extra-escolar como princípio básico do ensino, afirma ser esta

*"uma das desafiadoras questões do ensino brasileiro. A nossa tradição escolar, radicalmente formal e formalizante, tem impedido o desenvolvimento de uma cultura pedagógica que valorize o patrimônio de conhecimentos que o aluno construiu e constrói fora do espaço de sala de aula. No fundo, esta dificuldade traduz a relevância absoluta que se dá à qualidade formal do conhecimento (...). O extra-escolar representa um canal importante para abrir espaços de articulação escola/comunidade, pela possibilidade de construir um conteúdo de ensino capaz de 'satisfazer as necessidades de aprendizagem'"*.

Acrescenta, ainda, o comentarista da lei:

“o extra-escolar não é a sub-educação. Pelo contrário, o extra-escolar é o trabalho, a convivência, o lazer, a família, o amor, a festa, a igreja, (...), a vida, enfim” (CARNEIRO, 2002, p. 39).

Ou seja, a “aquisição de instrumentos de trabalho e a interiorização de valores e comportamentos”, mencionados no comentário sobre as sociedades pré-escolares, são questões que decididamente encontram-se hoje fora da escola, dissociadas do aprendizado escolar. Desta forma, ou se reconhece e se incorpora o extra-escolar no processo de aprendizado, ou mudam-se radicalmente os currículos e a própria concepção de Escola. Qualquer que seja a tendência, em nossa opinião, ela vai exigir mudanças profundas na Escola e na formação dos professores, pois estes atualmente “recebem uma formação que lhes dificulta o desenvolvimento da capacidade para construir interseções de saberes no bojo das disciplinas que ministram” (CARNEIRO, 2002, p. 39). Isso, por sua vez, dificulta enormemente o desenvolvimento da interdisciplinaridade e a construção de qualquer contexto permanente de formação que valorize o indivíduo e seja capaz de motivá-lo para os estudos e para a vida. Dificulta o “ensino holístico”.

Referindo-se ao tempo em que não havia professores, o livro *Cuidado Escola!* destaca o fato de que, naquela época, “aprendia-se fazendo, o que tornava inseparáveis o saber, a vida e o trabalho” e ilustra esta frase com a foto de um grupo heterogêneo de uma tribo primitiva, na qual os mais velhos ensinam aos mais jovens a caçar. A foto, de grande força, pode ser tomada como ponto de partida de uma reflexão sobre o ensinamento e a motivação envolvidos no simples ato de “ensinar a caçar”. Em primeiro lugar, trata-se de aprender uma atividade essencial para saciar a fome e garantir a sobrevivência da tribo; portanto, de uma necessidade altamente motivadora e muito básica. Todavia, a interdisciplinaridade envolvida é enorme. Usando a divisão tradicional de conteúdo dos currículos atuais, poderíamos dizer que o jovem aprende “Biologia”, por exemplo, quando aprende a conhecer os habitats, as características e os hábitos alimentares dos animais (“Zoologia”) ou quando aprende a escolher a madeira apropriada (“Botânica”) para manufaturar o arco e a flecha. “Ecologia”, quando aprende a respeitar a Natureza que é a fonte de sua subsistência. “Física”, quando lhe é ensinado que deve mirar

um pouco acima da caça para não errar (“Gravitação”), ou qual deve ser a tensão ideal a ser dada à corda do arco (“Acústica”), ou, ainda, a escolher a pena ideal para dar maior estabilidade ao voo da flecha; problema “interdisciplinar” que envolve “Hidrodinâmica” e “Etologia”. “Química”, para conseguir venenos que facilitem abater animais grandes, sem prejudicar a saúde de quem vai ingerir a caça. “Matemática”, aprendendo a contar e a ter noções de direção e sentido, essenciais para não se posicionar a favor do vento e assim ser percebido pela presa que escapa vitoriosa. “Geografia”, ao aprender a topografia do terreno e a conhecer os espaços da savana ou da selva. “História”, quando ouve os relatos dos sucessos e fracassos de seus antepassados. “Sociologia”, aprendendo a importância de caçar em grupo e de socializar o produto da caça, e assim por diante.

A Escola hoje (e desde sempre), como já mencionamos, tende a valorizar enormemente o ensino formal e formalizante. Escola e Sociedade valorizam muito mais a razão do que a prática. Essa escolha remete automaticamente à *segmentação do saber* e à exigência de *um alto grau de abstração*. Esses ambos fatores dificultam bastante a interdisciplinaridade, a contextualização do ensino e a própria motivação do aprendiz, tornando o exemplo do “aprender a caçar” cada vez mais fugidio.

Nesse ponto, cabe então a pergunta: na realidade da Escola de hoje, o que poderia desempenhar o papel motivador da caçada no imaginário coletivo? Com o problema da fome pelo menos teoricamente resolvido – apesar das graves injustiças e desigualdades que assolam grandes áreas do planeta, inclusive do Brasil –, que motivação poderia “substituir” a necessidade de se alimentar? A resposta, em nossa opinião, é o *gesto criativo*, é o *ato de criar* que pode (e deve) substituir o *ato de comer*. E este ato, como argumentamos, é absolutamente dependente da capacidade de *sonhar*. Precisamos, portanto, construir uma escola na qual *ensinar seja fazer criar, fazer sonhar*. Continuando com a metáfora da *aula-caçada*, cabe ainda enfatizar que não apenas àqueles que “comem”, mas também (e principalmente) aos que “têm fome” deve ser oferecida a possibilidade essencial de *criar* e de aprender o valor desse ato criativo.

As sociedades evoluíram, tornaram-se muito mais complexas, mas a questão da sobrevivência é eterna. E

a sobrevivência na sociedade pós-moderna, como ressaltou o sociólogo italiano Domenico de Masi, reside fundamentalmente na *criatividade* (DE MASI, 2000), e no *sonho*, acrescentaríamos. Essa compreensão é indispensável para se começar a construir a escola do futuro; uma escola que educa, uma escola que faz sonhar. E isso não se faz sem se pensar também em reestruturar as licenciaturas (CARUSO, 1995).

Gostaríamos de concluir enfatizando que, durante o processo de criação, os alunos, assim como os velhos alquimistas, mais do que conseguindo transfor-

mar a matéria, estão, na verdade, sonhando e conseguindo mudar o seu próprio eu (JUNG, 1998).

---

*Francisco Caruso é do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e do Instituto de Física da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Maria Cristina Silveira de Freitas é do Centro de Estudos Supletivos da Marinha, com Especialização em Educação na UERJ em andamento. Os autores agradecem pelos comentários críticos de Mirian de Carvalho, Stella Maris, Alberto Santoro e Isac João de Vasconcelos.*

### Notas

(1) Gaston Bachelard ampliou os campos da Epistemologia e da Estética, instaurando novas idéias que revolucionaram a crítica literária e a crítica de arte, bem como a pedagogia das ciências, com alcance mais amplo.

(2) É inegável que a motivação é essencial para toda e qualquer atividade humana. Em particular, do ponto de vista do educador, não é possível afirmar que um determinado sujeito esteja motivado para aprender algo, sem que o primeiro tenha sido capaz de identificar, no segundo, um certo grau de consciência do valor do aprendizado e do crescimento intelectual, que se concretizam numa "vontade de aprender". Aproveitando as palavras de um poeta brasileiro, talvez se possa afirmar que a essência da motivação, compreendida como uma necessidade básica do *homo sapiens* – desse ser racional que busca se educar – reside na sua capacidade de "cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz" (GONZAGUINHA, 1999).

(3) Voltaremos a essa questão na próxima seção.

(4) Mais detalhes sobre o projeto podem também ser encontrados em <http://www.cbpf.br/eduhq>.

(5) Aluno do ensino médio do CIEP 169 de São João do Meriti, que participou da Oficina durante dois anos desde a sua fundação em dezembro de 2001.

#### Bibliografia

- BACHELARD, Gaston. *A Terra e os Devaneios do Repouso*. Martins Fontes, São Paulo, 1990.
- L'Intuition de L'Instant*. Stock, Paris, 1992.
- A Formação do Espírito Científico*. Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.
- A Água e os Sonhos. Ensaio sobre a Imaginação da Matéria*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.
- A Terra e os Devaneios da Vontade*. Martins Fontes, São Paulo, 2001.
- CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB Fácil – Leitura Crítico-compreensiva artigo a artigo*. Vozes, Petrópolis, 8ª ed., 2002.
- CARUSO, Francisco. "Em defesa da Licenciatura". In: *Scientia (São Leopoldo)* vol. 6, n. 1, p. 93-98 (1995).
- CARUSO, Francisco, CARVALHO, Mirian & FREITAS, Maria Cristina S. "Uma Proposta de Ensino e Divulgação de Ciências Através dos Quadrinhos". In: *Ciência e Sociedade*, CS008-02, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa*. Paz e Terra, São Paulo, 15ª ed., 2000.
- Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. Editora UNESP, São Paulo, 2001.
- FREITAS, Maria Cristina S. *Da motivação e de sua relevância no processo de aprendizagem escolar*. UNIG, Rio de Janeiro, 2003.
- GADOTTI, Moacir. *A Educação Contra a Educação*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 5ª ed., 1992.
- Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. Cortez, São Paulo, 12ª ed., 2001.
- História das Idéias Pedagógicas*. Ática, São Paulo, 8ª ed., 2001.
- GONZAGUINHA. "O que é o que é". *Meus Momentos*. EMI, São Paulo, 1999.
- HARPER, Babette et al. *Cuidado, Escola!*. Brasiliense. São Paulo, 35ª ed., 2000.
- JUNG, Carl G. *Psicologia e Alquimia*. Vozes, Petrópolis, 1998.
- KNOWLES, Elizabeth. *The Oxford Dictionary of Phrase, Saying, and Quotation*. Oxford University Press, Oxford, 1998.
- MORALES, Pedro. *A Relação Professor-Aluno*. Edições Loyola, São Paulo, 1999.
- PILETTI, Nelson. *Psicologia Educacional*. Ática - 5ª ed. São Paulo, 1987.
- RONÁI, Paulo. *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1995.
- WEIL, Pierre. *Relações Humanas na Família e no Trabalho*. Vozes, Petrópolis, 26ª ed., 1971.



# *Um plano de vôo escrito a milhares de mãos*

SÉRGIO SÁ LEITÃO E ELDER VIEIRA

2006, além de eleitoral, será o ano da construção do primeiro Plano Nacional de Cultura da história do país. Será o ano em que diversidade e desenvolvimento serão a pauta do mais abrangente debate sobre a cultura já realizado

O processo de constituição do Brasil e da sociedade brasileira caracteriza-se por um conjunto de aspectos singulares em que se inscreve, com destaque, a mestiçagem, ou seja, a intensa mistura de genes, valores e signos, de múltiplas procedências.

O impacto da mestiçagem brasileira foi amplificado, ao longo de nossa história, por um modo peculiar de absorver influências e transformá-las em algo próprio, muitas vezes novo, ou com forte tempero local – modo este que ganhou o nome de antropofagia cultural.

A mestiçagem e a antropofagia cultural, alimen-

tadas por constantes fluxos migratórios de pessoas e de idéias, produziram aqui uma cultura potente e plural, com um grau de diversidade e renovação comparável ao de alguns poucos países do planeta.

No vasto universo da cultura brasileira pulsa uma produção que nasce da criatividade do povo brasileiro, se multiplica em sua miscigenação genética e cultural, se aprofunda em sua sensibilidade e se potencializa em sua disposição para superar as adversidades.

Esta cultura diversa ocupa um papel central na vida social do país e constitui, ao lado de nossa biodiversidade, o grande patrimônio brasileiro, a nossa principal riqueza, uma extensa semiodiversidade que tem inestimável valor econômico e social.

Na globalização e na era do conhecimento, em que o saber, o simbólico e a inovação tornam-se os ativos fundamentais de um país, e de qualquer organização ou comunidade, a vitalidade e a diversidade cultural surgem como fatores decisivos de desenvolvimento.

Neste contexto, as expressões culturais do povo brasileiro afirmam-se como diferenciais competitivos e vetores potencialmente estratégicos no enfrentamento de dois desafios históricos: o desenvolvimento pleno do país e sua inserção soberana na globalização.

A cultura impacta positivamente o crescimento econômico, atuando sobre a geração de renda e emprego, assim como na inclusão social e no bem-estar da sociedade. É ao mesmo tempo um impulsionador e um qualificador do processo de desenvolvimento.

A economia da cultura movimenta diretamente cerca de 7% do PIB anual do planeta. É o setor que mais cresce, mais emprega, mais exporta e melhor paga atualmente. No Brasil, a cultura responde por 5% dos empregos formais e 5% do PIB (Ipea/Mercosul Cultural).

Os dados existentes mostram que a cultura brasileira é extremamente relevante em nossa vida social e contribui decisivamente para o desenvolvimento

do país, em termos sociais e econômicos. Mostram, ainda, que o potencial ainda não-realizado é imenso.

Mas, se é verdade que a cultura brasileira tem esta importância, este papel estratégico, este potencial, também é verdade que pouco disso tem a ver com a atuação do poder público, em suas três esferas. Para o Estado, a cultura ainda não é uma prioridade.

Como fazer, então, com que as políticas públicas de cultura ganhem a consistência e a abrangência necessárias? Como fazer com que o poder público tenha, na cultura, uma atuação à altura da qualidade e da diversidade das expressões culturais do país? Como ampliar o grau de acesso da população brasileira à produção e à fruição de bens e serviços culturais? Como criar um ambiente favorável à realização e à maximização do potencial – de geração de renda, emprego, inclusão social e qualidade de vida – da cultura?

Essas perguntas não serão respondidas sem que a questão da cultura entre na agenda da sociedade brasileira, da mídia e do poder público do País, com o destaque devido, para que este não seja um tema e uma bandeira somente de artistas, produtores e gestores, e para que as discussões não se limitem às linguagens artísticas ou se fragmentem entre as incon-



táveis demandas deste ou daquele segmento cultural.

Um bom caminho já se apresenta para que o debate em torno da cultura seja de todos os brasileiros: a elaboração do Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual e peso de lei, que consagre a conexão entre cultura e desenvolvimento, cultura e inclusão social, cultura e cidadania e cultura e identidade, e que articule e amplifique a atuação do poder público na cultura.

Sonho antigo, o Plano começou a se tornar realidade em agosto de 2005, quando o Congresso Nacional promulgou a Emenda nº 48, que altera o artigo 215 da Constituição e estabelece sua criação. O novo texto do artigo tem imensa importância para a população brasileira: significa que os direitos culturais foram ampliados pela Carta Magna, passando a ter o mesmo valor e a mesma importância dos direitos sociais e econômicos, e criam as condições para que a cultura passe a ser tratada como questão de Estado, e não apenas de governo. Também reforça a idéia de que a cultura deve ser um direito de todos, já que um de seus objetivos fundamentais é a efetiva democratização do acesso aos bens culturais.

Foi, aliás, com o foco neste aspecto inclusivo da cultura que, ao apresentar o projeto de Emenda, o deputado Gilmar Machado usou o seguinte argumento: "A aprovação do PNC reafirma o fato de a cultura representar uma política estratégica para a emancipação da sociedade brasileira – política ditada por uma visão cultural inclusiva e participativa, de forma a promover uma época de desenvolvimento cultural com realização mais satisfatória das aspirações sociais de um país tão diverso e culturalmente amadurecido".

O parlamentar tem razão em conferir tal magnitude ao Plano: ele não só deverá realizar um diagnóstico da cultura brasileira em suas múltiplas dimensões e estabelecer os princípios, as diretrizes, os papéis institucionais, os recursos necessários, os programas e as metas que devem pautar a atuação do poder público no setor nos próximos anos, mas, sobretudo, permitirá ao País estabelecer políticas públicas de cultura que, de um lado, melhorem as condições de acesso e de produção dos bens culturais e, de outro, contribuam com a redução das desigualdades existentes em nosso território e com o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Consciente da necessidade de uma grande mobilização para se construir o documento a ser examina-

do pelo Congresso Nacional, o Ministério da Cultura (MinC) assumiu o compromisso público de coordenar o processo participativo de sua elaboração, estabelecendo de modo pactuado a metodologia e o cronograma, assim como a redação final. Pretende envolver, num processo o mais amplo, atraente e democrático possível, um grande número de pessoas e de instituições, incluindo os cidadãos interessados no tema, os artistas, os produtores e gestores culturais, os intelectuais, as universidades, as associações e entidades representativas, as ONGs culturais e as três esferas do poder público.

Esta parceria, na verdade, já começou: os estados, municípios e as Comissões de Educação e de Cultura da Câmara e do Senado Federal, juntamente com o MinC, se organizaram para realizar a Conferência Nacional de Cultura, que já produziu subsídios para a elaboração das diretrizes do PNC. Eles serão ponto de partida importante que, somado a outros debates e subsídios, irá compor os textos-base a serem disponibilizados, juntamente com o cronograma, a metodologia e a arquitetura do PNC, para consulta pública e deliberação.

Espera-se que até o final de 2006 o documento já possa ser entregue ao Legislativo. Como esse é um ano eleitoral, não seria de se espantar – ao contrário, seria até desejável – que o Plano e as propostas para a cultura constassem das plataformas e dos debates eleitorais, mormente as campanhas dos postulantes ao cargo de Presidente da República.

Por outro lado, é preciso construir, em meio às inevitáveis disputas, o diálogo, de forma a diminuir os campos de tensão entre segmentos e agentes, pois a criação do novo instrumento legal deve ser um processo de mobilização e de reflexão capaz de produzir não só o mais abrangente debate sobre a cultura já realizado no país, mas um plano de voo escrito a milhares de mãos, capaz de dotar o Brasil de um sistema cultural que articule e potencialize sua incalculável diversidade, eixo irrecusável de um projeto nacional de desenvolvimento.

---

*Sérgio Sá Leitão é jornalista e Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura e Elder Vieira é escritor e Coordenador-Executivo do Plano Nacional de Cultura na Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.*



Edira Carneiro

# *O marxismo e a questão da mulher*

ANA ROCHA

A estratégia da luta pela emancipação da mulher é  
componente da revolução proletária

**O**mês de março sempre nos leva a refletir sobre a questão da mulher. Ainda mais porque o dia internacional da mulher, o 8 de março, é uma homenagem prestada às 129 operárias têxteis queimadas vivas em Nova Iorque em 1857 por exigirem redução da jornada de trabalho. Esta homenagem, proposta por Clara Zetkin na 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas realizada em 1910 em Copenhague, Dinamarca, selaria simbolicamente a íntima relação da caminhada libertadora da mulher com a luta dos operários por sua emancipação social. É justamente nestes tempos de resistência ao neoliberalismo, de afirmação da centralidade do trabalho e de reavivamento da perspectiva socialista que considero importante registrar no mês da mulher as contribuições marxistas para o entendimento da opressão da mulher e sua perspectiva libertadora. Apresento uma breve resenha das principais contribuições que servirão de roteiro de estudo e aprofundamento sobre o tema.

### Feminismo x Marxismo

Vale destacar que os marxistas, em todos os tempos, sempre se preocuparam com o tema acima exposto e deram uma interpretação científica, ao afirmarem: “A questão feminina é uma questão social e só como tal poderá ser resolvida”. Fizeram a primeira análise mais sistemática sobre o assunto, desnaturalizando a condição de subordinação das mulheres e situando sua gênese num processo histórico-social.

Além dessa noção de historicidade, a teoria marxista contribui com o conceito de alienação – mais especificamente, de alienação em relação ao processo de trabalho – fundamental ao entendimento do papel do trabalho doméstico no processo de produção da vida material.

O principal a ser destacado é que o núcleo central da teoria marxista – a concepção de um processo histórico e materialmente situado, originando conflitos, hierarquias e instituições – permitiu desnaturalizar as desigualdades de gênero, superando uma abordagem essencialista que situava na natureza humana a base da dominação e da subordinação (C. Araújo).

Assim como a teoria marxista precisa ser desenvolvida, também sua elaboração sobre a questão da mulher precisa avançar – inclusive à luz das experiências socialistas e do atual estágio do capitalismo, da ofensiva neoliberal conservadora e da resistência dos povos.

Muitas foram as críticas às teses marxistas sobre a questão da mulher, sobretudo com a alegação de que estes deixaram de lado sua especificidade e reduziram sua condição apenas a uma questão econômica. Um apêndice das relações produtivas. No livro *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels demonstram entender esse aspecto como parte de um único processo. Nele, afirmam que a reprodução e a manutenção da vida dos indivíduos, assim como as relações sociais que os mesmos estabelecem, são tão importantes quanto as relações de produção. Tudo isso permitiu uma dimensão coletiva da subjetividade humana. Outra resposta a esta questão foi dada por Engels em 1890, numa carta a Bloch, quando esclareceu: “(...) segundo a concepção materialista da história, o fator que em **última instância** determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o **único** fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc, as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma**, como fator predominante” (grifos de Engels). E afirma mais adiante: “Se os mais jovens insistem, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações”.

É preciso voltar, portanto, às fontes marxistas para identificar seus pressupostos, o contexto histórico em que foram produzidos, os acertos e os problemas pendentes a enfrentar à luz do atual momento histórico.

### Contribuições pré-marxistas

Nos primórdios do capitalismo, os ideólogos burgueses procuraram justificar “cientificamente” a inferioridade da mulher com base em suas particularidades biológicas, em suas funções reprodutoras da espécie humana e por sua “inclinação natural” em se ocupar da casa e da educação dos filhos.

Em contrapartida, muitos pensadores progressistas pré-marxistas assumiram o combate a essas idéias reacionárias e defenderam a valorização social da mulher.

Dentre eles, os enciclopedistas franceses, na luta contra o feudalismo, e, mais tarde, os socialistas utópicos.

Charles Fourier afirmou nessa época: “a mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela progressão das mulheres em direção à liberdade (...) O grau de emancipação da mulher é a medida da emancipação em geral”.

Flora Tristan também combateu a idéia da mulher como pária da sociedade, expondo suas idéias em *União Operária*.

Embora defendessem posições avançadas para a época, nenhum deles identificou as raízes sociais da discriminação da mulher, não conseguindo indicar o caminho para sua emancipação.

### A Contribuição Marxista

Marx e Engels demonstraram em sua obra que a opressão da mulher coincide com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e o surgimento das classes sociais. Indicavam que a história de submissão da mulher começa quando ela é afastada da produção social.

A primeira idéia sobre o assunto aparece no *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848. Nele, afirmam que somente a socialização da propriedade pode fazer desaparecer a situação de submissão da mulher. Também nesse documento, Marx e Engels

afirmam o papel da família na reprodução da opressão da mulher e indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição. Afirmam que a burguesia reduz as mulheres a instrumento de produção ou prostituição. Fazem uma crítica sobre a instrumentalização da burguesia das relações afetivas e do lugar socialmente reservado às mulheres.

No livro *A questão judaica* fazem a distinção entre emancipação política e emancipação humana, indicando os limites da igualdade jurídica ou formal como instrumento de reversão da subordinação vivida pelas mulheres. Numa compreensão de que a subordinação não cessará apenas com a abolição das distinções legais, mas, sim, com a busca de uma transformação das estruturas econômicas e políticas geradoras de desigualdades.

Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx, ao desenvolver a concepção materialista da história, aborda a função social da maternidade, quando caracteriza a família como terceiro fator que intervém no desenvolvimento histórico ao afirmar: “O terceiro fator que aqui intervém, desde o princípio, no desenvolvimento histórico, é o de os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam, ao mesmo tempo, a criar outros homens, a procriar: é a relação entre marido e mulher, entre pais e filhos, a família”.

Após analisar os três fatos históricos (a produção da própria vida material, o surgimento de novas necessidades e a procriação), Marx afirma: “Esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três degraus diferentes, mas simplesmente como três aspectos, ou como (...) três momentos, que coexistiram desde o início da História e desde o primeiro homem e que ainda hoje continuam regendo a História”.

Em 1884, dando continuidade aos estudos de Marx sobre Morgan, Engels publica o livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, no qual analisa as diversas fases históricas do desenvolvimento da humanidade para comprovar que as mudanças na condição da mulher sempre corresponderam às grandes transformações sociais, ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Analisa a involução da situação da mulher, das condições de uma igualdade na época do considerado comunismo pri-



mitivo até a condição da chamada civilização. Mudança que se operou a partir da exclusão da mulher do processo produtivo social. Daí a conclusão de Engels: "A emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produ-

tivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção; e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas tempo insignificante".

Há questionamento com base na evolução da antropologia de que a superioridade masculina, a segregação das mulheres, teria sua origem na divisão dos papéis que se operou nas sociedades comunitárias de caçadores-coletores. As mulheres tornando-se pouco móveis, graças ao estado de gravidez e amamentação constantes, tinham dificuldades em participar de caçadas longínquas ou das guerras, e ficavam na colheita, e nos trabalhos domésticos. Para os marxistas, essa divisão de papéis só passa a ter conotação de submissão com o surgimento da propriedade privada e o confinamento da mulher para garantir a herança da propriedade.

Augusto Bebel, um dos fundadores da II Internacional também se dedicou à questão da mulher e escreveu *A Mulher e o Socialismo*, em 1889. Nele, há o mesmo argumento de Marx e Engels sobre a questão, ao afirmar: “Todas as opressões sociais encontram sua raiz na dependência econômica do oprimido em sua relação com o opressor. Desde os tempos mais remotos, a mulher se encontra nessa situação: a história do desenvolvimento da sociedade humana o ensina”. Bebel vai além de Engels quando identifica a diferença de liberdade e a hierarquia existente entre o homem e a mulher proletária. Chega a afirmar que todas as mulheres, apesar da classe, teriam algum interesse em comum e poderiam se unir em torno de algumas demandas.

### A II Internacional e o papel de Clara Zetkin

Embora tenha colocado entre os objetivos da organização a paridade entre os sexos e a defesa das condições de vida e trabalho da proletária, a II Internacional ignorou a luta pelo direito ao voto, apesar da ação política de Clara Zetkin. Além da luta pelo sufrágio feminino, ela considerava necessária a conquista de uma legislação mais humana para as condições de trabalho da mulher na fábrica e uma organização específica para a operária. Ela sofreu críticas

por sua visão de classe de diferenciar a posição de classe na luta da mulher. Contribuiu para o entendimento da dimensão específica da opressão da mulher, ao mostrar que mesmo um partido revolucionário, sem que haja uma atuação das mulheres em torno de suas demandas, não contempla satisfatoriamente essa problemática.

A contribuição de Lênin deixou mais clara a estratégia da luta pela emancipação da mulher como componente da revolução proletária. Aproximou os objetivos dos dois movimentos. Lênin ajudou pessoalmente na elaboração de muitas leis que vieram a favorecer a mulher, após a instauração do poder proletário. Entendeu a importância do combate à dupla jornada de trabalho com a entrada em massa da mulher na produção social. Afirmou: “A tarefa principal do movimento operário feminino con-

siste na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal é incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, arrancá-la da escravidão do lar, libertá-la da subordinação – embrutecedora e humilhante – ao eterno ambiente da cozinha e do quarto das crianças. É uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos usos e costumes. Porém, esta luta terminará com a plena vitória do comunismo”.

E mais: “Não se pode assegurar a verdadeira liberdade, não se pode edificar a democracia – sem falar de socialismo – se não chamarmos as mulheres ao serviço cívico, na milícia, na vida política, se não as tirarmos da atmosfera brutal do lar e da cozinha”.

Foi relevante o papel de Alexandra Kollontai, que se destacou na crítica ao problema do amor e da mulher na sociedade burguesa. Em seu livro *A Nova Mulher e a Moral sexual* destacou as características da nova mulher que nascia: “A autodisciplina, em vez de um sentimentalismo exagerado; a apreciação da liberdade e da independência em vez da submissão e da falta de personalidade; a afirmação de sua individualidade e não os esforços estúpidos para se adaptar ao homem amado; a afirmação do

*Lênin ajudou pessoalmente na elaboração de muitas leis que vieram a favorecer a mulher, após a instauração do poder proletário.*



direito de gozar os prazeres terrenos e não a máscara hipócrita da 'pureza'; e, finalmente, a subordinação das aventuras do amor a um lugar secundário na vida. Diante de nós temos não uma fêmea, nem uma sombra do homem, mas uma mulher-individualidade".

Kollontai enriqueceu a compreensão teórica sobre a questão específica da mulher. Foi a primeira mulher a dirigir um gabinete ministerial (Bem-Estar Social). Perseguiu o objetivo político de dar à mulher completa independência legal, igualdade no casamento, direito ao aborto e o princípio do pagamento igual para trabalho igual na sociedade russa. O apoio do Estado à maternidade e às crianças. Combateu a marginalização da mulher no partido. Kollontai também reforçou a idéia de que as relações de discriminação da mulher possuíam uma dimensão ideológica bastante enraizada, que exigiam uma ação específica que fosse além das transformações no modo de produção econômica.

### Perspectivas

- Vimos a grande contribuição dos marxistas ao identificarem a gênese da opressão e conseqüentemente apontarem o caminho da emancipação social e da opressão da mulher.

- Constatamos que o capitalismo avançou e as relações de trabalho se modificaram. Trata-se hoje

de analisar a forma como essa dominação/subordinação foi se estruturando e conformando ao longo da história. Fica o desafio de entender a complexidade que as interações sociais foram assumindo até o período contemporâneo. A partir da idéia da subordinação da mulher como algo socialmente estruturado.

- Sem abandonar os eixos da análise marxista, atentar para a complexidade do processo de formação das idéias e da representação como elementos das relações sociais. De como estas relações foram se conformando e como a subjetividade coletiva foi sendo construída ao longo da história.

- Analisar a forma diferenciada de como os efeitos da opressão incidem sobre as mulheres das diferentes classes.

- Como relacionar melhor o público e o privado.

- Discutir o papel das ações educativas e transformadoras.

- O desafio de incorporar as mulheres na luta de resistência ao neoliberalismo, que hoje reforça a visão conservadora sobre a questão da mulher.

- Debater a perspectiva do socialismo, que abre caminho para a emancipação da sociedade e das mulheres.

---

Ana Rocha é jornalista e psicóloga, presidente estadual do PCdoB-RJ e membro da Comissão Política Nacional do PCdoB.

### Bibliografia

ARAUJO, C. "Marxismo e Feminismo, tensões e encontros de utopias atuais". In: Revista *Presença da Mulher*.

BEBEL, A. *La Mujer y El Socialismo*, Akal, 1977.

DOSSI MARXISMO E FEMINISMO, Revista *Crítica Marxista*, n. 11, São Paulo: Boitempo, 2000.

ENGELS, F. "Carta a Bloch". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, vol III.

ENGELS, MARX, LENIN. *Sobre a Mulher*.

KOLLONTAI, A. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*, Coleção Bases, n. 6, 5ª ed., 1982.

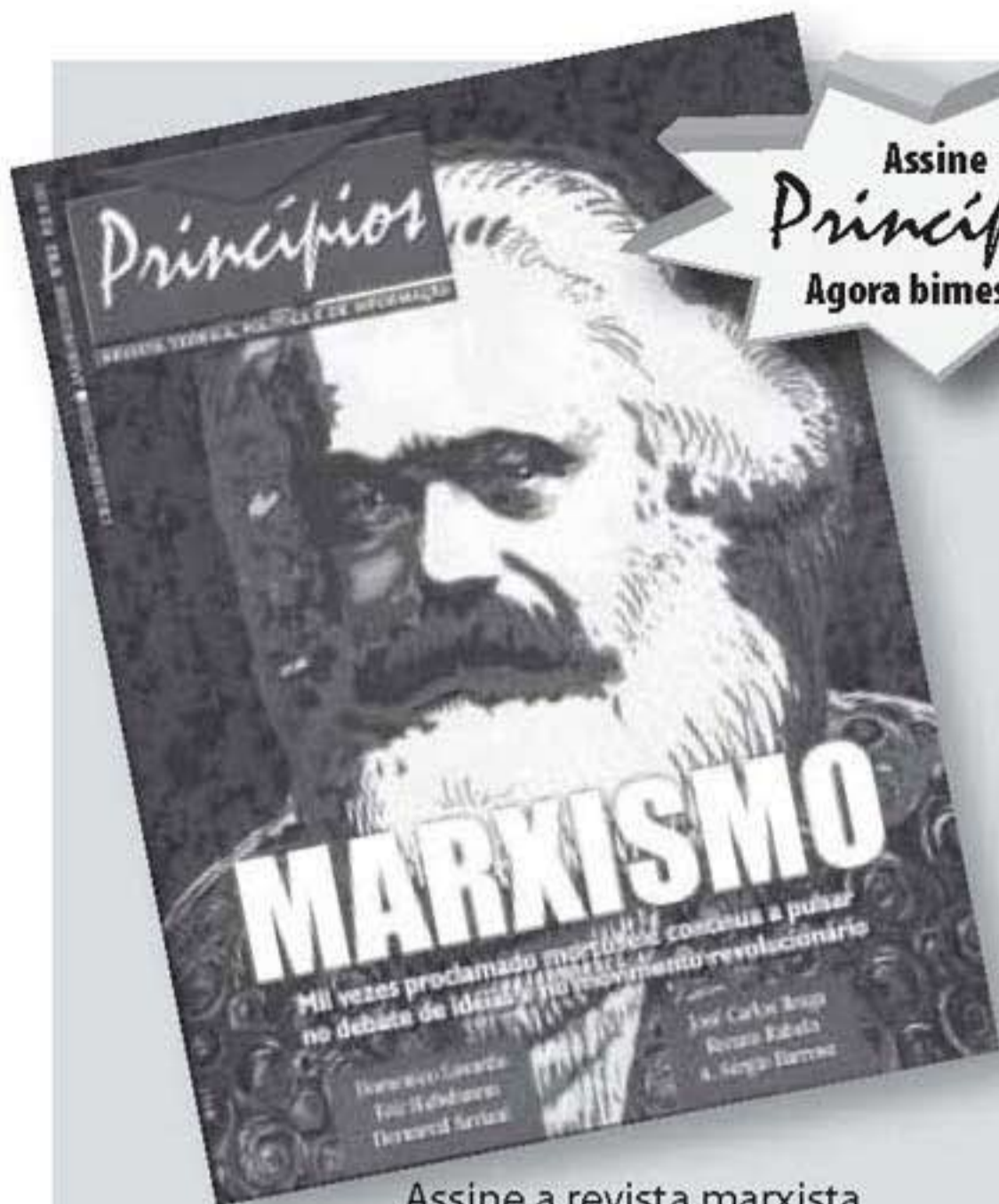
LENIN, V.I., *Sobre a Emancipação da Mulher*, São Paulo: Alfa-Ômega.

MARX, K. & ENGELS, F. "A ideologia Alemã". In: *Obras Completas*, São Paulo: Alfa-Ômega.

*O Manifesto do Partido Comunista*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

*A Questão Judaica*.

VALADARES, L. "A controvérsia 'Feminismo x Marxismo'". In: Revista *Princípios*, São Paulo: Anita Garibaldi, n. 18, junho/julho/agosto de 1990.



**Assine**  
**Princípios**  
**Agora bimestral**

Assine a revista marxista  
 que debate o socialismo, aborda a realidade internacional  
 e reúne elaborações no sentido de colocar o Brasil  
 na rota de um novo projeto nacional de desenvolvimento

Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Tel.: ( ) .....  
 CEP: ..... Cidade: ..... UF: .....  
 Profissão ..... E-mail: .....

- ( ) Assinatura anual (6 edições), a partir do nº ..... R\$ 45,00\*
- ( ) Assinatura Especial (11 edições: 5 anteriores+6), a partir do nº ..... R\$ 60,00\*
- ( ) Assinatura Bienal (12 edições), a partir do nº ..... R\$ 85,00\*\*
- ( ) Assinatura Trienal (18 edições), a partir do nº ..... R\$ 115,00\*\*

**Formas de pagamento:**

- [ ] CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda.
- [ ] Depósito em C/C - ITAÚ Agência 0251 Conta nº 48 678-3 (enviar cópia do comprovante)
- [ ] Cartão de Crédito: MASTERCARD, DINERS OU VISA. Obs.: (não aceitamos VISA Electron)

Nº do Cartão

Validade  /

\* Favor completar o número acima com os 3 últimos dígitos do verso do seu cartão de crédito

**Editora e Livraria Anita Ltda**

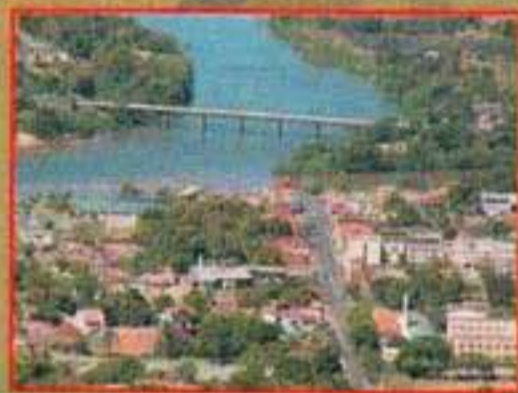
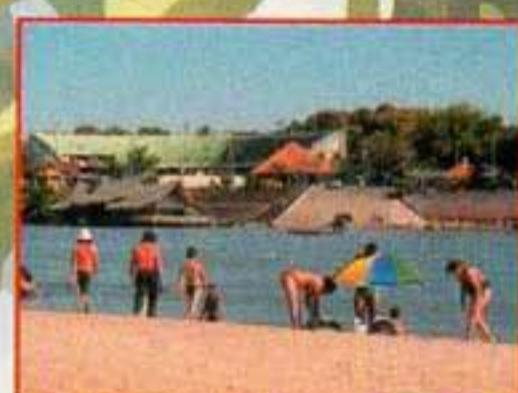
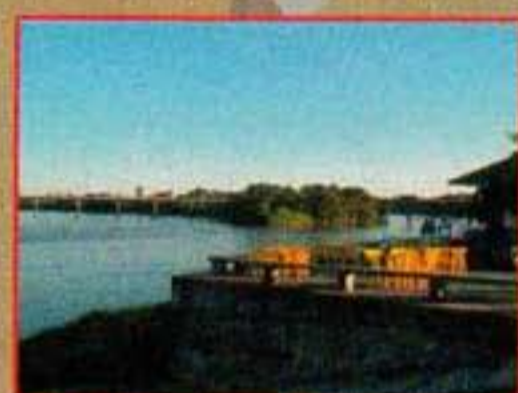
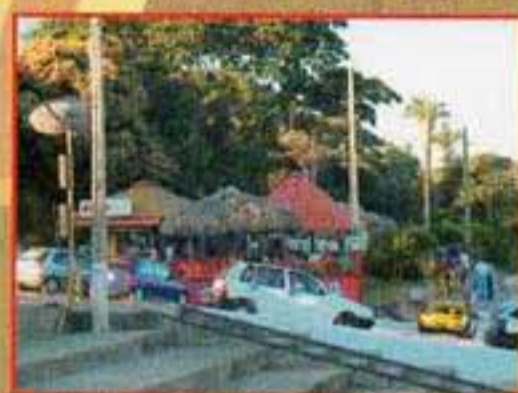
Rua dos Franceses, 4 - Bela Vista - CEP 01329-010 São Paulo SP

Tel./Fax: (11) 3266 4312

www.anitagaribaldi.com.br - livraria@anitagaribaldi.com.br

**Fundador e Diretor:** João Amazonas (1912-2002)  
**Editor:** Adalberto Monteiro  
**Comissão Editorial:** Adalberto Monteiro, Aloisio Sérgio Barroso, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, Elias Jabbour, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira.  
**Conselho Editorial:** Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffly, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Domenico Losurdo, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino  
**Secretários de Redação:** Edvar Luiz Bonotto e Elias Jabbour – correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br  
**Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira  
**Projeto Gráfico:** Laércio D'Angelo Ribeiro  
**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni  
**Administração:** Zandra de Fátima Baptista  
**Departamento de Circulação:** Cláudia de Medeiros  
**Edição Eletrônica:** Marco Godoy  
**PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi**  
**R. dos Franceses, 04 - CEP 01329-010 - São Paulo - SP**  
**Tel.: (011) 3266-4312 – anita.garibaldi@uol.com.br**  
 A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.  
**PONTOS DE VENDA - SÃO PAULO:** R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estádio:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Sílvio Romero:** Pça. Sílvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIÓ:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450. **BAHIA:** Rua do Salete, 330 - fone 328-6828. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRÁSILIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas: 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Sector Bueno. **SÃO LUÍSMIA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ap. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luis Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fone/fax 465-5919; Shopping Tacaruna: fone/fax 421-6460 e Shopping Guararapes: fone/fax: 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylvros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fone/fax 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Tadeu Wagner dos Santos / fone (21) 2569-5342. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; Cigarreira Tio Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçada:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olímpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping Jardins II, 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

# Barra do Garças te espera de braços abertos



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,  
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica  
e cultural te esperam no coração do Brasil.  
Venha desfrutar de nossas maravilhas.  
Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma  
gestão para todos e trabalhando pela inclusão social.



**Barra do Garças**  
Bela e Melhor Para Todos  
PREFEITURA MUNICIPAL

# Schafik Handal

(1930 - 2006)

Em 24 de janeiro de 2006 os povos e as forças progressistas do mundo marcaram seu luto revolucionário pela morte de Schafik Handal, histórico líder comunista de El Salvador.

Líder da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e do Partido Comunista salvadorenho nos anos difíceis e heróicos da luta contra os regimes repressivos e entreguistas, Handal posteriormente chegou a ser candidato presidencial com expressiva votação.

Foi um dos homens mais procurados pelos Estados Unidos e pelos esquadrões da morte a seu serviço. Viveu grande parte de sua vida na clandestinidade. Em discurso em Cuba no ano passado, Handal disse:

**"Os povos têm direito a se libertarem do neoliberalismo, do capitalismo – que são terrorismos. E os povos sabem que o socialismo é humanismo."**

